



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Departamento de Engenharia Electromecânica

**A CRIAÇÃO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS:
ORGANISMOS DE APOIO À ACTIVIDADE EMPREENDEDORA
NO CONCELHO DA COVILHÃ**

Rute Maria Fernandes Antunes

Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre em
Engenharia e Gestão Industrial

Covilhã, 2008

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Departamento de Engenharia Electromecânica

**A CRIAÇÃO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS:
ORGANISMOS DE APOIO À ACTIVIDADE EMPREENDEDORA
NO CONCELHO DA COVILHÃ**

Rute Maria Fernandes Antunes

Dissertação para a obtenção de Grau de Mestre em
Engenharia e Gestão Industrial

Orientadora: Professora Doutora Maria José Aguilar Madeira Silva

Júri:

Presidente: Professor Doutor João Carlos de Oliveira Matias - Professor Auxiliar UBI

Vogais: Professora Doutora Virgínia Maria Trigo – Professora Auxiliar ISCTE

Professora Doutora Maria José Aguilar Madeira Silva - Professora Auxiliar UBI

Covilhã, 2008

Aos meus pais e ao Gui

AGRADECIMENTOS

Quando nos propomos alcançar um determinado objectivo na vida, temos consciência de que iremos ter algumas dificuldades para o conseguir obter, mas acho que nunca pensamos que a magnitude de obstáculos com que nos poderemos deparar, possa, por vezes, fazer com que o nosso sonho tenha alguma probabilidade de vir a cair por terra. É nestes momentos que também sabemos que podemos contar com o apoio dos nossos familiares e amigos, como também de outras pessoas que desinteressadamente, na sua boa fé, se dispõem a ajudar. E uma vez que o meu objectivo foi alcançado, não só devido ao fruto do meu trabalho, mas também devido aos inúmeros apoios que me foram concedidos, não poderia deixar de aqui expressar o meu reconhecimento e gratidão, dirigido a algumas pessoas e entidades.

Começo assim, por agradecer à Prof^ª. Maria José Aguilar Madeira Silva, minha orientadora, pelo apoio incondicional, empenho, dedicação, paciência e disponibilidade sempre manifestada ao longo da elaboração desta investigação. E acima de tudo, pela sua amizade, e pela força que por si me foi transmitida, aspectos muito importantes em momentos de *“fall down”*.

Agradeço também, ao Dr. José Luís Marques, responsável de serviço a clientes do Centro/Norte da empresa *“ctt correios”*, pelo apoio recebido, pois a sua colaboração e dos seus colaboradores, carteiros do CDP da Covilhã e alguns carteiros do CDP do Fundão, foi imprescindível no levantamento de dados estatísticos e realização da investigação empírica.

Aos meus amigos, pela força e incentivo que me deram, que também foram muito importantes nos momentos mais críticos.

Agradeço aos meus primos, Cristina e João Pedro, a sua capacidade de bons ouvintes, as críticas, as sugestões e o acompanhamento constante ao longo da elaboração deste trabalho. E ao filho deles, António Pedro, cujo nascimento, e primeiros meses de vida me proporcionaram vários momentos de tranquilidade, serenidade e paz, pois foi ele o meu refúgio em fases de stress vividas durante a realização desta investigação.

Agradeço, à minha família, pela compreensão demonstrada relativamente às minhas ausências em ocasiões importantes, devido à realização deste trabalho.

Finalmente, um agradecimento muito especial aos meus queridos pais, que sempre fizeram o possível e o impossível por mim, pela minha felicidade. Pelos sacrifícios que fizeram e pelas dificuldades pelas quais passaram, pela força e forte motivação que me transmitiram, e por todos os princípios e valores que me inculcaram. Nem que percorra todas as páginas do dicionário, jamais serei capaz de encontrar quaisquer palavras que eu possa utilizar, para descrever o imenso orgulho que sinto em ser sua filha, e mesmo que encontrasse não seriam suficientes.

E por último, especialmente ao Gui, meu marido, que esteve sempre ao meu lado, no decorrer da realização desta investigação. A pessoa que partilhou comigo todos os bons e os maus momentos desta experiência, e que me ajudou a ultrapassar algumas das dificuldades com que me deparei.

Nas fases mais complicadas deste processo, funcionou como a “voz da razão”, nunca deixando que me desviasse do meu objectivo, pelo apoio e incentivo que me deu, mas também pelas sugestões, como pelas críticas formuladas que foram, sem dúvida, muito importantes ao longo da realização deste trabalho.

RESUMO

A presente investigação visa identificar e analisar os factores institucionais formais do meio envolvente que condicionam a criação de empresas industriais no Concelho da Covilhã, considerando, na elaboração deste estudo, os organismos, os serviços, os programas e as medidas de apoio à criação de empresas.

O presente estudo tem como quadro teórico de referência diversas abordagens sobre criação de empresas e a teoria económica institucional. A selecção deste enquadramento teórico deve-se à adequação que este apresenta para o estudo dos factores que influenciam a criação de empresas. A análise dos factores institucionais formais do meio envolvente que condicionam a criação de empresas é elaborada tanto do ponto de vista da oferta (organismos, medidas e serviços de apoio), como do lado da procura de programas e serviços por parte dos empresários. Com esta análise procura-se de avaliar qual o conhecimento, utilização e valorização dos serviços/programas dos próprios organismos, por parte dos empresários.

Face ao exposto, a questão central de investigação que se coloca é a seguinte: quais são os factores institucionais formais, do meio envolvente, que condicionam a criação de empresas industriais, no Concelho da Covilhã? Para dar resposta a esta questão formulam-se hipóteses de investigação que são objecto de testes empíricos. Estas hipóteses relacionam o conhecimento, a utilização e a valorização dos serviços/programas dos próprios organismos, por parte dos empresários, com a actividade empreendedora no âmbito da criação de empresas.

Os resultados obtidos, do ponto de vista da oferta dos serviços/programas de apoio à criação de empresas, mostram que, no Concelho da Covilhã, existem muitos serviços e programas, pouco diversificados, que oferecem principalmente medidas não económicas. Do ponto de vista da procura, constatou-se que os empresários podem ter amplo conhecimento dos organismos, mas tal facto não implica que estes utilizem os serviços/programas oferecidos pelos organismos. No entanto, os empresários que conhecem os organismos de apoio à criação de empresas utilizam os serviços/programas que têm à sua disposição e atribuem um elevado nível de valorização a esta mesma utilização.

PALAVRAS-CHAVE: Criação de Empresas, Empreendedorismo, Instituições, Teoria Económica Institucional

ABSTRACT

The current investigation aims to identify and analyse the formal institutional factors of the environment that confines the creation of industrial enterprises in Covilhã County, considering, the institutions, the services, the programs and support measures to enterprise creation.

The current study has as reference sources several approaches about enterprise creation and institutional economic theory. The selection of this theoretical model is due to its adequacy to the study of the factors that have influence in enterprise creation. The environment formal institutional factor analysis that confines enterprise creation is done, as from the offer point of view (institutions, measures and support services), as from the entrepreneurs programs and services research. With this analysis we try to evaluate the knowledge, employability and valuation of the programs/services of the institutions, by the entrepreneurs.

Therefore, the central issue of the investigation is: what are the formal institutional factors of the environment that confines the creation of industrial enterprises in Covilhã County? To provide an answer to this question we formulate investigation hypothesis as the object of empiric tests. These hypothesis make a relation between knowledge, employability and valuation of the programs/services of the institutions, by the entrepreneurs, with the entrepreneurial activity in the enterprise creation.

The results, from the point of view of the services/programs offer, shows that, in Covilhã County, there are a lot of services and programs, but poorly diversified, that mainly offer non-economic measures. From the point of view of demand, we noticed that entrepreneurs may have wide knowledge of the institutions, but that doesn't imply that they use their programs and services. Although, the entrepreneurs that know the enterprise creation support institutions use the services and programs at their disposal, and confer a high level of valuation to this same usage.

KEY WORDS: Entrepreneurship, Institutions, Institutional Economic Theory

INDICE GERAL

RESUMO	I
ABSTRACT	II
INDICE GERAL	III
ÍNDICE DE FIGURAS.....	V
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	V
ÍNDICE DE QUADROS.....	VI
ÍNDICE DE TABELAS	VII
SIGLAS UTILIZADAS	VIII
CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO DO PROBLEMA.....	1
1.1. IMPORTÂNCIA/JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	1
1.2. OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO	4
1.3. QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO.....	5
1.4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	6
CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA	7
2.1. A CRIAÇÃO DE EMPRESAS.....	8
2.1.1. CRIAÇÃO DE EMPRESAS: IMPORTÂNCIA.....	8
2.1.2. CRIAÇÃO DE EMPRESAS: CONCEITOS	10
2.1.3. O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE EMPRESAS.....	14
2.2. TEORIA ECONÓMICA INSTITUCIONAL	18
2.2.1. INSTITUIÇÕES FORMAIS E INSTITUIÇÕES INFORMAIS.....	23
2.2.2. INSTITUIÇÕES FORMAIS E ORGANIZAÇÕES	26
2.3. APLICAÇÃO DO ENFOQUE INSTITUCIONAL DE NORTH NO ÂMBITO DA CRIAÇÃO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS	27
2.3.1. A NÍVEL NACIONAL.....	30
2.3.2. AO NÍVEL DO CONCELHO DA COVILHÃ.....	32
CAPÍTULO 3. MARCO INSTITUCIONAL FORMAL DA CRIAÇÃO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS NO CONCELHO DA COVILHÃ.....	44
3.1. TIPOS DE ORGANISMOS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS.....	44
3.2. TIPOS DE MEDIDAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS	46
CAPÍTULO 4. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	47
4.1. POPULAÇÃO, AMOSTRA E UNIDADES DE ANÁLISE.....	47
4.2. QUESTIONÁRIO (INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO).....	50
4.3. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO	50
4.4. MÉTODO DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS.....	53
CAPÍTULO 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	60
5.1. ANÁLISE DA OFERTA (ORGANISMOS DE APOIO)	60
5.1.1. CARACTERÍSTICAS DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS DA AMOSTRA.....	60
5.1.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ORGANISMOS DA AMOSTRA.....	61
5.1.3. ANÁLISE DOS DADOS DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS DA AMOSTRA	63
5.2. ANÁLISE DA PROCURA (EMPRESÁRIOS).....	69
5.2.1. CARACTERÍSTICAS DOS EMPRESÁRIOS DA AMOSTRA.....	69
5.2.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS EMPRESAS DA AMOSTRA.....	70
5.2.3. ANÁLISE DOS DADOS DAS EMPRESAS DA AMOSTRA.....	76
5.2.3.1. CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO DOS ORGANISMOS E PROGRAMAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS	76
5.2.3.2. VALORIZAÇÃO DOS ORGANISMOS E PROGRAMAS UTILIZADOS	82
5.2.3.3. ADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS DE APOIO EXISTENTES	84

CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES	86
6.1. CONCLUSÕES DA INVESTIGAÇÃO	86
6.1.1. CONCLUSÕES REFERENTES À OFERTA INSTITUCIONAL	86
6.1.2. CONCLUSÕES REFERENTES À PROCURA INSTITUCIONAL.....	88
6.2. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO	91
6.3. SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES	91
BIBLIOGRAFIA	93
ANEXOS	104
ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO – RESPONSÁVEIS DOS ORGANISMOS DE APOIO	105
ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO - EMPRESAS	112
ANEXO 3 – CONTACTOS DAS JUNTAS DE FREGUESIA	122
ANEXO 4 – FOLHA TIPO UTILIZADA NO LEVANTAMENTO DE DADOS DAS EMPRESAS	125
ANEXO 5 – CONVERSÃO CÓDIGO CAE	127

Índice de Figuras

FIGURA 2.1 – CONCEITOS A ABORDAR NA REVISÃO DA LITERATURA	7
FIGURA 2.2 – PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA	15
FIGURA 2.3 – APLICAÇÃO DO MODELO DE NORTH PARA ANÁLISE DOS FACTORES DO MEIO ENVOLVENTE QUE CONDICIONAM A CRIAÇÃO DE EMPRESAS	28
FIGURA 3.1 – MARCO INSTITUCIONAL FORMAL DA CRIAÇÃO DE EMPRESAS NO CONCELHO DA COVILHÃ	45
FIGURA 4.1 – FONTES DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS	52
FIGURA 4.2 – TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO UTILIZADAS	52

Índice de Gráficos

GRÁFICO 5.1 – DISTRIBUIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS INQUIRIDOS POR GÉNERO.....	61
GRÁFICO 5.2 – DISTRIBUIÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS INQUIRIDOS SEGUNDO O ESCALÃO ETÁRIO	61
GRÁFICO 5.3 – NÍVEL DE FORMAÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS INQUIRIDOS	61
GRÁFICO 5.4 – TIPO DE ORGANISMO	62
GRÁFICO 5.5 – Nº DE PESSOAS QUE TRABALHAM NA ÁREA DE CRIAÇÃO DE EMPRESAS	63
GRÁFICO 5.6 – ORGANISMOS QUE OFERECEM MEDIDAS DE APOIO ECONÓMICAS E NÃO ECONÓMICAS.....	63
GRÁFICO 5.7 – TIPO DE MEDIDAS OFERECIDAS PELOS ORGANISMOS	64
GRÁFICO 5.8 – DISTRIBUIÇÃO PELOS SEGMENTOS ALVO DAS MEDIDAS OFERECIDAS PELOS ORGANISMOS	64
GRÁFICO 5.9 – OPINIÃO DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS SOBRE SE O SEU ORGANISMO FAZ A PROMOÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO OFERECIDOS ÀS EMPRESAS DE FORMA EFICIENTE.....	65
GRÁFICO 5.10 – OPINIÃO DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS SOBRE SE AS MEDIDAS DE APOIO OFERECIDAS PELO SEU ORGANISMO DEVERIAM DE REALIZAR-SE DE DIFERENTE FORMA	65
GRÁFICO 5.11 – OPINIÃO DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS SOBRE SE OS EMPRESÁRIOS CONHECEM E UTILIZAM AS MEDIDAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS EXISTENTES NO CONCELHO DA COVILHÃ	66
GRÁFICO 5.12 – OPINIÃO DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS SOBRE SE OS EMPRESÁRIOS CONHECEM E UTILIZAM OS SERVIÇOS/PROGRAMAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS OFERECIDOS PELO SEU ORGANISMO.....	67
GRÁFICO 5.13 – PRINCIPAIS FONTES DE FINANCIAMENTO DAS MEDIDAS DE APOIO QUE O ORGANISMO OFERECE.....	68
GRÁFICO 5.14 – DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA, SEGUNDO O ANO DE CRIAÇÃO DA EMPRESA.....	70

Índice de Quadros

QUADRO 5.1 – OPINIÃO DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS SOBRE O PORQUÊ DAS MEDIDAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS OFERECIDAS PELO SEU ORGANISMO TEREM QUE REALIZAR-SE OU NÃO DE DIFERENTE FORMA	66
QUADRO 5.2 – OPINIÃO DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS SOBRE O CONHECIMENTO, DESCONHECIMENTO, UTILIZAÇÃO E NÃO UTILIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE APOIO EXISTENTES NO CONCELHO DA COVILHÃ	67
QUADRO 5.3 – OPINIÃO DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS SOBRE O CONHECIMENTO, DESCONHECIMENTO, UTILIZAÇÃO E NÃO UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/PROGRAMAS DE APOIO OFERECIDOS PELOS ORGANISMOS	68
QUADRO 5.4 – CARACTERÍSTICAS DOS EMPRESÁRIOS DA AMOSTRA	70
QUADRO 5.5 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR CLASSIFICAÇÃO DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	71
QUADRO 5.6 – DISTRIBUIÇÃO DAS EMPRESAS POR FREGUESIA	72
QUADRO 5.7 – DIMENSÃO DAS EMPRESAS POR NÚMERO DE TRABALHADORES	73
QUADRO 5.8 – FORMA JURÍDICA DAS EMPRESAS	74
QUADRO 5.9 – OUTRAS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS	75
QUADRO 5.10 – NÍVEL DE CONHECIMENTO GERAL DOS ORGANISMOS EXISTENTES NO CONCELHO DA COVILHÃ ..	76
QUADRO 5.11 – MEIOS PELOS QUAIS TEVE CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE APOIO.....	77
QUADRO 5.12 – IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS/PROGRAMAS PARA A CRIAÇÃO DE EMPRESAS POR ORGANISMO ..	77
QUADRO 5.13 – CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO DOS ORGANISMOS E PROGRAMAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS	78
QUADRO 5.14 – TABELA DE CONTINGÊNCIA DO CRUZAMENTO ENTRE UTILIZAÇÃO DE ALGUM PROGRAMA E O CONHECIMENTO DOS ORGANISMOS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS	79
QUADRO 5.15 – TABELA DE CONTINGÊNCIA DO CRUZAMENTO ENTRE UTILIZAÇÃO DE ALGUM PROGRAMA E AS VARIÁVEIS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DOS EMPRESÁRIOS	80
QUADRO 5.16 – UTILIZAÇÃO DOS ORGANISMOS E PROGRAMAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS	81
QUADRO 5.17 – TABELA DE CONTINGÊNCIA DO CRUZAMENTO ENTRE UTILIZAÇÃO DE ALGUM PROGRAMA À CRIAÇÃO DE EMPRESAS E O FACTO DE SER DECISIVA A SUA EXISTÊNCIA	81
QUADRO 5.18 – ESTATÍSTICA DE TESTE PARA O CRUZAMENTO ENTRE A UTILIZAÇÃO DE ALGUM PROGRAMA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS E O FACTO DE SER DECISIVA A SUA EXISTÊNCIA	83
QUADRO 5.19 – VALORIZAÇÃO DOS ORGANISMOS E PROGRAMAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS	83
QUADRO 5.20 – CORRELAÇÃO ENTRE A IMPORTÂNCIA DE UTILIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/PROGRAMAS PARA A CRIAÇÃO DE EMPRESAS SEGUNDO O ORGANISMO	84
QUADRO 5.21 – ADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS DE APOIO EXISTENTES	84
QUADRO 5.22 – SCORE FINAL DE ADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS DE APOIO EXISTENTES	85

Índice de Tabelas

TABELA 2.1 – ORGANISMOS COM MAIOR INFLUÊNCIA NA CRIAÇÃO DE EMPRESAS NO CONCELHO DA COVILHÃ..	32
TABELA 3.1 – MEDIDAS NÃO ECONÓMICAS E MEDIDAS ECONÓMICAS.....	46
TABELA 4.1 – SÍNTESE DAS HIPÓTESES E VARIÁVEIS ASSOCIADAS.....	52
TABELA 4.2 – LISTAGEM DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS DE APOIO QUE FORAM INQUIRIDOS	55
TABELA 4.3 – RESUMO DA FICHA TÉCNICA DA INVESTIGAÇÃO DESENVOLVIDA	58
TABELA 5.1 – ANO DE CRIAÇÃO DO ORGANISMO E INÍCIO DE ACTIVIDADES RELACIONADAS COM A CRIAÇÃO DE EMPRESAS	62

Siglas Utilizadas

AECBP – Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor
BIC – Business Innovation Centre
CAE – Classificação das Actividades Económicas
CAIE – Centro de Apoio à Inovação e ao Empreendedorismo
CE – Comunidade Europeia
CEEI – Centro Europeu de Empresas e Inovação
CEF – Centro de Formalidades das Empresas
CIEBI – Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior
CILAN – Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior
CITEVE – Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal
CDP – Centro de Distribuição Postal
CMC – Câmara Municipal da Covilhã
CSC – Código das Sociedades Comerciais
EUROSTAT – Statistical Office of the European Commission
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE – Fundo Social Europeu
GAEI – Gabinete de Actividades Económicas e Investimento
GAPI – Gabinete de Apoio à Propriedade Industrial
GEM – Global Entrepreneurship Monitor
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
ICEP – Instituto de Comércio Externo Português
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional
IDEIA – Apoio à Investigação e Desenvolvimento Empresarial Aplicado
INE – Instituto Nacional de Estatística
NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco
NBER – National Bureau of Economic Research
NUTS III – Nomenclature of Territorial Units for Statistics
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OCT – Observatório das Ciências e das Tecnologias. Actualmente denomina-se:
OCSE – Observatório da Ciência e do Ensino Superior
OTIC – Oficina de Transferência de Tecnologia da UBI
PARKURBIS – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã
PME – Pequenas e Médias Empresas
QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional
SCT – Sistema Científico e Tecnológico
SPSS – Statistic Package for Social Sciences
UBI – Universidade da Beira Interior
UE – União Europeia

CAPÍTULO 1 - ENQUADRAMENTO DO PROBLEMA

1.1. IMPORTÂNCIA/JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

A criação de empresas é referida na literatura sobre empreendedorismo como um dos factores responsáveis pelo crescimento económico, criação de emprego, fomento de inovação, renovação da estrutura económica, e melhoria da competitividade global das regiões e dos países (Birch, 1979, 1987; Drucker, 1986; Birley, 1987; Acs e Audretsch, 1988; Hisrich e Peters, 1989; Kirchoff e Phillips, 1988, 1992, 1994; Storey, 1982, 1994; White e Reynolds, 1996; Kent, 1982; Sexton, 1986; Dubini, 1989; Porter, 1990; Wennekers e Thurik, 1999; Reynolds *et al.*, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003; Acs *et al.*, 2004; Parker, 2004; Minniti *et al.*, 2005, entre muitos outros).

Segundo Veciana (1990:3) a criação de novas empresas “constitui não só a seiva do sistema económico, como também, condiciona grandemente a sua competitividade e a sua capacidade de adaptação às novas realidades, para além de ser a via mais eficaz para a criação de postos de trabalho”.

Estes contributos fazem com que a criação de empresas assuma um papel de destaque e uma elevada importância não só ao nível socioeconómico, como também ao nível político. Com efeito, o Governo, as Administrações Públicas, tanto europeias como nacionais, têm estipulado medidas e programas de apoio para a criação de novas empresas e para a promoção do espírito empresarial.

Perante a presente conjuntura económica em que se encontra Portugal e face às actuais taxas de desemprego¹, o fomento do empreendedorismo capaz de levar à criação de empresas, parece ser uma das medidas que pode dar o seu contributo para a minimização dos problemas económicos e sociais que têm assolado o país nos últimos anos.

Assim, no contexto português revela-se fundamental analisar os factores que podem contribuir para a promoção da criação de empresas. Deste modo, tornam-se necessárias mais investigações que estudem os aspectos externos, sistémicos e relacionais do processo

¹ Segundo dados do INE, no 1º trimestre de 2008 situava-se nos 7,6% (<http://www.ine.pt> acedido em 20/05/2008)

de criação de empresas. Neste âmbito, a teoria económica institucional de Douglas North (1990) proporciona um enquadramento teórico adequado à análise da criação de empresas.

No seio da comunidade académica, tem-se assistido a um crescente interesse pelo estudo do marco institucional formal e informal da criação de empresas em regiões concretas (Urbano e Veciana, 2001; Aponte, 2002; Díaz, 2003; Gómez, 2004; Gómez, Veciana e Urbano, 2004; Urbano 2006; Urbano, Díaz e Hernández, 2006; Garrido e Urbano, 2007; Urbano, Díaz e Hernández, 2007). No entanto, em Portugal desconhece-se a existência de estudos neste âmbito, pelo que são necessárias investigações que analisem o marco institucional da criação da empresa. Assim, torna-se pertinente a presente investigação que, visa analisar o marco institucional formal da criação da empresa, tanto do ponto de vista da oferta (organismos, medidas e serviços de apoio) como do lado da procura de programas e serviços por parte dos actuais empresários e dos que recentemente criaram empresas, que denominaremos ao longo desta investigação como empresários recentes.

Esta investigação realizar-se-á no contexto de uma região específica. Considerando a grande variedade de regiões que o território português comporta, optou-se pelo estudo de uma região em concreto, ou seja, o Concelho da Covilhã enquanto divisão administrativa. A sua escolha, deveu-se essencialmente ao facto deste ter vindo a assumir um papel marcante no panorama industrial e administrativo português, impulsionador do desenvolvimento local, regional e até nacional. Este concelho tem-se confrontado com dinâmicas que têm alterado a sua estrutura industrial.

No século passado, o Concelho da Covilhã assumiu um forte carácter industrial devido à existência de inúmeras empresas do sector têxtil, particularmente do subsector dos lanifícios e das confecções. A maior parte da população residente nesta região subsistia com o “fruto” do seu ordenado, ganho pelo trabalho desempenhado na empresa têxtil ou de confecção na sua área de residência.

Entretanto, a evolução e as transformações registadas no meio envolvente, levaram a certas alterações e tomadas de decisão por parte de anteriores Governos que conduziram a uma reestruturação necessária e urgente do sector têxtil. Neste contexto surgiu o Programa de Reestruturação dos Lanifícios (aprovado pela Portaria 381/88 de 15/06).

Apesar da criação deste processo, poucas empresas tiraram partido dele: foram inúmeras as que não conseguiram “singrar” no mercado, e que encerraram ou faliram. Só entre o ano 1970 até 1997, na Beira Interior, fecharam 528 empresas (ANIL, 1989), porque não tiveram capacidade para apostar em novas tecnologias, nem capital humano para o fazer, sendo necessário inovar e competir com outros mercados.

Com a abertura dos mercados, ou seja, a liberalização das trocas com os países do Centro e Leste da Europa, as relações com a Turquia e a abertura a países terceiros na sequência dos resultados do *Uruguay Round*, algumas das empresas que tinham sobrevivido à crise económica aquando da reestruturação, não puderam, nessa altura, evitar a queda, por não resistirem à pressão da forte concorrência exercida por estes países. Desta forma, a industrialização e o emprego apresentam um decréscimo bastante significativo, nos últimos anos, não só no concelho da Covilhã, como em toda a região da Cova da Beira (ANIL, 1989).

Mais recentemente, a globalização registada na economia a nível mundial, a abertura de mercados tais como a China, a Índia e outros países com economias emergentes, vieram a agravar ainda mais os problemas económicos e sociais existentes, com o desenvolvimento local e regional a mudar significativamente nos últimos anos.

Assim, no concelho da Covilhã revela-se fundamental analisar os factores que podem contribuir para a promoção da criação de empresas. A teoria económica institucional de North (1990) proporciona um enquadramento teórico adequado à análise da criação de empresas numa área geográfica específica, como é o caso deste concelho, dado proporcionar elementos necessários para entender e conhecer quais os organismos, serviços e medidas de apoio à criação de empresas na região. Reconhecendo que estes organismos poderão impulsionar a criação de novas empresas, tal facto contribuirá para o desenvolvimento económico e social da região, levando à criação de novos postos de trabalho e a uma melhoria da competitividade.

Em termos académicos, a presente dissertação, ao analisar os factores institucionais formais do meio envolvente que condicionam a criação de empresas industriais numa região, mais concretamente no concelho da Covilhã, pretende ampliar um pouco mais o conhecimento sobre a matéria e contribuir para o desenvolvimento das ciências

económicas e sociais. Este trabalho visa, ainda, proporcionar sugestões para futuras investigações, quer através de outras análises diferenciadas do objecto em investigação, quer contemplando trabalhos mais alargados sobre a matéria.

Em termos práticos, com a análise dos factores institucionais formais do meio envolvente que condicionam a criação de empresas industriais no concelho da Covilhã, procura-se obter informações úteis para os próprios organismos analisados, no sentido de proporcionar conhecimentos e recomendações que possam melhorar a sua actuação, visando melhorias em termos de conhecimento, utilização e valorização dos serviços dos próprios organismos.

Constatada a importância da criação de empresas e dado a sua análise no marco institucional formal é um fenómeno ainda pouco estudado, sobretudo em Portugal, considerou-se oportuno, quer em termos académicos, quer em termos práticos, investigar, através de uma região concreta, esse fenómeno. Neste contexto, apresentam-se de seguida, os objectivos desta investigação.

1.2. OBJECTIVOS DA INVESTIGAÇÃO

O objectivo principal desta investigação consiste na análise dos *factores institucionais formais do meio envolvente que condicionam a criação de empresas industriais no Concelho da Covilhã*, considerando, na elaboração deste estudo, os organismos, serviços e medidas de apoio à criação de empresas.

Mais especificamente, esta investigação visa:

- Identificar, descrever e analisar os organismos que oferecem os serviços e as medidas de apoio à criação de empresas industriais, centrando-se o foco de análise, mais concretamente, ao concelho da Covilhã;
- Analisar o grau de conhecimento, utilização e valorização que os empresários (existentes e recentes) atribuem aos organismos, serviços e medidas de apoio à criação de empresas.

- Analisar até que ponto os serviços e as medidas de apoio, oferecidas pelos organismos, são as mais adequadas no que se refere às expectativas e às necessidades dos empresários.

1.3. QUESTÕES DA INVESTIGAÇÃO

De acordo com o que foi exposto em epígrafe, a principal questão de investigação, que se coloca, é a seguinte: quais são os factores institucionais formais, do meio envolvente, que condicionam a criação de empresas industriais, no Concelho da Covilhã?

Com a investigação empírica, procura-se responder às seguintes questões:

- Será que os empresários têm conhecimento dos vários organismos, serviços e medidas de apoio existentes, para a criação de uma empresa?

- Dos empresários que sabem da existência destes organismos, quais serão aqueles que utilizarão os serviços/programas e medidas de apoio destas entidades? Será que os empresários que recorrem a estes organismos consideram importante a utilização de algum tipo de serviço/programa de apoio à criação de empresas? E até que ponto os valorizam?

- Os empresários que recorram aos organismos de apoio na hora de criar uma empresa, acham que beneficiaram positivamente de algo mais do que outros que não o tenham feito? Os organismos de apoio são um incentivo para a criação de empresas? Influenciam os empresários a criar empresas?

1.4. ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Este trabalho está dividido em seis capítulos, índices, bibliografia e alguns anexos.

Do Capítulo 1 consta o enquadramento do problema, no qual se descreve o porquê da investigação, os objectivos do estudo, e as questões de investigação, às quais se pretende dar resposta.

No Capítulo 2 desenvolve-se a revisão da literatura, numa primeira parte, sobre o processo de criação de empresas. Posteriormente, a teoria económica institucional mostrando a perspectiva histórica e as actuais abordagens de referência.

O Capítulo 3 apresenta os resultados da investigação correspondentes à análise do marco institucional formal, fazendo referência aos organismos e medidas de apoio existentes no Concelho da Covilhã.

O Capítulo 4, Metodologia da Investigação, especifica o tipo de investigação, a população, a amostra e a unidade de análise, de igual modo, assim como o método de recolha de informação e instrumentos utilizados.

O Capítulo 5 apresenta uma panorâmica da caracterização geral dos representantes dos organismos e das empresas da amostra, com especial relevo na economia regional, através de uma análise estrutural e demográfica das mesmas. Considera também a explanação dos resultados obtidos da análise efectuada, quer à oferta (representantes dos organismos e próprio organismo), quer à procura (empresários inquiridos e própria empresa).

Por último, o Capítulo 6 apresenta as principais conclusões obtidas com a realização desta investigação, assim como algumas limitações ao estudo que foi elaborado, deixando, também, algumas sugestões para que futuras investigações sejam efectuadas na área desta temática.

CAPÍTULO 2 - REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, pretende-se, com a revisão da literatura existente, fazer o levantamento dos conceitos teóricos e dos conhecimentos formulados, passíveis de suportar o corpo da investigação, criando, simultaneamente, um quadro conceptual acerca da temática a desenvolver.

Assim, de acordo com o enquadramento de investigação formulado no Capítulo 1, e com os objectivos enunciados, considera-se pertinente discutir e explicitar a escassa teoria existente sobre a criação de empresas e estabelecer a sua interligação com a teoria económica institucional. Todavia, ainda que esta última seja a abordagem teórica primordial do presente estudo, será necessário explorar alguns conceitos relacionados com a temática em análise, nomeadamente os organismos e medidas de apoio à criação de empresas (Figura 2.1).

Figura 2.1. - Conceitos a Abordar na Revisão da Literatura



Fonte: Elaboração Própria

2.1. A CRIAÇÃO DE EMPRESAS

Actualmente existe, cada vez mais, uma constante preocupação ao nível da sociedade e, principalmente, ao nível do governo e administrações públicas, no que diz respeito a aspectos, tais como: o crescimento económico, a criação de novos postos de trabalho e inovação empresarial. O facto da criação de novas empresas se apresentar como uma via para a solução dos problemas de desemprego (Birch, 1979, 1987; Birley, 1987; Kirchhoff e Phillips, 1988, 1992, 1994; Storey, 1982, 1994; White e Reynolds, 1996), de desenvolvimento económico e regional (Kent, 1982; Sexton, 1986; Dubini, 1989; Storey, 1994; Wennekers e Thurik, 1999; Reynolds *et al.*, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003; Acs *et al.*, 2004; Parker, 2004; Minniti *et al.*, 2005, entre muitos outros), e do fomento da inovação (Acs e Audretsch, 1988; Drucker, 1964, 1986; Hisrich e Peters, 1989) tem despertado, com maior intensidade, a curiosidade, o interesse e a sensibilidade de várias entidades e membros da sociedade, em geral, para lidarem com este tema.

2.1.1. CRIAÇÃO DE EMPRESAS: IMPORTÂNCIA

No âmbito da criação de empresas, a nível nacional, o Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) 2007-2013 e, a nível europeu, a realização das conferências - *Fostering Entrepreneurship in Europe: Priorities for the Future* (Comissão Europeia, 1998); *Fostering for Entrepreneurship* (OCDE, 1998); *Carta Europeia da pequena empresa* (Conselho Europeu, 19-20 Junho 2000); e *Livro Verde sobre o Espírito Empresarial Europeu* (Comissão Europeia, 2003) - reafirmam o empenhamento da União Europeia (UE) na promoção de um ambiente favorável à criação de novas empresas e ao seu desenvolvimento.

Foi precisamente, no ano de 2000, que a UE se comprometeu a promover a empresarialidade, no âmbito da *Estratégia de Lisboa*, com o objectivo de reforçar a competitividade e assim poder dinamizar/optimizar a economia, ou seja, transformar a economia da EU, numa das economias mais competitivas e dinâmicas do mundo, até 2010. Economia esta, baseada no conhecimento, capaz de assegurar um crescimento económico sustentável, com uma maior oferta qualificada de empregos e uma maior coesão social.

Em particular, os objectivos para a promoção do espírito empresarial e a competitividade industrial são os seguintes:

- (i) Melhorar a regulamentação e a envolvente empresarial;
- (ii) Implementar a carta das pequenas empresas;
- (iii) Dar seguimento ao livro verde e implementar o Plano de Acção sobre o Espírito Empresarial.

Neste enquadramento, foi criado o *Programa Plurianual para a Empresa e o Espírito Empresarial*, especialmente, para as pequenas e médias empresas (Conselho da União Europeia, 2000a). Conjugando a adopção deste programa e o espírito empresarial, a UE visava reforçar a competitividade das empresas, simplificar e melhorar o seu enquadramento legislativo, administrativo e financeiro, facilitar o seu acesso aos serviços de apoio e aos programas comunitários.

Os objectivos da UE mantêm-se, assim como a continuidade do programa plurianual para a empresa e o espírito empresarial (2001-2006), agora assegurada pelo *Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação* (2007-2013)².

Aprovada pelo Conselho Europeu de Santa Maria da Feira, nos dias 19 e 20 de Junho de 2000, foi também a *Carta Europeia das Pequenas Empresas*, um conjunto de iniciativas a favor das pequenas empresas e do empreendedorismo (Conselho da União Europeia, 2000b). A *Carta Europeia das Pequenas Empresas* considera que as pequenas empresas têm de ser encaradas como um dos principais motores da inovação, do emprego, e da integração social e local na Europa. Desta forma, é necessário criar o melhor enquadramento possível para as pequenas empresas e para o desenvolvimento do empreendedorismo.

No ano de 2003, a Comissão das Comunidades Europeias publicou o *Livro Verde do Espírito Empresarial na Europa*. Livro baseado em recolhas exaustivas de dados, análises, inquéritos e experiências políticas, tendo como objectivo conseguir a maior participação possível de interessados na definição da futura agenda política.

² <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/n26104.htm> acedido em 18/04/2008

O Livro Verde abordou dez questões relacionadas com dois problemas fundamentais para a Europa: “*Como produzir mais empresários?*” e “*Como conseguir que mais empresas cresçam?*”.

Este contexto reflecte o cenário da União Europeia ao nível do espírito empresarial, focando a importância do empreendedorismo, as lacunas do tecido empresarial da UE e o seu potencial, as opções políticas para o empreendedorismo, bem como as orientações para tornar uma sociedade mais empreendedora.

Com base na consulta pública, foi desenhado um Plano de Acção que tem como objectivos: o incentivo e a motivação de pessoas para a criação da sua própria empresa e o apoio incondicional aos empresários, apoiando-os na realização das suas ambições e na criação de um ambiente propício às actividades empresariais.

De acordo com o *Livro Verde do Espírito Empresarial na Europa* (Comissão das Comunidades Europeias, 2003), o empreendedorismo é o principal motor da inovação, da competitividade e do crescimento. Assim, tendo em consideração a sua forte presença em determinados sectores e actividades baseadas no conhecimento, as pequenas empresas e os empresários desempenham, actualmente, um papel essencial na economia do país e da UE.

A nível mundial, instrumentos como a Criação do *GEM – Global Entrepreneurship Monitor* - é o exemplo mais significativo de estudos que relacionam o meio envolvente e a criação de empresas. De carácter transversal e comparativo, é actualmente o maior projecto de investigação que existe em torno do tema espírito empresarial, tanto pela sua magnitude como pelos resultados que se têm conseguido obter com a utilização deste. (Reynolds, *et al.*, 2002).

2.1.2. CRIAÇÃO DE EMPRESAS: CONCEITOS

Apesar da criação de empresas ser uma temática que já vem sendo estudada há vários anos, a realidade é que os grandes passos, em termos de investigação científica, apenas surgem a partir dos anos oitenta (Brockhaus, 1987; Sexton e Bowman-Upton, 1988; Hisrich, 1988; Stevenson e Harmelin, 1990; Bygrave e Hofer, 1991; Blenker, 1992;

Hornaday, 1992; Bouwen e Steyaert, 1992; Johannison, 1992; Nueno, 1994; Veciana, 1999; Genescà *et al.*, 2003, Nueno, 2005, entre outros). Mais recentemente, têm-se verificado consideráveis aumentos nas investigações sobre criação de empresas, quer no âmbito académico, em que se estudam diferentes enfoques, níveis e teorias (Shane e Venkataraman, 2000; Gartner, 2001; Ucbasaran *et al.*, 2001; Aldrich e Martinez, 2001; Davidson e Wiklund, 2001); quer no âmbito prático e real.

Pode referir-se concretamente, questões relacionadas com o fomento e estímulo de criação de novas empresas que têm despertado o interesse de vários investigadores, que assumem que a utilização de mecanismos de apoio pode ter um efeito positivo tanto no número de empresas criadas como na sua taxa de sobrevivência (White e Reynolds, 1996; Storey, 2000; Boter e Lundström, 2001; Reynolds *et al.*, 2002, Urbano, Díaz e Hernández 2007).

Dada a contribuição que as novas empresas têm no desenvolvimento económico e social de uma região ou de um país, o estudo dos factores que condicionam a criação de empresas revela-se de maior importância. Então coloca-se a questão, o que se entende por novas empresas? Apesar de estas serem objecto de várias investigações, as mesmas não apresentam uma definição operacional da expressão “novas empresas” (Silva, 1998).

Aldrich *et al.*, (1989) consideram que uma nova empresa pode resultar de três situações: (1) quando os elementos do negócio estão reunidos pela primeira vez de forma coerente; (2) quando é tomada por um novo dono; e (3) quando resulta da mudança de uma outra forma legal.

Considerando estudos sobre o ciclo de vida da empresa (Chandler, 1962; Quinn e Cameron, 1983; Miller e Friesen, 1984, Ferreira, 2003), em que a história de uma empresa é definida em termos de uma sequência de estádios de desenvolvimento, a nova empresa identifica-se com o primeiro estágio de desenvolvimento da organização, no qual o empresário ou a equipa fundadora assumem a iniciativa de criar uma nova empresa e de desenvolver a sua actividade nos primeiros anos de vida.

Outros autores adoptaram o critério da idade para definirem as novas empresas. McDougall e Robison (1990) consideram novas empresas, aquelas que têm menos de 8 anos desde o início da actividade. Também Özcan (1995) considera que as empresas com

menos de 6 anos são novas empresas. De acordo com o relatório GEM (2007) as empresas com menos 42 meses desde a data da sua criação denominam-se novas empresas; no entanto, ainda referem que as empresas com menos de 3 meses se denominam por empresas nascentes.

Uma vez que a expressão “novas empresas”, é utilizada por vários investigadores com diferentes significados, será importante definir o conceito e o âmbito que esta terá ao longo desta investigação. Assim, à semelhança do estudo realizado por Silva (1998) consideram-se **novas empresas** as empresas independentes, que são criadas e legalmente constituídas sob uma forma jurídica, as quais se encontram numa fase de arranque ou de desenvolvimento inicial da sua actividade e cuja idade será igual ou inferior a 42 meses, desde o início da sua actividade.

A criação de uma empresa envolve indivíduos que se caracterizam por possuir uma atitude empreendedora de estabelecer o seu negócio GEM (2007). Portanto a criação de uma empresa envolve uma pessoa ou uma equipa de promotores que se designam por empreendedores. A análise do empreendedor não é o foco da presente investigação, contudo não se poderá deixar de o abordar ao se analisar o fenómeno dos determinantes institucionais da criação de empresas.

A análise do empreendedor tem evoluído ao longo dos anos (Hamilton e Harper, 1994; Hisrich e Peters, 2002; Trigo 2003, Lourenço, 2005). Desde o século XVIII até ao presente, vários autores e investigadores se dedicaram ao estudo do tema e várias são as perspectivas apresentadas. Seguidamente, de uma forma sucinta, apresentam-se algumas dessas abordagens de acordo com a distinção proposta por Trigo (2003), em que diferencia entre (i) pensadores economistas e (ii) pensadores não economistas.

(i) Pensadores economistas

Em 1755 Richard Cantillon desenvolve um dos primeiros trabalhos a respeito do empreendedor, em que considera o empreendedor como o indivíduo que assume riscos. Para Say (1816), empreendedor é o indivíduo que organiza os recursos que são escassos e, ao mesmo tempo, procura mercados para os seus produtos. Segundo Menger (1871) o empreendedor é aquele que consegue antecipar necessidades futuras. De acordo com

Knight (1921) a principal característica do empreendedor é a sua capacidade de lidar com a incerteza. Joseph Schumpeter, em 1934, realça o carácter inovador do empresário, salientando que o que o empreendedor traz de novo ao mercado é a inovação, que se expressa sob várias formas: (1) introdução de um novo produto; (2) introdução de um novo método de produção; (3) abertura de um novo mercado; (4) a aquisição de uma nova fonte de oferta de materiais; e (5) a criação de uma nova empresa. Schumpeter, também abordou pela primeira vez, que o empreendedorismo é um processo e, por isso, é passível de ser aprendido. Mais tarde Kirzner (1973) refere que o empreendedor é a pessoa que identifica e explora os desequilíbrios verificados na economia. Para este investigador, o empreendedor tem um sentido de alerta permanente (*alertness*) o que lhe permite aproveitar, como ninguém, as oportunidades que surgem no meio envolvente. Mais recentemente, Baumol (1993) descreve não um mas dois tipos de empreendedores: um primeiro tipo de empreendedor cria, organiza e faz funcionar a nova empresa, independentemente de existir algo de inovador nesse acto, enquanto o segundo tipo de empreendedor corresponde a alguém inovador, que transforma invenções e ideias em entidades economicamente viáveis, independentemente da criação ou não de uma empresa.

(ii) Pensadores não economistas

A partir dos anos 60 do século passado, surge, a necessidade de se compreender melhor a pessoa empreendedora, procurando-se analisar as características psicológicas que conduzem as personalidades empreendedoras. Neste âmbito, um dos primeiros estudos foi realizado por McClelland (1961), no qual concluiu que a necessidade de realização individual é um dos principais motivos que explicam o comportamento empreendedor. Para Drucker (1974) o empreendedor é a pessoa que procura maximizar as oportunidades, para quem a questão não é como fazer as coisas, mas sim encontrar as coisas que se querem fazer e concentrar os recursos e os esforços nessas coisas. Stevenson e Gumpert (1985) referem que o empreendedor é o indivíduo que persegue uma oportunidade sem ter em conta os recursos que possui. Ao longo das últimas décadas, muitos estudos se têm realizado neste campo de investigação, apresentando um conjunto de atributos que caracterizam o comportamento empreendedor de um indivíduo, de entre os quais se destacam alguns, nomeadamente: visão do futuro, pró-actividade, tolerância à ambiguidade, orientação por objectivos, motivação e entusiasmo, autoconfiança, capacidade de assumir riscos, capacidade de aprender com a experiência, capacidade de

controlar o seu próprio destino (*locus interno*), ser inovador e criativo, entre outros atributos (Silva, 2006).

Lundström e Stevenson (2005) alargam o âmbito desta visão, propondo a adopção de uma perspectiva de processo. Assim, associam o conceito de empreendedor ao arranque da empresa, à propriedade e à gestão do seu próprio negócio. Neste sentido a criação de empresas, tal como o empreendedorismo em sentido mais lato, é um processo que pode ser gerido e aprendido (Hisrich e Peters, 2002; Trigo 2003; Veciana, 2005).

2.1.3. O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE EMPRESAS

Criar uma empresa que seja viável, muitas vezes, não é um processo que se apresente muito fácil, como aliás atestam as taxas de sucesso, que são bastante reduzidas, e que mostram que algumas das novas empresas apenas sobrevivem nos primeiros cinco anos de vida. Em Portugal, num estudo realizado em empresas transformadoras, criadas durante a década de 80, constatou-se que mais de 20% das novas empresas desapareceram no seu primeiro ano de vida, mais de 50% não sobrevivem mais de quatro anos e só cerca de 30% das empresas inicialmente criadas sobrevivem mais de sete anos (Mata, Portugal e Guimarães, 1995). Mais recentemente, baseando-se em dados recolhidos em estudos, o Relatório OECD (2002) revela que as novas empresas são muito vulneráveis nos primeiros três a cinco anos.

A criação de uma empresa é um processo que pode ser gerido e apreendido desde as etapas iniciais do processo de criação até à fase de implementação da própria empresa (Filion, 1999, 2000, Veciana; 2005).

Os estudos de Filion (1999, 2000) demonstram a importância da existência da aprendizagem e da formação adequada para que os empreendedores tenham sucesso na criação de uma nova empresa. Numa das suas investigações, o resultado de pesquisas efectuadas sobre milhares de criadores de empresas mostrou que, pessoas que se lançavam precipitadamente nos negócios, atrás de uma oportunidade bem identificada mas sem grande preparação, apenas 40% ainda os mantinham, passados cinco anos. Em contrapartida, 80% das pessoas que tinham tido, pelo menos, 6 meses de preparação para

implementar o seu projecto continuavam com os seus negócios, cinco anos depois. O mesmo autor realça que no Centro da Empresa e da Inovação de Montreal, onde as pessoas passaram por todas as etapas, a percentagem de preparação para a criação de empresas atingiu o valor de 85%, principalmente porque o projecto destas estava concebido de uma forma exemplar. Estes empreendedores dedicaram tempo a trabalhar os cenários e a entrar em falência, no papel, várias vezes, com o objectivo de elaborar um plano mais eficiente que minimizasse o risco ao enfrentar momentos difíceis. É também de referir que a maior segurança de sucesso está na experiência dos negócios, sobretudo no conhecimento do assunto sobre o qual se quer criar a empresa.

O trabalho de Veciana (2005) intitulado “*La creación de empresas – Un enfoque gerencial*” foca as principais componentes do processo de criação de empresa e revela-se como guia que permite aos novos empresários ultrapassar algumas das suas maiores dificuldades e orientá-los no processo de criação da empresa. Segundo Veciana (1988), conforme se observa na Figura 2.2, o processo de criação de empresas apresenta 4 fases: (1) Gestação: a ideia; (2) Criação; (3) Lançamento; (4) Consolidação.

Figura 2.2. – Processo de Criação de uma Empresa

PROCESSO DE CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA			
Tempo			
3 - 12 meses		2 - 3 anos	
Fase 1: Gestação	Fase 2: Criação	Fase 3: Lançamento	Fase 4: Consolidação
<u>Infância</u>	Procura e Identificação de uma oportunidade empresarial	<u>Criação da equipa</u>	<u>Sucumbir ou vencer</u>
<u>Antecedentes e preparação profissional</u>	Configuração do projecto empresarial	<u>Aquisição e organização dos meios</u>	<u>Desfazer-se de sócios indesejáveis</u>
<u>Organização Incubadora</u>	Criação de uma rede de relações	<u>Desenvolvimento do produto/serviço</u>	<u>Por fim "tudo sob controlo"</u>
<u>Sucesso "disparador"</u>	Avaliação do plano da empresa	<u>Procura de financiamento</u>	
<u>Decisão de criar uma empresa própria</u>	Criação formal da empresa	<u>Lançamento do produto/serviço</u>	

Fonte: Veciana (1988)

De acordo com Veciana (2005) estas 4 fases podem ajudar a compreender, não só o processo de criação de empresas, como também as suas actividades, características e as principais dificuldades com que o empresário se depara ao longo deste processo. Cada uma

das fases é em si um processo, porque se verificam muitas vezes interações e retrocessos, isto é, um empreendedor, pode estar na fase de lançamento e, tendo em conta a análise que efectua, pode voltar à fase de criação, ou seja, à identificação da oportunidade económica, e assim sucessivamente.

A fase inicial do processo de criação de empresas começa com o reconhecimento da oportunidade que é um dos aspectos mais críticos do empreendedorismo e, talvez, um dos processos mais complexos de estudar, pela razão de só poder ser identificado após ter acontecido, sendo, na maioria das vezes, difícil reconhecer quando surge a oportunidade. Por este motivo costuma dizer-se que os grandes empresários têm em comum uma grande capacidade, considerada especial, para detectar oportunidades onde outras pessoas apenas vêm dificuldades. Neste âmbito, Kirzner (1999) diz que esta capacidade define o empresário. No mundo Kirzneriano os empresários são considerados como um ser em manifesto alerta a todas as oportunidades que já existem, e só estão à espera que alguém as descubra. O empresário não é, portanto, considerado um ser como uma fonte de ideias inovadoras, apenas está envolvido num processo de constante aprendizagem e descoberta. Relativamente ao desenvolvimento económico, o empresário, do ponto de vista de Kirzner (1999), responde às oportunidades presentes no mercado e aproveita-as, em vez de as criar. A fase de criação, propriamente dita, começa com a procura e identificação de uma oportunidade empresarial, e que, aliás, é aquela que irá ser abordada nesta investigação.

A semente de uma nova empresa é sempre uma “*Ideia*” (Veciana, 2005) que, se estiver baseada numa boa oportunidade, irá conseguir obter êxito, expandir as suas capacidades e singrar no mercado, porque as oportunidades estarão sempre presentes no meio envolvente e no mercado. Apenas será necessário saber aproveitá-las e fazer uso delas da melhor forma possível.

Nesta fase a criação de uma rede de relações é muito importante, porque uma empresa vive e depende dos contactos estabelecidos com o meio envolvente. A investigação desenvolvida por Greve e Salaff (2003) evidenciou a importância das redes sociais dos empresários, no acesso aos diversos recursos necessários para a formação e para o crescimento de novas empresas. Por um lado, o empreendedor entra em contacto com as suas redes sociais, em especial, com a família e amigos (principalmente quando é a primeira vez), para adquirir os recursos necessários para produzir bens ou prestar serviços

e para atingir os objectivos que pretende alcançar (Johannisson, 1998; Murray, 2004). Por outro lado, tem que procurar, no mercado, potenciais clientes para vender os seus produtos ou serviços.

Como já foi referido anteriormente, este processo apresenta inúmeras dificuldades, principalmente para o novo empresário, que não faz ideia por onde começar. Por isso, é que o papel dos organismos que fornecem algum apoio em diversas formas possíveis podem marcar a diferença na actividade empresarial deste novo empreendedor.

Será, provavelmente, na negociação com as redes sociais que o empreendedor mais sente o quanto a cultura do meio envolvente no qual está inserido, ou seja, do país onde pretende empreender é tão significativa e pode influenciar fortemente as suas decisões. Pois se a cultura for favorável, o empreendedor será incentivado a avançar, mas se, pelo contrário, for desfavorável, rapidamente surgirão um conjunto de dificuldades que levarão o empreendedor a desistir ou a atrasar o processo de criação da empresa.

Após a criação, dá-se início à fase de lançamento. Nesta fase, é necessário que o empreendedor apreenda características pessoais tais como a liderança, a visão e a capacidade de mobilizar recursos (Veciana, 2005).

Depois da empresa estar criada, o importante é reunir esforços para a sua constante evolução, ou seja, o seu crescimento, fase sem o qual o processo não estará completo. Nesta fase, a vertente organizacional é muito importante, que em sintonia com a vertente pessoal, sociológica e o meio envolvente, será determinante para a sustentabilidade do negócio.

O processo de criação de empresas, da gestação à consolidação, é dinâmico, pois como já foi referido, é constituído por fases de avanço e recuo ao longo do processo, originadas por dúvidas e alterações e, também, devido, muitas vezes, a acontecimentos pontuais e exógenos. Segundo Russel (1997) a evolução deste processo é influenciada por um sistema de variáveis que interagem entre si e influenciam o resultado final.

Também, é raro que uma ideia original se mantenha constante ao longo do tempo, sem sofrer qualquer tipo de alterações ao longo do processo de criação da empresa. No estudo

realizado por Drucker (1985) constatou-se que quando uma nova empresa tem sucesso, muitas vezes, tal não acontece no mercado alvo original, nem com os produtos ou serviços originais, o que quer dizer que esta perspectiva está sustentada. Também é de conhecimento geral, que a maior parte dos empreendedores não obtém sucesso com a realização da sua ideia original, quando decide avançar com o seu projecto, este sofre sempre as alterações necessárias para que se torne no modelo mais aproximado possível com forte potencial para a sustentabilidade do negócio. A realidade é que o facto de o empreendedor não ter sucesso com a realização da ideia original, é justificada pela evolução dinâmica do negócio (antes e após a criação de empresas).

2.2. TEORIA ECONÓMICA INSTITUCIONAL

Esta investigação visa analisar os factores do meio envolvente, mais especificamente os organismos, programas e serviços existentes, que poderão ter maior impacto na criação de novas empresas industriais. Atendendo a este objectivo considera-se que a Teoria Económica Institucional é a abordagem teórica que mais se adequa a este estudo. Segundo Veciana (1999:25) a teoria institucional “actualmente proporciona o marco conceptual mais consistente e apropriado para o estudo da influência dos factores do meio envolvente na função empresarial e na criação de empresas”. E por isso, o autor diz ainda que “a criação de novas empresas está fortemente condicionada pelo marco institucional” (Veciana, 1999:26).

Assim, pretende-se com esta abordagem estabelecer o enquadramento e os fundamentos teóricos necessários para analisar a influência que os organismos exercem na criação de empresas industriais.

A Teoria Económica Institucional (*North, 1990*) aborda não só aspectos económicos, como também aspectos políticos e sócio-culturais que afectam o comportamento dos indivíduos e das organizações. Portanto, a teoria económica institucional é uma abordagem do comportamento económico, na qual as instituições desempenham um papel chave nas eleições dos indivíduos. É um paradigma processual cujo ênfase está no processo social (Dugger, 1988: 983); mais exactamente na incidência que as acções individuais têm em grupo ou colectividade.

Esta foi uma teoria estudada ao longo de vários anos e que sofreu algumas alterações que permitiram a sua evolução e que culminou na elaboração do trabalho de Douglass North, em 1990, intitulado “*Institutions, Institutional Change and Economic Performance*”.

Tal como acontece com outras ciências, são inúmeras as denominações e classificações que as distintas escolas e movimentos referem a respeito da teoria económica institucional (Seligman, 1967; Homan, 1971; Gruchy, 1972 e 1987; Klein, 1989, 1990; Eggertsson, 1990; Dugger, 1990 e 1995; Ekelund e Hébert, 1992; Furubotn e Richter, 1991; Valdés, 1996; Hodgson, 1998 e 2000; Rutherford, 1995, 2000a, 2000b e 2001; Martinez, 2001). Por este motivo, ao longo da revisão histórica efectuada sobre a corrente do pensamento institucional (Hodgson, 1988a, 1988b; Powell e DiMaggio, 1991; Rutherford, 2000a, 2000b; Samuels, 2000; Rodríguez, 2001; Kalmanovitz, 2001; Parada, 2003), pode distinguir-se dois enfoques fundamentais: (1) Economia institucional original ou os institucionalistas de 1ª geração; (2) Nova economia institucional ou os novos institucionalistas.

(1) Economia institucional original ou institucionalistas de 1ª geração

O pensamento económico institucional começou a desenvolver-se no século XIX. Relativamente à primeira vertente, institucionalistas de 1ª geração, os principais representantes deste enfoque são Thorstein Veblen, John Commons, John Clark, Wesley Mitchell e Clarence Ayres (Hodgson, 1988a; 1988b; Powell e DiMaggio, 1991; Rutherford, 2000a, 2000b; Samuels, 2000; Rodríguez, 2001; Kalmanovitz, 2001; Parada, 2003). De acordo com Aponte (2002) esta vertente é um movimento que vai contra a teoria neoclássica, uma vez que os institucionalistas, para além de não entenderem o fundamento da economia como um sistema de mercado, diferem do conceito de economia tradicional em relação à percepção que é feita dos problemas económicos.

Para Veblen, a economia consiste no estudo do aspecto material da cultura humana, ou seja, segundo a sua visão, o sistema económico é visto como um subproduto cultural sujeito a constantes evoluções e transformações. A acção humana em todas as suas vertentes é o próprio campo da economia, não somente a estrutura e organização da vida económica, como também todo o comportamento social. Segundo Veblen (1965) “as instituições são como pautas comuns e precedentes do comportamento em sociedade,

incluindo os hábitos de pensamento e de acção geralmente compartilhados.” Quer isto dizer que, uma instituição seria um tipo de comportamento habitual amplamente difundido e aceite (Rutherford, 2001). Os fundamentos de Veblen centraram-se na aplicação da natureza e no funcionamento do capitalismo americano, na situação vivida pela indústria e negócios da época, realizando uma dura crítica, tanto às práticas empresariais como à teoria neoclássica. Bastante importantes para a sua teoria foram os conceitos de eficácia tecnológica e de escassez, ligados aos conceitos de classe produtiva, do ponto de vista empresarial e classe ociosa, do ponto de vista dos negócios, respectivamente.

John Commons foi um dos inspiradores do movimento sindical americano da época. Postulando o capitalismo do bem-estar, acreditava na capacidade do Estado para elevar o bem-estar das sociedades em geral, através da mudança institucional. Transformou a economia institucional num programa para a reforma económica e social, contribuindo para propostas legislativas enquanto regulações laborais, *antitrust* e sobre serviços públicos do Estado (Ekelund e Hébert, 1992).

John Clark tentou criar um tratado da economia social para a sua época, que tinha por leis de base a crítica à economia neoclássica e à psicologia. A sua teoria é baseada em novos pressupostos sobre a natureza do ser humano e do sistema económico, prestando especial atenção a questões de carácter ético. Este autor evidencia a importância de valores sociais, fazendo a distinção entre valorização social e valorização de mercado; assim como, a eficiência comercial ou empresarial da eficiência social. Clark pensava que sob um estrito controlo social existia a possibilidade do sistema económico capitalista servir o bem-estar da economia. Acreditava na possível harmonia entre os negócios e a eficiência social.

Wesley Mitchell seguiu outra direcção institucionalista. A teoria deste autor é baseada particularmente em fundamentos estatísticos, sendo este considerado como um dos percursores da econometria. É por este motivo, que se pode ver o seu nome e trabalhos associados ao uso de métodos quantitativos e investigações detalhadas e meticulosas sobre ciclos económicos no National Bureau of Economic Research (NBER), fundado em 1920, organismo dedicado à investigação económica, e que ainda se encontra em funcionamento nos dias de hoje³. Mitchell instaurou um programa para a recolha e utilização de dados

³ Consulta de informação sobre o organismo NBER através do site: <http://www.nber.org> acedido em 24/01/2008

empíricos que, em simultâneo com a subsequente análise matemática e estatística, conferiu a uma grande parte da economia moderna o seu carácter particular (Ekelund e Hébert, 1992). Mitchell tentou objectivar as instituições pecuniárias e as flutuações dos negócios e da economia.

Apesar da economia institucional ter tomado vários caminhos divergentes, depois de Veblen, pode afirmar-se, ainda que em termos gerais, que a primeira geração de institucionalistas partilham o interesse pela análise das instituições, a sua evolução e a mudança institucional, assim como a preocupação pelo estudo dos problemas sociais e económicos, desde uma perspectiva crítica com vista a uma proposta de reforma social.

(2) Nova economia institucional ou novos institucionalistas

A nova economia institucional surge da contribuição de Ronald Coase sobre os comentários elaborados relativos a direitos de propriedade e sobre os problemas de oportunismo existentes na atribuição de recursos (Kalmanovitz, 2001). Apesar de existirem vários autores, considerados os novos institucionalistas que se dedicaram ao estudo desta vertente, os que mais se destacaram foram Oliver Williamson e Douglass North. Daí, talvez, a razão desta ter ficado conhecida como escola North – Williamson (Parada, 2003: 93). Dentro desta perspectiva, podemos ainda considerar três vertentes:

(1) A escola dos direitos de propriedade e custos de transacção:

que enfatiza na estrutura dos direitos de propriedade, a natureza do contrato, a importância da lei e a análise da estrutura da empresa.

(2) A escola da economia política e de eleição pública:

que analisa a política e os executivos corporativos e públicos. O governo concebe-se como uma série de instituições submetidas a pressões internas e externas, com uma conduta baseada mais em padrões culturais estabelecidos e percepção de interesses, que na maximização racional da utilidade (Kalmanovitz, 2001:22).

(3) A escola histórica:

que enfatiza o papel das instituições na evolução do sistema económico. As instituições são restrições para a tomada de decisões. A racionalidade não a exerce o “homem económico” senão as instituições (Kalmanovitz, 2001:23), daí que existam instituições que

canalizam o trabalho para fins produtivos, outras que permaneçam neutras, algumas ainda que levam a situações conflituosas e à perda de produtividade.

Em termos gerais, North (1990) elabora uma teoria completa da mudança institucional para compreender o diferencial de desempenho das economias ao longo do tempo, dando especial importância à cultura e história dos diferentes países ou regiões. Esta parte de uma teoria de conduta humana combinada com uma teoria dos custos de transacção. Combinando ambas as teorias tenta explicar o porquê da existência das instituições, a sua evolução e o papel que estas desempenham no funcionamento das sociedades.

É com o modelo de 1990, que se chega ao cerne da contribuição de North em termos da Teoria Económica Institucional, o autor atinge o seu objectivo ao enunciar um modelo do desenvolvimento económico no seu trabalho “*Institutions, Institutional Change and Economic Performance*”. De acordo com as suas próprias palavras (North, 1990), encontra a resposta teórica que procurava. North faz, finalmente, a transição da análise histórica para a teórica (Velasco e Cruz, 2001:5). O autor põe de parte o estudo da evolução das instituições como a forma histórica pela qual os homens estabeleceram a ordem social. E seguindo a obra de Ronald Coase, amplia as contribuições teóricas deste⁴, donde resulta a teoria sobre as reduções de custos de transacção que as instituições trazem para um sistema económico, em termos hipotéticos.

Estudar o desenvolvimento económico significa simultaneamente estudar o desenvolvimento institucional. Não é possível compreender a evolução e o progresso das sociedades sem uma teoria das instituições.

A teoria fundamentada por North pretende explicar não só como as instituições e as mudanças institucionais afectam o desenvolvimento económico e social, mas também como a análise da mudança institucional se baseia num triplo eixo: crenças-instituições-economia, já que para saber como funciona uma economia, é necessário saber os factores políticos, sociais e culturais que estabelecem a sua dinâmica institucional e, para isso, há que estudar os sistemas de crenças e tomadas de decisão (North, 2005).

⁴ “when it is costly to transact, institutions matter” (North, 1990:12)

2.2.1. INSTITUIÇÕES FORMAIS E INSTITUIÇÕES INFORMAIS

A teoria institucional desenvolve um conceito muito amplo de “instituição”. Segundo North (1990, 2005), as instituições são as “regras do jogo” de uma sociedade ou, expressando mais formalmente, as limitações idealizadas pelas pessoas que dão forma à interação humana. Partindo deste conceito, as instituições são o conjunto de regras que articulam e organizam as interações económicas, sociais e políticas entre os indivíduos e grupos sociais, afectando o desenvolvimento económico e social, portanto, influenciando, em parte, e através de diferentes acções, em quantidade e qualidade, o tecido empresarial.

North (1990) faz também a distinção entre as instituições formais, que abrangem as leis, os regulamentos e os procedimentos governamentais; e as instituições informais que incluem as ideias, as crenças, as atitudes e os valores das pessoas, ou seja, abarca a cultura de uma determinada sociedade.

Na teoria das instituições de North existem 2 aspectos essenciais a ter em linha de conta. O primeiro é o que nos diz que as instituições não são estáticas, a estrutura institucional pode sofrer alterações e, como esta é responsável pelo regulamento das interações entre os agentes, a mudança institucional torna-se imprescindível para compreender como a sociedade evolui ao longo do tempo. O segundo é que as instituições nem sempre são eficientes. O ambiente institucional influencia o desempenho económico pelos seus efeitos nos custos de transacção e de produção que, na sua globalidade, constituem os custos totais. A redução dos custos de transacção permite às instituições o incentivo ao progresso tecnológico e aos investimentos o que, por sua vez, também, leva a uma redução nos custos de produção.

As instituições formais podem sofrer súbitas mudanças provocadas por alterações de tomadas de decisão ao nível político ou jurídico. Em contrapartida, as instituições informais não sofrem alterações imediatas como resposta a mudanças nas normas formais, pelo contrário, criar-se-á uma tensão entre as normas formais alteradas e as instituições informais persistentes. Esta tensão produzirá resultados com importantes implicações nas mudanças económicas (North, 1990).

As instituições incluem todo o tipo de limitações que os seres humanos criam para dar forma à interacção humana. Enquanto que as limitações formais fazem referência a um conjunto de normas escritas formais, as limitações informais referem-se a códigos de comportamento, geralmente não escrito, que complementam as regras formais. As duas limitações formam a matriz institucional que configura todo o tipo de relações que se produzem numa determinada sociedade.

a) Limitações Formais

A diferença que existe entre as limitações formais e as limitações informais é de grau. À medida que as sociedades se vão tornando mais complexas, ao aumentar o seu grau de especialização e organização do trabalho, os costumes ou tradições, que representam as restrições não escritas, vão evoluindo face a outro tipo de normas escritas, representativas destas comunidades mais avançadas. Estas regras formais podem aumentar e complementar a eficácia das limitações informais, ao diminuir os custos de informação e de aplicação, ainda que também possam ser ditadas para modificar, rever ou substituir normas informais (North, 1990).

De acordo com o autor, as regras formais são compostas por regras políticas e judiciais, regras económicas (ou de direitos de propriedade) e os contratos (North, 1990). As regras políticas estabelecem a estrutura hierárquica dos governos, ou seja, a sua estrutura básica de decisão, assim como, as características expressas das formas de controlo dos programas governamentais.

As normas políticas dão origem a normas económicas e vice-versa, quer dizer que a estrutura de direitos de propriedade é definida e definida segundo a vontade e decisão política, mas também a configuração de interesses económicos influenciará a estrutura política, pelo que num sistema em equilíbrio, a estrutura de direitos de propriedade estará em conformidade com um conjunto de normas políticas.

As regras económicas definem os direitos de propriedade, quer dizer, o cúmulo de direitos sobre o uso, as rendas derivadas da propriedade, ou a capacidade de venda de activos ou recursos, “ Os direitos de propriedade exercer-se-ão sobre recursos e valores como um

cálculo simples de custo/benefício dos custos de idealizar e fazer cumprir tais direitos” (North, 1993:73).

Os contratos fazem referência a disposições específicas de acordos particulares realizados nos intercâmbios. Estes reflectem as estruturas de incentivos - desincentivos definidas pelo marco de direitos de propriedade, espelhando o conjunto de oportunidades que este marco estabelece.

b) Limitações Informais

North (1990) diz que em todas as sociedades, desde as mais primitivas até às mais desenvolvidas, as pessoas impõem restrições para estabelecer as suas relações com os outros. Sob condições de informação e capacidades informáticas limitadas – de processamento, organização e utilização da informação - as restrições reduzem os custos da interacção humana, em comparação com o universo onde não existam instituições.

Inclusivamente em sociedades mais evoluídas, nas quais se considera que a vida está organizada por meio de leis formais e direitos de propriedades muito bem definidos, as regras formais constituem uma pequena parte das estruturas que governam a interacção social quotidiana. As limitações informais com os códigos de conduta, normas de comportamento e convenções, definem maioritariamente o campo de actuação no qual os indivíduos se movem, nas suas relações diárias com a sua família, nas relações sociais, nas relações profissionais, entre outras.

As restrições informais são originadas pela informação que tem sido transmitida como parte da herança cultural de determinada sociedade. A herança cultural proporciona continuidade, de modo que a solução informal para os problemas de intercâmbio do passado se transferem para o presente, e convertem as restrições informais em fontes importantes de continuidade, relativamente a mudanças sociais, a longo prazo (North, 1990).

A forma como o indivíduo processa a informação representa a base da existência de instituições e, para além disso, é a chave para entender como as limitações informais são

vitais para a formação das eleições que se tomam para solucionar os problemas, tanto a curto prazo como a longo prazo na evolução de uma sociedade (North, 1990).

Segundo os aspectos abordados neste ponto, torna-se bastante claro, que este estudo aponta, como linha de investigação, fazer uma análise do marco institucional formal, uma abordagem aos instrumentos de apoio à criação de empresas, tanto do ponto de vista da oferta (Organismos e medidas de apoio) como do ponto de vista da procura dos respectivos serviços que esses mesmos Organismos oferecem, por parte dos actuais ou potenciais novos empresários. Ou seja, as instituições formais designadas por North, que constituirão os factores institucionais formais que condicionarão a criação de novas empresas industriais no Concelho da Covilhã, nesta investigação, serão respectivamente os Organismos e medidas de apoio à criação de empresas.

2.2.2. INSTITUIÇÕES FORMAIS E ORGANIZAÇÕES

As organizações entendem-se como a entidade na qual se estabelecem todo o tipo de relações humanas (sindicatos, clubes, empresas, associações, colégios, famílias, grupos religiosos, entre outras entidades) e onde as instituições estabelecem parâmetros que determinam como se definiram essas mesmas relações dentro de determinada organização.

De acordo com North (1990), as organizações diferenciam-se por alcançar distintos objectivos, motivo pelo qual se constituem organizações políticas (Partidos Políticos, Câmaras, Senado); económicas (Seguradoras, Empresas, Cooperativas, Sindicatos); sociais (Igrejas, Clubes, Associações Desportivas, Lares) e educativas (Escolas, Universidades, Infantários). As organizações também se caracterizam pelo facto dos indivíduos que trabalham no seu seio terem o mesmo objectivo em comum, cooperarem entre eles, submeterem-se a regras previamente estabelecidas, fazerem parte de uma estrutura hierárquica, actuarem de acordo com a mesma e participarem dos benefícios que lucre a organização.

Quer durante a fase de criação, quer durante a sua fase de evolução, as organizações são influenciadas pelas instituições formais. Por sua vez, as organizações, no seu desempenho, geram mudanças nas normas ou instituições formais (North, 1990). Para Douglass North,

“as instituições são as regras do jogo de uma sociedade ou, mais formalmente, são as limitações idealizadas pelo homem que dão forma à interacção humana” (North, 1993:13).

As instituições são entendidas como os elementos que estruturam e limitam a interacção humana. Ou seja, as instituições estabelecem uma estrutura, na qual, diariamente, se desenvolve a interacção humana e exercem influência sobre a tomada de decisão das pessoas, limitando ou orientando as alternativas seleccionadas.

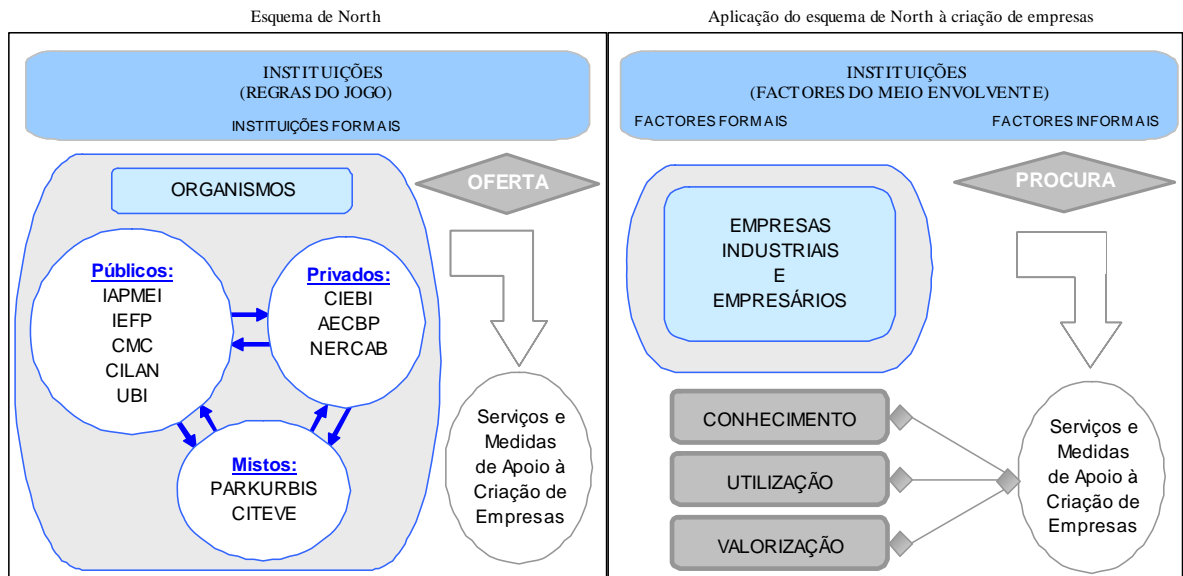
As organizações proporcionam uma estrutura à interacção humana. É a interacção existente entre as instituições e organizações que permite estabelecer uma evolução institucional ao nível da economia. As instituições são as regras do jogo, as organizações e os seus empresários os jogadores (North, 1994). As organizações surgem devido às oportunidades originadas por uma economia, isto é, são criadas com o derradeiro objectivo de aproveitar as oportunidades geradas pelas instituições existentes.

North, (1994:365), refere “Se o marco institucional premeia a pirataria, surgirão organizações piratas, mas se premeia actividades produtivas surgirão organizações dedicadas a actividades produtivas”. As organizações de uma economia reflectem as oportunidades geradas pelo marco institucional.

2.3 APLICAÇÃO DO ENFOQUE INSTITUCIONAL DE NORTH NO ÂMBITO DA CRIAÇÃO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS

Apesar de existirem múltiplos enfoques teóricos que abordam a criação de empresas (Shane e Venkataraman, 2000; Gartner, 2001; Ucbasaran *et al.*, 2001; Aldrich e Martínez, 2001; Davidson e Wiklund, 2001), a análise da intervenção das instituições no desenvolvimento económico e social, apenas aparece mencionado na teoria institucional (North, 1990, 2005).

Figura 2.3.- Aplicação do Modelo de North sobre as Instituições para a Análise dos Factores do Meio Envolve que Condicionam a Criação de Empresas



Fonte: *Elaboração Própria*

Através da observação da Figura 2.3, pode constatar-se que esta apresenta sinteticamente a aplicação do enfoque institucional de North para determinar os factores do meio envolvente que condicionam a criação de empresas, estando evidenciada a importância do papel das instituições formais, as organizações ou organismos.

De um lado, temos a Oferta (Instituições Formais), representada pelos Organismos (Públicos, Privados e Mistos) que oferecem serviços e medidas de apoio à criação de empresas e, do outro, as empresas industriais, em que os seus empresários procuram esses mesmos serviços e medidas de apoio à criação de empresas. Consoante o grau de Conhecimento, Utilização e Valorização que o próprio empresário tenha relativamente a tais medidas, oferecidas pelas Instituições Formais, assim irá agir e reagir perante o meio envolvente, o que influenciará, de certa forma, a criação de empresas e consequentemente o desenvolvimento económico.

Segundo o modelo de North (1990), o desempenho económico é uma consequência do marco institucional, da sua evolução no tempo e das oportunidades produtivas criadas por este. A análise do desempenho económico é feita em função da evolução das instituições e da sua interacção com os organismos. De acordo com o esquema acima representado, as instituições correspondem aos factores formais e informais que condicionam a criação de empresas, e as organizações que têm maior interesse são as empresas e empresários que as

dirigem, mais concretamente os empresários que as criaram, influenciando o crescimento e desenvolvimento de uma região ou país. Não menos importantes, assumindo um papel de destaque, temos também outras organizações e os seus agentes, que podem estar, directa ou indirectamente, relacionados com a criação de empresas, tais como os organismos de assistência ao novo empresário, nos quais se incluem administrações ou associações de empresários, sindicatos, universidades, entre outros.

Deste modo, poderá constatar-se que o empresário, como agente responsável e catalisador da criação de empresas, estará condicionado pelos factores institucionais formais e informais do meio envolvente. Será ele o responsável por implementar as normas e regulamentações, assim como as normas informais fruto da sua aprendizagem e do processo de socialização, contando contudo com a relevância de outras organizações políticas, económicas, sociais e educativas (Urbano; Diaz e Hernández, 2007).

O desempenho económico considera-se como imagem de crescimento e desenvolvimento económico influenciando na criação de empresas. A criação de empresas traduz o resultado da interacção das diversas instituições, o que proporciona as condições para que os empresários criem empresas aproveitando as oportunidades geradas pelo marco institucional. São os factores institucionais formais do meio envolvente que condicionam a criação de empresas, ou seja, que promovem o sucesso ou o fracasso da criação de novas empresas.

Por exemplo, as instituições, podem favorecer a criação de novas empresas através da concessão de apoios ao novo empresário, mediante a eliminação de obstáculos que dificultam a “posta em marcha” de uma iniciativa empresarial, ou, inclusivamente, criando as condições necessárias para que a actividade empresarial seja considerada como uma actividade atractiva ou muito valorizada socialmente.

Dentro do enfoque institucional, o professor Veciana e a sua equipa efectuaram diversas investigações que tiveram como objectivo a análise do marco institucional formal (leis, regulamentos, programas, medidas de apoio, etc.) e marco institucional informal (ideias, crenças, atitudes, valores, etc.), tanto para Catalunha como para Porto Rico.

As investigações que se basearam na análise do marco institucional formal na Catalunha (Urbano e Veciana, 2001; Veciana, Urbano e Vaillant, 2002; Urbano, 2003), Porto Rico (Veciana, Aponte e Urbano, 2001; Aponte, 2002) e no Caribe Colombiano (Gómez, Veciana e Urbano, 2004), focaram o seu estudo especialmente na identificação e descrição de instituições que tinham um papel mais significativo para a criação de empresas, assim como na análise de medidas de apoio oferecidas pelas instituições, o grau de conhecimento, utilização e valorização que os potenciais empresários tinham sobre os programas de apoio, e grau de adequação entre as medidas oferecidas e as reais necessidades dos futuros empresários. É de destacar, também que, já se realizaram alguns estudos que contemplam tanto a análise do marco formal como o informal da criação de empresas (Aponte, 2002; Urbano, 2003; Díaz, 2003; Díaz, Urbano e Hernández, 2005; Veciana, Aponte e Urbano, 1999 e 2005).

Neste contexto, o objectivo desta investigação, seguindo o enfoque também adoptado por outros autores (Gibb, 1993; Smith, 1994; Malecki, 1997; Kolfsten e Scharberg, 1998; Young *et al.*, 1999; Lerner Harber, 2000; Urbano 2006), é analisar através da teoria económica institucional, o marco formal da criação de empresas, identificando os organismos e programas de apoio existentes no Concelho da Covilhã.

2.3.1. A NÍVEL NACIONAL

Dada a importância da criação de empresas para o desenvolvimento económico e social de uma região ou país, é necessário apoiar os futuros empresários e não descurar a atenção para com as diversas pessoas que lhes dão apoio através de diversas instituições quer públicas, quer privadas, já criadas para esse fim.

Este facto é uma das preocupações dos governantes portugueses, uma vez que o factor qualificação, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, assume um lugar de elevado destaque, no que diz respeito às linhas estratégicas a implementar em Portugal, durante o período de 2007-2013, tal como está referenciado no QREN, documento resultante do acordo entre o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão, sobre as perspectivas financeiras e que traduz, em termos financeiros, as prioridades definidas para as políticas da União Europeia. Pretende-se também promover o

desenvolvimento económico e sócio-cultural e da qualificação territorial, num quadro de aumento e qualidade das instituições públicas (QREN, 2008)⁵.

Em conformidade com as características do tecido empresarial português, e a necessidade de uma actuação especializada face a diferentes estádios de desenvolvimento e grau de inserção no mercado global, foram criados três Sistemas de Incentivos:

- (1) *SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico nas Empresas*, que tem como objectivo intensificar o esforço nacional de I&DT, criando novos conhecimentos com vista ao aumento da competitividade das empresas, promovendo a articulação entre estas e as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT);
- (2) *SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação*, que visa a inovação no tecido empresarial, bem como o estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial crescimento;
- (3) *SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME*, que visa a promoção da competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilização e da capacidade de resposta e presença activa no mercado global.

A estruturação operacional do QREN foi sistematizada através da criação de *Programas Operacionais Temáticos* e de *Programas Operacionais Regionais* para as regiões do Continente e para as duas regiões Autónomas. Os Programas Operacionais Regionais do Continente foram reestruturados territorialmente de acordo com as NUTS II e são co-financiados pelo FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional). As temáticas eleitas pelo QREN para os Programas Operacionais são os Factores de Competitividade (FEDER), o Potencial Humano (FSE) e a Valorização do Território (FEDER e Fundo de Coesão).

⁵ <http://www.qren.pt/> (Informação acedida em 20/05/2008)

2.3.2. AO NÍVEL DO CONCELHO DA COVILHÃ

Todas as estruturas de serviços que poderão constituir importantes bases de apoio à actividade empresarial, ou seja, que, de forma directa ou indirecta, possam ter alguma influência na criação de novas empresas, contribuindo assim para o desenvolvimento do concelho da Covilhã, estão evidenciados na Tabela 2.1. Tendo em atenção os objectivos da presente dissertação, seleccionaram-se aqueles que têm maior impacto e que operam directamente no concelho da Covilhã, com base na predominância do seu campo de acção, ou na sua sede, com maior protagonismo e envolvimento na criação de empresas.

Tabela 2.1. – Organismos com maior Influência na Criação de Empresas no Concelho da Covilhã

		TIPO DE ORGANISMOS									
		ORGANISMOS PUBLICOS					ORGANISMOS PRIVADOS			ORGANISMOS MISTOS	
		IAPMEI	IEFP	CMC	CILAN	UBI	CIEBI-BIC	AECBP	NERCAB	PARKURBIS	CITEVE
MEDIDAS NÃO ECONÓMICAS	Informação/ Orientação	X	X	X		X	X	X	X	X	
	Assessoria/ Acompanhamento	X	X	X		X	X	X	X	X	
	Seguimento	X	X	X		X			X		
	Formação		X		X	X	X	X		X	
	Incubação de Micro e PME's			X		X			X		
	Outra	Centro Empresas				Concursos de Ideias; Planos de Negócios (AUDAX, Concursos GAPI)				Bolsa de Ideias; Concursos (CRIA 08)	Centro Tecnológico
MEDIDAS ECONÓMICAS	Empréstimos	X									
	Capital de Risco	X									
	Outra		Investimento a Fundo Perdido								

Fonte: Elaboração Própria

❖ ORGANISMOS PÚBLICOS

IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação

O IAPMEI foi criado em 1975 e exerce a sua actividade, sob a tutela do Ministério da Economia, tendo como objectivos a concepção e execução de políticas económicas direccionadas para as micro, pequenas e médias empresas dos sectores industrial, comercial, de serviços e construção, cabendo-lhe agenciar condições favoráveis para o reforço do espírito e da competitividade empresarial.⁶

O Gabinete de Empresa da Covilhã é responsável pela malha empresarial de onze concelhos do distrito de Castelo Branco. Este tem como missão facilitar e assistir as PME da região, nas suas estratégias de crescimento inovador e internacional, de aumento da produtividade e da competitividade, de reforço de competências e da capacidade de gestão e de acesso aos mercados financeiros, a par da promoção do empreendedorismo.

O principal objectivo das medidas de apoio proporcionadas por este organismo baseia-se na criação de empresas de base tecnológica, de carácter inovador e com um modelo de negócios vocacionado para a internacionalização. E é por este motivo que o IAPMEI, tem vindo a oferecer, ao longo dos anos, ao seu público-alvo, vários programas específicos à criação de empresas. Presentemente é o Programa FINICIA⁷ que facilita o acesso ao financiamento à criação de empresas e às empresas de menor dimensão, que tradicionalmente apresentam maiores dificuldades na sua ligação ao mercado financeiro.

IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional

O IEFP, criado em 1979⁸, é um organismo público, sob a tutela do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, ao qual compete a execução das políticas de emprego e formação profissional, definidas e aprovadas pelo governo. As 5 Delegações Regionais, distribuídas pelo País, de acordo com as regiões estabelecidas para as Comissões de Coordenação Regional, enquadram 86 Centros de Emprego, 31 Centros de Formação

⁶ Portaria n.º 538/2007 de 30 de Abril de 2007

⁷ <http://www.iapmei.pt/iapmei-mstplindex.php?msid=12> (Acedido em 12/05/2008)

⁸ Decreto-Lei n.º 519-A2/79, de 29 de Dezembro

Profissional de Gestão Directa, 1 Centro de Reabilitação Profissional e 8 Centros de Apoio à Criação de Empresas.

O Centro de Emprego da Covilhã, inserido na Delegação Regional Centro, abrange 4 concelhos: Covilhã, Fundão, Belmonte e Penamacor. Este organismo tem como primordial objectivo a criação de emprego. Neste âmbito tem ao dispor do seu público-alvo (desempregados e jovens à procura do 1º emprego) o PEOE⁹ - Programa de Estímulo à Oferta de Emprego, cujos objectivos prevêm garantir um desenvolvimento mais coerente e eficaz das medidas de apoio à criação de emprego, reunindo num só diploma os apoios que originem a criação líquida de postos de trabalho, no âmbito de, pelo menos, uma das seguintes modalidades: (i) Apoios a Iniciativas Locais de Emprego – ILE's; (ii) Apoios a Projectos de Emprego promovidos por beneficiários das prestações de desemprego.

CMC - Câmara Municipal da Covilhã

Existe dentro da estrutura orgânica da CMC um gabinete que estabelece a interface entre esta instituição e o meio envolvente, de forma a promover o desenvolvimento e consequente crescimento da região. Este gabinete designa-se por: **GAEI - Gabinete de Actividades Económicas e Investimento**¹⁰. A criação do GAEI do Município da Covilhã foi aprovada na sessão de 23/04/1999 da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, cuja deliberação ocorreu em 03/03/1999. Sob tutela directa do Presidente da Autarquia, o GAEI tem por missão coordenar e executar todas as acções indutoras do desenvolvimento económico do Município, seguindo o lema “Covilhã – Cidade de Investimento”.

Este gabinete dedica-se a questões relacionadas com a actividade económica e investimento e surgiu com o propósito de fomentar o desenvolvimento sustentado da economia em proveito de todos os municípios. Tem como finalidade coordenar a actividade económica que influencia o concelho, bem como a realização de contactos que permitam que projectos empreendedores sejam realizados na área do Concelho da Covilhã. É também da sua competência o desenvolvimento de todo o tipo de actividades que

⁹ Portaria n.º 196-A/2001 de 10-03 e Portaria n.º 255/2002 de 12-03

¹⁰ <http://www.cm-covilha.pt/> (Acedido em 29/05/2008)

tenham por objectivo promover, divulgar e propagar as potencialidades do respectivo concelho. Actualmente, tem a seu cargo a administração dos dois Parques Industriais do Concelho, o Parque Industrial do Tortosendo e o Parque Industrial do Canhoso, principalmente, ocupando-se da atribuição de terrenos a empresas que no futuro pretendam instalar-se no Tortosendo. Um dos seus serviços, considerados importantes, em termos de informação, é a concepção de publicações onde aproveita para fazer a divulgação das características, potencialidades de algumas instituições e/ou organismos que, devido à sua localização, podem ser considerados elementos de relevo para a localização de empresas.

CILAN – Centro de Formação Profissional para a Indústria de Lanifícios

O CILAN é um organismo que foi constituído em 1993, através de uma parceria entre a ANIL e o IEFP. Foi, especificamente, criado com o objectivo de proporcionar um melhoramento na dinamização e desenvolvimento do sector têxtil, através da realização de acções de formação profissional, às pessoas da referida área.

Ao longo dos anos da sua existência, os responsáveis por este organismo devido à evolução dos tempos e para fazer face às necessidades sentidas por outro tipo de público-alvo (que não apenas pessoas relacionadas com o sector têxtil), decidiram alargar o leque de formação profissional nomeadamente às áreas das tecnologias tais como a informática e a electrónica.

UBI - Universidade da Beira Interior

Sedeada na cidade da Covilhã, a UBI apresenta dentro da sua estrutura orgânica a existência de alguns gabinetes que desenvolvem actividades de fomento e seguimento de novas empresas com o fim de detectar as suas necessidades e fornecer soluções adequadas. Através da consultadoria, ajuda-se a redefinir a estratégia inicialmente planeada em função dos novos cenários e, como complemento, oferecem-se acções formativas e seminários em diferentes áreas de gestão empresarial para potenciar as capacidades e competências das pessoas que trabalham na empresa.

Os gabinetes que se dedicam à assessoria e formação na fase da consolidação são:

- 1) **GAPI – UBI – Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial da UBI¹¹**
- 2) **OTIC – UBI – Oficina de Transferência de Tecnologia da UBI**

O GAPI-UBI, em funcionamento desde Outubro de 2005, tem como missão promover o enriquecimento científico da universidade direccionando a sua acção na valorização, comercialização e transferência de tecnologia. Constitui-se como uma estrutura de interface com o tecido empresarial e institucional tentando impulsionar, incentivar e auxiliar na utilização da Propriedade Industrial (PI), contribuindo para o desenvolvimento regional, através da competitividade das organizações.

O GAPI-UBI presta apoio ao novo empresário, no âmbito de criação de empresas, a diversos níveis, nomeadamente, ao nível da informação e do apoio técnico:

- Organização e realização de eventos de formação e sensibilização, nomeadamente acções de informação, workshops e seminários sobre Propriedade Industrial;
- Divulgação e esclarecimento sobre as regras que presidem às diversas modalidades da PI, ao nível de requisitos técnicos, das exigências administrativas e dos custos;
- Informação sobre o estado jurídico dos direitos de PI;
- Informação sobre os processos de protecção das inovações empresariais (patentes, modelos de utilidade, desenhos e modelos), sobre processos de registo dos sinais de identificação da actividade empresarial (marcas, logótipos, insígnias e nomes de estabelecimento) e ainda sobre direitos de autor e nomes de domínio;
- Aconselhamento técnico e orientação na elaboração das estratégias das empresas em matéria de protecção das suas criações empresariais;
- Realização de pesquisas prévias respeitantes à área jurídica dos vários direitos da propriedade industrial;
- Apoio técnico nos processos de protecção das empresas, na obtenção de direitos de exclusividade, tanto na fase preparatória como na sua utilização e na elaboração das estratégias empresariais, em termos de Propriedade Industrial;
- Preenchimento e encaminhamento dos pedidos de registo de: Patentes de Invenção; Modelos de Utilidade; Desenhos ou Modelos; Marcas; Logótipos; Nomes de Estabelecimentos.

¹¹ <http://gaapi.ubi.pt/> (Acedido em 30/05/2008)

- Formalização de candidaturas ao SIUPI - Sistema de Incentivo à Utilização da Propriedade Industrial;
- Apoio ao Empreendedorismo através da organização e realização de eventos de informação e sensibilização, e apoio técnico na elaboração de candidaturas de investimento.

A OTIC - Oficina de Transferência de Tecnologia - da UBI visa promover a valorização e a transferência de tecnologias inovadoras, em especial, as desenvolvidas pela Universidade da Beira Interior.

A dinamização destes processos assenta em duas ferramentas de base:

- (i) *Technology-push* - em que a componente de inovação tem origem nas tecnologias geradas na UBI;
- (ii) *Demand-pull* - em que a componente base tem origem nas necessidades da empresa.

A OTIC opera em estreita ligação com elementos com competências ao nível de processos de transferência de tecnologia, propriedade industrial, redacção e pesquisa de patentes, análise e registo de marcas, avaliação técnico-económica de tecnologias, marketing tecnológico, vigilância tecnológica e inteligência económica. Os serviços promovidos por esta entidade são os seguintes:

- Elaboração do catálogo de oferta científico-tecnológica da UBI - banco de dados de conhecimento infra-estrutura e oferta científico-tecnológica da UBI;
- Identificação de resultados passíveis de transferência, gerada pelos grupos de investigação;
- Valorização, transferência e comercialização das capacidades científico-tecnológicas da UBI;
- Promoção da constituição de equipas multidisciplinares, universidade-empresa, necessárias para a resolução de problemas concretos das empresas;
- Serviço de Prospectiva Científico-Tecnológica;
- Detecção de necessidades da envolvente empresarial;
- Identificação de pacotes de formação especializada nas áreas da criação, desenvolvimento e comercialização de novas tecnologias e serviços inovadores, empreendedorismo e transferência de tecnologia e conhecimento;

- Promoção de uma maior cooperação entre a universidade e as empresas;
- Fortalecimento da posição dos grupos de investigação da universidade a nível nacional e internacional;
- Promoção e Incentivo à criação de Empresas de Base Tecnológica;
- Apoio aos processos de criação de empresas resultantes de spin-offs de investigadores e alunos da UBI.

❖ **ORGANISMOS PRIVADOS**

CIEBI – BIC (Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior)

Os BIC – Business and Innovation Centre também designados por CEEI – Centro Europeu de Empresas e Inovação - têm como objectivo principal o apoio à criação de empresas inovadoras, contribuindo assim para a qualificação do emprego e o reforço do tecido empresarial na região onde se inserem. Paralelamente, apresentam-se como centros de apoio aos empresários inovadores e às PME em desenvolvimento.

Em Portugal foram lançados, em 1984, por iniciativa da Comunidade Económica Europeia (DG XVI), com o objectivo de promoverem o desenvolvimento das regiões onde a quebra da actividade de alguns sectores industriais, as tornou desfavorecidas. Ao nível da região da Beira Interior, inserido numa rede europeia de BIC's, foi criado o Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior (CIEBI)¹², com parcerias públicas e privadas, designadamente, a UBI, Institutos Politécnicos de Castelo Branco e Guarda, Autarquias, Instituições Governamentais (IAPMEI e ICEP), Bancos e Empresas. Este centro foi constituído, em Julho de 1994, com base em potencialidades locais e regionais. Tem como principal objectivo estimular a criação e o desenvolvimento de empresas inovadoras, através da sua ligação ao sistema científico tecnológico regional (Universidades e Institutos Politécnicos) e à rede europeia interactiva de BIC's (*Business Innovation Centres*) ou Centros Europeus de Empresas e Negócios, reunidos na associação EBN (European Business and Innovation Centre Network), do qual fazem parte 214 BIC em todo o mundo.

¹² <http://www.ciebi-bic.com/> (Acedido em 30/05/2008)

Os vários serviços que o CIEBI disponibiliza baseiam-se nas seguintes áreas:

- Elaboração de estudos técnico-económicos;
- Elaboração de planos de negócio;
- Assessoria fiscal, financeira e jurídica (Estratégias de marketing e promoção);
- Estudos Regionais, sócio-económicos;
- Dossiers de candidatura a Fundos e Programas Comunitários;
- Acesso à base de dados;
- Instalações para Incubação de Micro e PME's

AECBP – Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor

A AECBP¹³, fundada em 1920, tem como objectivo principal fomentar o desenvolvimento da região destes três concelhos, que detém um conjunto de características potenciais que contribuem para o enriquecimento da economia regional e local. Apresenta como missão estratégica a avaliação e detecção de todos os possíveis estrangulamentos ao desenvolvimento de actividades económicas da região.

Para tentar aproveitar as oportunidades que surgem no meio envolvente, transformando-as em verdadeiras ferramentas de trabalho para as empresas da região em que a AECBP está inserida, é imprescindível dar continuidade ao trabalho, por esta desenvolvido, de forma concertada e planeada, de modo a contribuir positivamente para o futuro do meio empresarial da região.

Neste sentido é, através dos seus gabinetes, que a AECBP tem, ao dispor dos seus associados, um conjunto de serviços capazes de promover a imagem da sua empresa, desenvolver o seu funcionamento e torná-la cada vez mais competitiva.

A AECBP disponibiliza os seguintes serviços:

- Apoio Empresarial - o qual dispõe de 5 Gabinetes, tais como: Gabinete de Dinamização Empresarial, Gabinete de Apoio ao Investimento, Gabinete de Relações Públicas, Gabinete de Novas Tecnologias da Informação e Comunicação, Gabinete Jurídico;

¹³ <http://www.aecbp.pt/> (Acedido em 30/05/2008)

- Apoio ao Associado – o qual dispõe de 2 Gabinetes e 1 Centro: Gabinete de Apoio ao Associado, Gabinete de Higiene, Saúde e Segurança, Centro de Recursos Empresariais de Belmonte;
- Formação – o qual dispõe de 1 Gabinete e 1 Centro: Gabinete de Formação, Centro de Recursos em Conhecimento.

NERCAB - Associação Empresarial da Região de Castelo Branco

O NERCAB¹⁴ é uma Associação Empresarial sem fins lucrativos, de utilidade pública, com um âmbito de intervenção distrital que iniciou a sua actividade em 1987. Esta Associação tem como objectivo a promoção do desenvolvimento das actividades económicas do distrito de Castelo Branco nos domínios técnico, económico, comercial, associativo e outras, assegurando, igualmente, aos seus associados, uma crescente participação nas decisões e nos programas que, no âmbito daquelas actividades, respeitem às empresas e à região.

O NERCAB, consciente da necessidade de aproximar a Associação aos empresários, abriu em 1999, uma Delegação do NERCAB, na Cova da Beira, situada no Concelho da Covilhã, com o objectivo de dar apoio aos empresários dos Concelhos da Covilhã, Fundão, Belmonte e Penamacor.

No que se refere ao apoio prestado ao empresário, no âmbito da criação de empresas, os serviços disponibilizados pelo NERCAB assentam essencialmente na formação profissional empresarial, contínua e de qualificação (Formação Inter-empresas; Formação Intra-empresas; Formação de empresários - Rede inPME -; Seminários e acções de sensibilização; Apoio pedagógico e financeiro às empresas na execução de planos de formação -financiados.); e também, na consultadoria técnico-económica (Rede de Gabinetes de Dinamização Empresarial; Acompanhamento de projectos; Aconselhamento e encaminhamento de projectos de investimento; Acesso a consultadoria especializada; Informações e acesso a programas de financiamento no âmbito do QREN).

¹⁴ <http://formacao.nercab.pt/> (Acedido a 30/05/2008)

❖ ORGANISMOS MISTOS

PARKURBIS – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, SA

O Parkurbis¹⁵ é uma entidade, conhecida como parque tecnológico, sediada no Parque Industrial do Tortosendo, criada a 17 de Setembro de 2001, que tem contribuído muito positivamente para o desenvolvimento económico da região.

A missão do Parkurbis é o reforço da economia da região da Cova da Beira, através da elevação do nível tecnológico da indústria e serviços existentes, da sua diversificação para novos sectores, da criação de massa crítica em actividades de I&D e, como consequência, da fixação de pessoas que possam encontrar, na referida região, soluções profissionais.

O Parkurbis é um instrumento de estímulo e de desenvolvimento da região, orientando a sua actividade para a criação de um clima de inovação permanente, potenciando a transposição para o mundo dos negócios, dos processos de conhecimentos científico e tecnológico gerados nas instituições de investigação. Os seus principais objectivos consistem em:

- Apoiar projectos de investigação da UBI - Universidade da Beira Interior;
- Servir de interface entre a UBI e o tecido empresarial;
- Incentivar o empreendedorismo, promovendo o aparecimento de novas empresas de base tecnológica;
- Promover actividades no âmbito da investigação tecnológica;
- Fornecer serviços de apoio às empresas existentes (incluindo as tradicionais) e às “start-up”;
- Sustentar o desenvolvimento integrado da região;
- Tornar a Beira Interior atractiva a investimentos (nacionais e estrangeiros);
- Fixar quadros altamente qualificados;
- Promover a ligação com outros Parques Tecnológicos no mundo;
- Criar uma nova dinâmica empresarial na Cova da Beira;
- Colaborar na formação de empresários dinâmicos, inovadores, modernos e eficazes;
- Promover actividades de ensino e formação em ambiente empresarial real;
- Criar um clima de excelência na investigação e nos negócios.

¹⁵ <http://www.parkurbis.pt/> (Acedido em 30/05/2008)

Para além destes objectivos tem a possibilidade de colocar ao dispor de um potencial empresário um Centro de Inovação Empresarial; Espaços para instalação de Empresas de Base Tecnológica, um Centro de Incubação de Ideias e Negócios; Salas para Investigação Tecnológica; Laboratórios; um Auditório para 200 lugares; uma Área Multiusos (exposições, workshops), onde este pode posteriormente usufruir de mais alguns serviços adicionais e “colocar em marcha” o seu projecto com a ajuda de pessoas qualificadas, que estarão disponíveis no local certo, à hora certa.

Este foi o organismo, concebido, especificamente, na região, com o objectivo de dar apoio à criação e consolidação de novas empresas de base tecnológica e com maior potencial de sucesso no mercado; visando dinamizar e diversificar o seu tecido empresarial económico. Foi possível realizar este processo através do Projecto CAIE – Centro de Apoio à Inovação e ao Empreendedorismo - no âmbito da Iniciativa Comunitária EQUAL, que impulsionou e continua a impulsionar, através da existência do Parkurbis, o lançamento de novas empresas inovadoras para o mercado.

CITEVE – Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal

O CITEVE¹⁶ – Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal, pessoa colectiva de utilidade pública sem fins lucrativos criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 249/86 de 25 de Agosto e do Acordo Constitutivo assinado em 8 de Maio de 1989, resulta da associação, por complementaridade de interesses, de empresas e associações industriais do sector com organismos públicos e conta, actualmente, com cerca de 600 associados (empresas e instituições) e 1500 clientes. Tem como missão o apoio ao desenvolvimento das capacidades técnicas e tecnológicas das indústrias têxtil e do vestuário, através do fomento e da difusão da inovação, da promoção da melhoria da qualidade e do suporte instrumental à definição de políticas industriais para o sector.

Com instalações em Vila Nova de Famalicão e na Covilhã, no seio das indústrias têxteis e do vestuário, o CITEVE desenvolve a sua actividade de apoio técnico e tecnológico à indústria em seis grandes áreas de intervenção: Consultoria e assistência técnica, serviços de laboratório, formação profissional, projectos de inovação e desenvolvimento

¹⁶ <http://www.citeve.pt> (Acedido em 30/05/2008)

tecnológico, cooperação com a administração pública e cooperação institucional, e consultoria internacional.

O CITEVE dispõe também de um gabinete, denominado por: **GAPI – CITEVE – Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial do CITEVE**, especialmente direccionado para aspectos relacionados com o sector têxtil e vestuário.

O GAPI – CITEVE foi criado para que as empresas e entidades do sector têxtil e do vestuário nacional e, em particular, os sócios do CITEVE pudessem dispor de um apoio especializado em matéria de propriedade industrial, que se julga poder vir a prestar um contributo importante para a dinamização do sistema de valorização da propriedade industrial, reforçando ainda mais o carácter estratégico conferido ao factor inovação na melhoria constante da performance das empresas deste sector.

Este gabinete está vocacionado para a prestação de informações e dinamização de acções de promoção da Propriedade Industrial (PI), tendo em especial atenção os seguintes serviços:

- Entidade receptora dos Pedidos de Protecção Prévia;
- Assistência técnica na instrução de processos nas diversas modalidades de PI (nomeadamente, esclarecimentos sobre regras, custos e procedimentos administrativos);
- Pesquisas nas diversas modalidades de Propriedade Industrial;
- Organização e promoção de acções de sensibilização sobre PI, especificamente orientadas ao sector têxtil e vestuário (workshops, seminários);
- Fonte de informação do sistema de Vigilância Tecnológica do CITEVE em assuntos relacionados com a PI.

CAPÍTULO 3. MARCO INSTITUCIONAL FORMAL DA CRIAÇÃO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS NO CONCELHO DA COVILHÃ

Neste capítulo irá analisar-se o meio envolvente institucional formal da criação de empresas no concelho da Covilhã, no que diz respeito a organismos e medidas de apoio, abordando, nesta fase inicial, apenas o lado da oferta (organismos e programas de apoio à criação de empresas). Serão aqui evidenciados os aspectos mais relevantes e significativos que foram identificados na óptica do contexto institucional formal.

O marco institucional formal de apoio à criação de empresas no Concelho da Covilhã, pode dizer-se que, actualmente, se caracteriza por um vasto número de organismos que oferecem grande variedade de serviços e programas de apoio à criação de empresas e às necessidades do próprio empresário. Não existe, contudo, muita diferenciação em termos da respectiva oferta.

3.1. TIPOS DE ORGANISMOS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS

Pode dizer-se que existem dois tipos de organismos de apoio, por um lado os que promovem e financiam os serviços de assistência a novas empresas, e por outro, aqueles que gerem e oferecem os ditos serviços.

Existem, portanto, três tipos de segmentos aos quais o empresário poderá pedir apoio para criação da sua própria empresa. Um destes segmentos são os Organismos que oferecem serviços promovidos e financiados, total ou parcialmente, por administrações públicas, isto é, a Administração Pública (Europeia, Portuguesa) que promove e financia os serviços de apoio a novos empresários, enquanto que organismos públicos, privados e mistos¹⁷ gerem os fundos públicos provenientes da administração e oferecem gratuitamente os serviços de assistência a novas empresas.

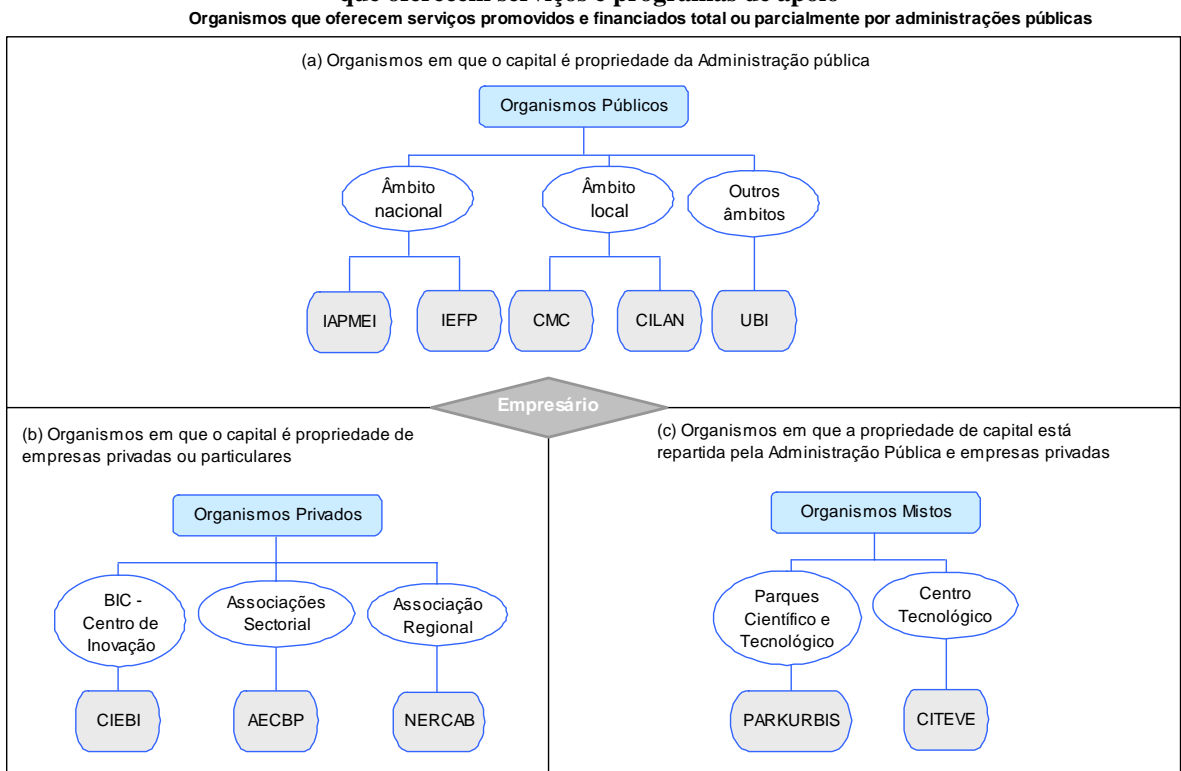
O segundo segmento serão os Organismos privados que oferecem serviços não financiados por administrações públicas, como é o caso das gestoras e consultoras que, de forma independente às administrações públicas, se encarregam de promover e oferecer os seus serviços a troco de uma contrapartida económica por parte do novo empresário. Aqui

¹⁷ *Elaboração da classificação das instituições segundo a propriedade de capital. Instituições Públicas – o capital é propriedade da Administração Pública. Instituições Privadas – o capital é propriedade de empresas privadas ou particulares. Instituições Mistas – a propriedade de capital está repartida pela Administração Pública e empresas privadas.*

também se têm em conta os organismos de carácter privado, como os bancos, que têm acordos com as administrações públicas para facilitar o financiamento às novas empresas (linhas de crédito, entre outros). E por último, o segmento denominado de Outros agentes socioeconómicos que oferecem serviços financiados parcialmente por administrações públicas, como é o caso das associações patronais, dos sindicatos e outro tipo de associações, que dispõem de serviços gratuitos específicos para a criação de novas empresas, financiados em parte por fundos provenientes da Administração Pública.

Tendo em conta, tudo o que foi referido anteriormente, o marco institucional formal, no Concelho da Covilhã, no que diz respeito a Organismos que oferecem serviços promovidos e financiados total ou parcialmente por administrações públicas, dividir-se-á em três tipos, aos quais o novo empresário poderá aceder, na procura de apoio, para a criação da sua empresa (Figura 3.1.): (a) Organismos em que o capital é propriedade da Administração pública; (b) Organismos em que o capital é propriedade de empresas privadas ou particulares e (c) Organismos em que a propriedade de capital está repartida pela Administração Pública e empresas privadas

Figura 3.1. – Marco institucional formal da criação de empresas no Concelho da Covilhã: Organismos que oferecem serviços e programas de apoio



Fonte: Elaboração Própria

3.2. TIPOS DE MEDIDAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS

Relativamente aos tipos de medidas de apoio à criação de empresas, pode fazer-se a distinção entre medidas gerais e medidas específicas. As medidas de carácter geral são aquelas que se referem fundamentalmente a normas e regulamentos governamentais que afectam a criação de empresas. E, de acordo com a tipologia de (Veciana, 2005), medidas específicas são aquelas que se consideram medidas de carácter não económico (informação/orientação, assessoria/accompanhamento, formação, seguimento, incubação) e de carácter económico (empréstimos, capital de risco e investimento a fundo perdido), como aliás, se pode verificar através da Tabela 3.1.

Tabela 3.1. – Medidas Não Económicas e Medidas Económicas

MEDIDAS NÃO ECONÓMICAS	
Informação/Orientação	Informação e encaminhamento do futuro empresário sobre todos os aspectos relacionados com a criação de empresas, sobre a forma jurídica da nova empresa e sobre as medidas específicas para a criação de uma empresa (medidas económicas e não económicas).
Assessoria/ Acompanhamento	Assessoria e acompanhamento ao futuro empresário na elaboração do plano da empresa, na procura de financiamento e outras questões relacionadas com o processo de criação de empresa.
Seguimento	Seguimento da evolução das empresas que tenham recebido algum tipo de apoio por parte de algum Organismo, aquando do seu processo de criação.
Formação	Cursos de formação, sessões de esclarecimento, seminários e conferências sobre as temáticas empreendedorismo e criação de empresas. E também cursos de formação contínua.
Incubação	Oportunidade dos novos empresários se poderem instalar nos chamados Centros de Empresas, Centros Tecnológicos, Parques Tecnológicos e Zonas Industriais, sob condições mais favoráveis que no mercado.
Outras medidas não económicas	Prémios e concursos para fomentar a criação de empresas
MEDIDAS ECONÓMICAS	
Empréstimos	Linhas de crédito para os novos empresários, a partir de acordos celebrados entre administrações públicas e entidades financeiras, os quais permitem obter empréstimos com condições mais favoráveis.
Capital de Risco	Actividade financeira que consiste na tomada de uma participação, a médio/longo prazo, geralmente minoritária, no capital social de uma empresa, assegurando suporte financeiro ao seu desenvolvimento.
Investimento a Fundo Perdido	Investimento realizado sem expectativa de retorno do montante investido. Este tipo de investimento é realizado geralmente pela Administração Pública no sentido de melhorar as condições de existência de determinados sectores e regiões.

Fonte: *Elaboração Própria*

CAPÍTULO 4. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Esta investigação tem um carácter tanto qualitativo como quantitativo, seguindo um enfoque exploratório e descritivo.

Considera-se que é um estudo descritivo porque, tal como dizem *Aaker e Day (1989)*, baseia-se na procura de vestígios sobre a natureza de um problema, neste caso específico, a criação de empresas sob o marco institucional formal. Paralelamente, neste tipo de estudo também se incluem dois tipos de fontes de informação, fontes primárias e fontes secundárias. Nas fontes primárias utilizam-se entrevistas estruturadas e questionários, nas fontes secundárias, utilizam-se a pesquisa e a análise documental. A natureza da investigação também tem um enfoque descritivo, pelo facto de pretender identificar, analisar e perceber qual a situação no que diz respeito ao panorama actual, desde o ponto de vista da oferta e da procura institucional, vivido no âmbito da criação de empresas no Concelho da Covilhã.

4.1. POPULAÇÃO, AMOSTRA E UNIDADES DE ANÁLISE

Esta investigação baseia-se no estudo de duas populações: os organismos de apoio à criação de empresas existentes no Concelho da Covilhã; as empresas sedeadas no Concelho da Covilhã.

A análise feita aos organismos de apoio foi feita a partir dos representantes dos respectivos organismos existentes. A amostra de representantes dos organismos de apoio está composta pelos organismos mais relevantes, porque foi seleccionada a partir de revisões de algumas informações secundárias e de entrevistas efectuadas a peritos e conhecedores das temáticas “criação de empresas” e “empreendedorismo” a nível nacional e regional.

Particularmente, os organismos seleccionados foram escolhidos de acordo com os critérios utilizados por Aponte (2002) e Urbano (2003), os quais exigem:

- a) Que exista representação de organismos públicos, privados, mistos;
- b) Que existam organismos que ofereçam serviços e programas de tipo económico e não económico;

c) Que existam organismos que ofereçam serviços e programas destinados a colectivos específicos (mulheres, jovens, entre outros), como a colectivos gerais.

De seguida, far-se-á uma breve análise dos tipos de população em estudo:

- **Organismos de Apoio (Responsáveis/Peritos)**

Como o objectivo é delimitar o marco institucional formal da criação de empresas no Concelho da Covilhã, segundo a sua vertente de oferta institucional, decide-se recorrer a fontes secundárias para revelar algum tipo de informação sobre as diferentes instituições que possam oferecer serviços de apoio às novas empresas da região. Da análise de dados efectuada obtém-se a população total de instituições que oferecem medidas de apoio à criação de empresas no Concelho da Covilhã. Esta irá ser uma população de 10 instituições de diversa índole e relacionada, directa e indirectamente, com os processos de criação de empresas.

Neste caso, como irá ser feita uma análise em profundidade, como será explicado no ponto seguinte, não se utilizam amostras muito amplas nem será aplicado um método estatístico para determinar o tamanho da amostra. No tipo de técnicas qualitativas, como as entrevistas em profundidade que se aplicaram aos responsáveis da área de criação de empresas dos organismos, produziu-se um efeito multiplicador da entrevista ao aproveitar a aprendizagem adquirida com as efectuadas previamente, motivo pelo qual não foi necessário utilizar grandes amostras (Sarabia, 1999).

Nesta investigação foram entrevistadas 10 pessoas das instituições mais significativas e relevantes existentes no Concelho da Covilhã, que oferecem serviços e programas de apoio à criação de empresas.

- **Empresas (Empresários)**

Como o objectivo era adquirir informação sobre a procura institucional no marco formal, obtendo respostas sobre a importância do conhecimento, utilização e valorização da referida procura, foram aplicados questionários pessoais aos empresários. Utilizou-se aqui

um tipo de técnica quantitativa, que permitiu obter uma taxa de resposta de 35,8%, taxa esta razoável, tendo em conta o tamanho da população (165 empresas).

A população estudada foi constituída pelas microempresas, pequenas e médias empresas (PME) e grandes empresas industriais do Concelho da Covilhã, cuja actividade principal se enquadra nas classes de actividades económicas (CAE) pertencentes aos códigos¹⁰ até 33, utilizando a nomenclatura da CAE – 3ª Rev¹⁸.

Para a classificação das empresas como microempresas e PME, utilizou-se o critério da sua definição destas expresso na recomendação da Comissão da Comunidade Europeia no documento 70/2001 (CE, 2001). As microempresas possuem menos de 10 trabalhadores, as pequenas empresas possuem entre 10 a 49 trabalhadores, as médias empresas possuem entre 50 a 249 trabalhadores. Estas empresas são independentes, ou seja, não são detidas em mais de 25% do seu capital ou direito de voto por outra empresa ou empresas que não sejam classificadas como PME. Falta ainda salientar que as grandes empresas possuem mais de 250 trabalhadores. A listagem das empresas teve que ser construída pela própria investigadora através de alguma pesquisa, contactos e algum trabalho de campo, como aliás, está referenciado no ponto seguinte.

¹⁸ Os sectores de actividade são classificados utilizando a nomenclatura CAE – 3ª Rev. Correspondendo o 10 às indústrias alimentares; 11 à indústria das bebidas; 12 à indústria do tabaco; 13 à fabricação de têxteis; 14 à indústria do vestuário; 15 à curtimenta e acabamento de peles sem pêlo e com pêlo; 16 às indústrias da madeira e da cortiça, suas obras, excepto mobiliário; fabricação de obras de espartaria e cestaria; 17 à fabricação de pasta, de papel, cartão e seus artigos; 18 à impressão e reprodução de suportes gravados; 19 à fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de combustíveis; 20 à fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, excepto produtos farmacêuticos; 21 à fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações farmacêuticas; 22 à fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas; 23 à fabricação de outros produtos minerais não metálicos; 24 às indústrias metalúrgicas de base; 25 à fabricação de produtos metálicos, excepto máquinas e equipamentos; 26 à fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos electrónicos e ópticos; 27 à fabricação de equipamento eléctrico; 28 à fabricação de máquinas e de equipamento, n.e.; 29 à fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e componentes para veículos automóveis; 30 à fabricação de outro equipamento de transporte; 31 à fabricação de mobiliário e de colchões; 32 a outras indústrias transformadoras; 33 à reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos.

4.2. QUESTIONÁRIO (INSTRUMENTO DE NOTAÇÃO)

O questionário (Anexo 2) foi elaborado tendo em consideração, quer o objectivo principal, quer os objectivos específicos deste estudo.

O questionário é composto por 29 questões, subdivididas em 5 grupos:

Grupo I – Conhecimento dos Serviços/Programas de Apoio à Criação de Empresas

Grupo II – Utilização dos Serviços/Programas de Apoio à Criação de Empresas

Grupo III – Utilização e Valorização dos Serviços/Programas de Apoio à Criação de Empresas

Grupo IV – Informação Geral sobre a Empresa

Grupo V – Características do Empresário e Antecedentes de Empresários na Família

O primeiro, segundo e terceiro grupo de perguntas, foram fundamentais para a determinação das questões da investigação e, também, para o objectivo principal que consiste na análise dos *factores institucionais formais do meio envolvente que condicionam a criação de empresas industriais no Concelho da Covilhã*.

O quarto grupo de perguntas, pretende reunir elementos para realizar uma caracterização genérica das empresas industriais, existentes no Concelho da Covilhã. A caracterização foi feita, com base na elaboração de um conjunto de 14 perguntas.

O quinto grupo de perguntas, tem como intuito realizar uma breve caracterização genérica do perfil do empreendedor/empresário. Neste sentido, foram elaboradas um conjunto de 6 perguntas que, permitiram fazer essa caracterização.

4.3. HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Através da análise do modelo teórico inicialmente proposto e das relações conceptuais que dele derivam, em simultâneo com a revisão da literatura, foi possível extrair um conjunto de hipóteses teóricas de investigação, que constituíram o fundamento das hipóteses a

formular e a serem testadas empiricamente. Estas hipóteses derivaram das variáveis específicas seleccionadas e definidas anteriormente.

Deste modo, seguidamente, proceder-se-á, à elaboração das hipóteses genéricas associadas a cada um dos factores do modelo, com o propósito de obter conhecimentos sobre possíveis relações entre esses mesmos factores e o grau de influência que possam exercer sobre cada uma das dimensões relativamente à criação de empresas.

A primeira hipótese relaciona o conhecimento que os empresários têm sobre os organismos de apoio à criação de empresas, com a utilização que fazem dos serviços/programas oferecidos por esses mesmos organismos. Este teste de hipóteses pretende responder às seguintes questões: será que o facto do empresário ter um maior conhecimento sobre um determinado organismo, pode influenciá-lo a utilizar em maior escala os serviços/programas oferecidos por este? Será que quanto maior for o grau de conhecimento do organismo, maior será o grau de utilização do serviço/programas à criação de empresas?

H1: O conhecimento dos organismos de apoio à criação de empresas é independente da sua utilização pelos empresários aquando da criação da empresa.

A segunda hipótese refere-se a cruzamentos efectuados entre a utilização de algum programa de apoio para a criação de empresas e algumas variáveis sócio-demográficas (sexo, idade, grau académico e antecedentes empresariais na família). Pretende-se analisar a existência de algum tipo de relação entre as diferentes variáveis sócio-demográficas e a utilização dos programas à criação de empresas.

H2: A utilização de algum serviço/programa de apoio para a criação de empresas é independente das variáveis sócio-demográficas “sexo”, “idade”, “grau académico” e “antecedentes empresariais na família”.

A terceira hipótese, tem como objectivo saber até que ponto o facto de existirem organismos de apoio à criação de empresas podem influenciar o empresário a utilizar os serviços/programas oferecidos por estes na hora de criar a sua própria empresa.

H3: A existência de organismos de apoio é independente à utilização de algum serviço/programa para a criação de empresas.

Com a última hipótese, quarta hipótese, pretende-se testar o nível de dependência existente entre as variáveis valorização/utilização. Esta hipótese visa apurar se todos os empresários que utilizaram os serviços/programas para a criação de empresas oferecidos pelos organismos de apoio, valorizaram positivamente a prestação de tais serviços, atribuindo elevada importância à sua utilização.

H4: A valorização que os empresários atribuem aos serviços/programas oferecidos pelos organismos de apoio à criação de empresas está positivamente relacionada com a utilização das mesmas medidas.

Na tabela seguinte apresenta-se em síntese as hipóteses de investigação e as variáveis associadas.

Tabela 4.1. – Síntese das Hipóteses e Variáveis Associadas

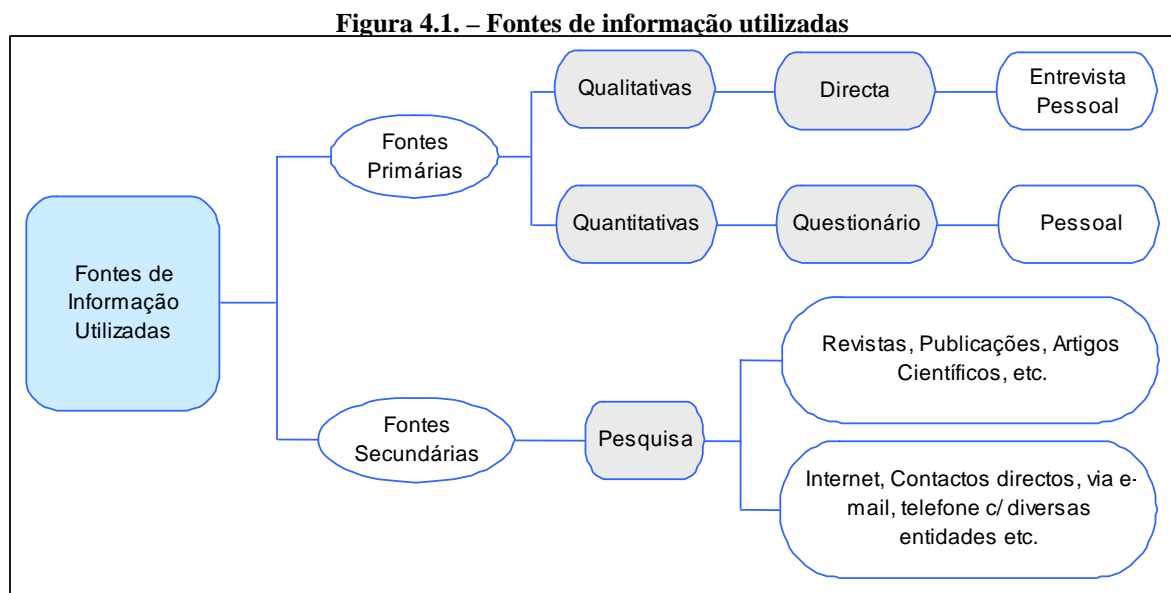
<i>Hipóteses</i>	<i>Variáveis Explicativas</i>	<i>Variável Resposta</i>
<i>Hipótese 1: O conhecimento dos organismos de apoio à criação de empresas é independente da sua utilização pelos empresários aquando a criação da empresa.</i>	Conhecimento	Criação de Empresas
<i>Hipótese 2: A utilização de algum serviço/programa de apoio para a criação de empresas é independente das variáveis sócio-demográficas "sexo", "idade", "grau académico" e "antecedentes empresariais na família"</i>	Utilização	
<i>Hipótese 3: A existência de Organismos de Apoio é independente da utilização de algum serviço/programa para a criação de empresas.</i>	Organismo de Apoio/Utilização	
<i>Hipótese 4: A valorização que os empresários atribuem aos serviços/programas oferecidos pelos organismos de apoio à criação de empresas está positivamente relacionada com a utilização das mesmas medidas</i>	Valorização	

Fonte: *Elaboração Própria*

As quatro hipóteses teóricas de investigação expostas no quadro anterior, tendo em conta os dados obtidos no inquérito efectuado às empresas (Anexo 2) e que constituem, também, o universo das hipóteses que poderão ser testadas empiricamente, serão analisadas no quinto capítulo.

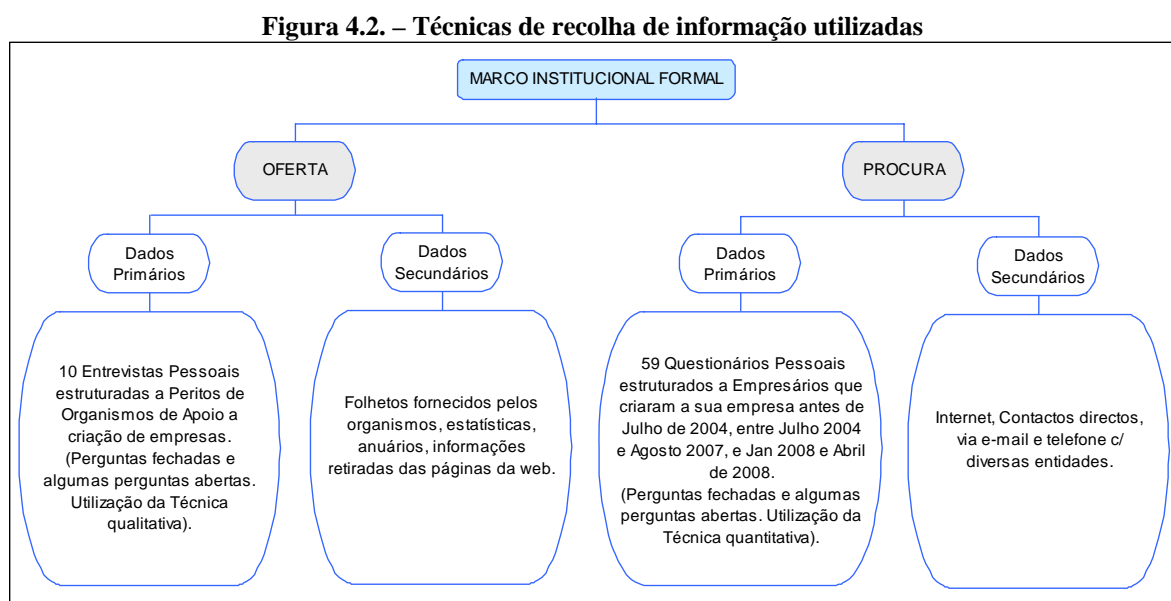
4.4. MÉTODO DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS

Na recolha de informação utilizaram-se diferentes fontes, que estão referenciadas na Figura 4.1. Como se pode observar, recorreu-se a fontes de dados primários e secundários, utilizando métodos tanto qualitativos como quantitativos.



Fonte: *Elaboração Própria*

A Figura 4.2. mostra as diferentes técnicas utilizadas em função do marco institucional formal da criação de empresas, relativamente à oferta de programas e serviços à criação de empresas por parte dos organismos e à procura destes por parte dos empresários.



Fonte: *Elaboração Própria*

Para **obtenção dos dados primários**, foram utilizados, como referido anteriormente, dois métodos: o da entrevista pessoal e os questionários.

Para realizar as entrevistas com rigor e profundidade, foram seguidas as novas tendências em técnicas qualitativas, que combinam diversas metodologias qualitativas/quantitativas (Sarabia, 1999), aplicadas à elaboração de um questionário estruturado, que proporcionou esquematizar perguntas similares de forma e estrutura idêntica, a todos os entrevistados.

As entrevistas foram realizadas aos responsáveis/peritos de algumas áreas de criação de empresas de instituições que oferecem programas/serviços de apoio de empresas no Concelho da Covilhã.

Segundo Luque (1999) os inquéritos dividem-se em três classes de acordo com a forma como são administrados: (1) inquéritos auto-administrados, ou sem entrevistador; (2) inquéritos à distância; (3) inquéritos cara a cara.

Os questionários pessoais, inseridos na categoria dos inquéritos auto-administrados, ou sem entrevistador, foram utilizados para a recolha de dados, como uma das técnicas quantitativas. Concretamente, realizaram-se estes questionários a empresários de 3 grupos:

- Os que constituíram a sua empresa antes de Julho de 2004¹⁹
- Os que constituíram a sua empresa entre Julho de 2004 e Janeiro de 2007²⁰
- Os que constituíram a sua empresa entre Janeiro de 2008 e Abril de 2008²¹

Nos quais eles próprios puderam expressar cada uma das suas respostas por escrito. O contacto estabelecido entre o investigador e o inquirido limita-se ao questionário, pelo que este instrumento deve ser claro e objectivo (Luque, 1999). De acordo com este autor, apesar de existirem alguns problemas quanto à utilização deste questionário, este apresenta também algumas vantagens: (1) evita o enviesamento da escolha do respondente; (2) é percebido como mais anónimo; (3) as respostas tendem a ser mais meditadas, uma vez que o inquirido não está a ser sujeito a uma pressão para responder imediatamente; (4) o entrevistador não intervém, não sendo, portanto, introduzidos enviesamentos.

Por estas razões, este foi o método escolhido, em termos da Procura, para a recolha de dados necessários à investigação. No entanto, cabe referir que houve especial cuidado em

¹⁹ Classificação segundo o GEM - Global Entrepreneurship Monitor de Empresas Estabelecidas (Mais de 42 meses)

²⁰ Classificação segundo o GEM - Global Entrepreneurship Monitor de Empresas Novas (3-42 meses)

²¹ Classificação segundo o GEM - Global Entrepreneurship Monitor de Empresas Nascentes (0-3 meses)

dar ao questionário um aspecto visual legível e perceptível (aspecto levado em conta na realização do pré-teste), para além dos restantes cuidados na sua elaboração, como forma de tentar minimizar a taxa de não resposta, devido à incompreensão relacionada com a sua leitura.

Os organismos, do Concelho da Covilhã, que oferecem algum tipo de serviço de apoio à criação de empresas, de forma directa ou indirecta, são as 10 instituições mais relevantes e significativas. A amostra contempla 10 representantes que foram inquiridos, cujo contributo foi bastante significativo para efectuar a caracterização e posterior análise dos respectivos organismos em estudo. Na Tabela 4.1, encontra-se uma listagem dos referidos representantes.

Tabela 4.2. – Listagem dos Representantes dos Organismos de Apoio que foram Inquiridos

SIGLA DO ORGANISMO	NOME DO ORGANISMO	CARGO DOS REPRESENTANTES INQUIRIDOS
IAPMEI	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação	Técnico de Projectos
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional	Directora do Centro de Emprego da Covilhã
CMC	Câmara Municipal da Covilhã	Chefe de Divisão de Finanças Membro do Serviço de Desenvolvimento Económico
CILAN	Centro de Formação Profissional para a Indústria de Lanifícios	Administrador (Representante da Anil)
UBI	Universidade da Beira Interior	Vice-Reitor da Universidade
CIEBI-BIC	Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior	Técnica de Gestão/Controlo Orçamental
AECBP	Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor	Presidente do Conselho Executivo
NERCAB	Associação Empresarial da Região de Castelo Branco	Técnica
PARKURBIS	Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã	Técnica de Gestão de Projectos
CITEVE	Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e de Vestuário de Portugal	Director - Pólo da Covilhã

Fonte: *Elaboração Própria*

Para **obtenção dos dados secundários**, foram vários os instrumentos utilizados para a recolha de dados:

i) Relacionado com a informação bibliográfica, as fontes de informação utilizadas foram as bases de dados bibliográficas e artigos documentais. Os métodos utilizados foram a procura tradicional, através do acesso às bibliotecas e acesso remoto, via Internet, à base de dados, bibliotecas, centros de investigação, universidades, revistas científicas, artigos científicos e documentos científicos.

ii) Relacionado com a informação para a investigação empírica, as fontes mais utilizadas foram todo o tipo de publicações de diversos conteúdos. Os métodos utilizados foram o contacto directo com diversas instituições e pesquisa através de páginas web por Internet.

Uma segunda parte desta fase, consistiu no tratamento de dados em termos práticos, ou seja, a realização de todo o trabalho de campo, a recolha dos dados primários. Os questionários utilizados foram cedidos com o consentimento dos professores David Urbano da Universidad Autónoma de Barcelona e Juan Carlos Díaz da Universidad de Extremadura. Ambos foram adaptados à realidade portuguesa e da própria investigação em causa, tendo por isso sofrido algumas alterações.

O questionário utilizado na entrevista pessoal, que foi feita aos representantes dos Organismos de Apoio, apresenta-se no Anexo 1, e o questionário que foi utilizado com os empresários apresenta-se no Anexo 2.

Entre 17 de Abril de 2008 e 20 de Maio de 2008, foram realizadas, pessoalmente, pela investigadora, 10 entrevistas semi-estruturadas, cuja duração média foi de 60 minutos, a responsáveis e peritos de organismos de apoio existentes no Concelho da Covilhã que, directa ou indirectamente, contribuem para a criação de empresas. Antecipadamente foi feito um contacto telefónico, com cada representante do respectivo organismo, que permitiu combinar a hora da entrevista no próprio local do centro de trabalho do entrevistado, de acordo com a sua disponibilidade. Um dos inconvenientes deste método foi o tempo dispendido e os custos associados devido aos contactos telefónicos e deslocações efectuadas.

Face à inexistência de dados secundários que permitissem obter informações necessárias à realização da investigação empírica pretendida, já recolhidos anteriormente pelo INE, ou à impossibilidade de cedência desses mesmos dados por parte de outras entidades, o rumo da investigação teve que prosseguir “colocando em marcha” um exaustivo levantamento da existência de empresas industriais no Concelho da Covilhã. Como este Concelho é composto por 31 freguesias (Aldeia S.F. de Assis, Aldeia do Souto, Barco, Boidobra, Canhoso, Cantar-Galo, Casegas, Conceição, Cortes do Meio, Coutada, Dominguiso, Erada, Ferro, Orjais, Ourondo, Paul, Peraboa, Peso, S. Jorge da Beira, S. Martinho, S. Pedro, Santa-Maria, Sarzedo, Sobral de S. Miguel, Teixoso, Tortosendo, Unhais da Serra, Vale Formoso, Vales do Rio, Verdelhos, Vila do Carvalho), foram feitos contactos,

através de e-mail e telefone, para todos os Presidentes de Junta de Freguesia deste concelho (Anexo 3), a solicitar informação sobre as empresas industriais existentes em cada uma das áreas de freguesia correspondentes.

A receptividade destes em colaborar foi bastante importante. O problema é que muitos deles não dispunham da informação necessária, ou seja, não tinham total conhecimento das empresas industriais existentes na área da sua freguesia. Uma vez que os dados que se pretendiam visavam definir a população de empresas industriais existentes no Concelho da Covilhã, teve que se pensar em encontrar mais uma fonte de informação que, junto com a primeira, pudesse ajudar a definir a população de empresas industriais no Concelho da Covilhã.

A fonte de informação escolhida foi o Centro de Distribuição Postal da Covilhã (CDP) da empresa CTT – Correios de Portugal, S.A. Com a colaboração dos carteiros (funcionários destes CDP), aos quais foram cedidas umas folhas tipo (Anexo 4), foi possível obter dados das empresas industriais existentes nas freguesias do Concelho da Covilhã.

Posteriormente, ainda se procedeu a uma pesquisa, através da Internet (Páginas Amarelas)²², dos respectivos contactos e endereços, onde constavam, ainda, algumas empresas que não estavam nas primeiras listas, talvez devido a algum tipo de esquecimento. Finalmente, após estas três etapas conseguiram obter-se os dados necessários a utilizar nesta investigação. A população ficou definida e elaborou-se uma Tabela (Anexo 5) na qual se procedeu à conversão do CAE, Revisão 2.1 para a Revisão 3, de todas as empresas existentes no Concelho da Covilhã, por freguesia, estimando no fundo, a população desta investigação.

Entre 20 de Maio de 2008 e 17 de Junho de 2008, foram entregues, pessoalmente pela investigadora e por um familiar desta, 165 questionários, às empresas industriais, existentes no Concelho da Covilhã, apuradas segundo este estudo. Os questionários foram auto-preenchidos pelo empresário de cada empresa, tendo sido facultada assistência, aos inquiridos, por via telefónica ou correio electrónico. Junto com cada questionário foi entregue um envelope pré-franquiado com a morada da investigadora, para que o inquirido

²²Informação acedida no site <http://www.pai.pt/> em 05/05/2008.

procedesse ao seu envio. Foi estabelecido o compromisso dos questionários serem enviados passados 7 dias após a data da sua entrega. Junto das empresas em falta, foram feitas insistências, por telefone, a solicitar a urgência do preenchimento do mesmo. Também este método acarretou vários custos e tempo dispendido. Porém, por uma opção de escolha e na esperança de obter melhores resultados, foi efectuado o contacto com o empresário, pois o facto de ter uma palavra sobre a razão de ser do preenchimento do questionário, faria com que este encarasse o assunto de uma outra forma.

Em síntese, todo o trabalho de investigação desenvolvido permitiu no final, ter acesso aos dados expostos na Tabela 4.2.

Tabela 4.3. – Resumo da Ficha Técnica da Investigação Desenvolvida

	ENTREVISTA PESSOAL A PERITOS DE ORGANISMOS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS	QUESTIONÁRIO PESSOAL REALIZADO A EMPRESÁRIOS
Universo (Sector de Actividade)	Instituições mais relevantes de apoio à criação de empresas	Micro, Pequenas e Médias Empresas do sector industrial (CAE 10 a 33)
Âmbito (Área Geográfica)	Concelho da Covilhã	Concelho da Covilhã
Método de Recolha da Informação	Entrevista Pessoal	Questionário Pessoal entregue em mão
Recolha de Dados	Através de fontes secundárias de informações relacionadas com cada instituição (documentos internos, folhetos informativos, acesso à página web da própria instituição)	Base de Dados construída pela própria investigadora com a colaboração de alguns presidentes de Junta de Freguesia do Concelho da Covilhã e pelos Carteiros do Centro de Distribuição Postal (CDP) da Covilhã
Procedimento Amostral	Não Aleatório	Aleatório
Data de Realização do Trabalho de Campo	Abril a Maio de 2008	Maio a Junho de 2008
Tamanho da População	10 Instituições	165 Empresas
Tamanho da Amostra	----- (*)	59 Empresas
Medidas de Controlo	----- (*)	Realização de 2 pré-teste
Taxa de Resposta	----- (*)	35,80%
Análise Estatística e Tratamento Informático de Dados	Análise descritiva dos dados (Microsoft Excel)	Análise descritiva dos dados e Inferência Estatística (SPSS 16.0)

----- (*) Neste tipo de procedimento amostral não é possível estimar

Fonte: *Elaboração Própria*

O tratamento da informação, dados primários, obtidos na realização do trabalho de campo, faz-se utilizando métodos quantitativos, recorrendo ao programa estatístico SPSS, Versão 16.0.

Na análise dos resultados e, dada a natureza do questionário (Anexo 2), foram utilizadas técnicas de estatística descritiva dos dados e alguns testes de associação entre variáveis: análise univariável (frequências e percentagens); análise bivariável (tabelas de contingência e contraste de médias para duas amostras); correlações de Spearman e algumas provas não paramétricas (teste estatístico Qui-quadrado “ χ^2 ”).

Relativamente ao questionário (Anexo 1), a informação obtida foi analisada com o apoio do programa informático Microsoft Excel.

CAPÍTULO 5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No presente capítulo pretende-se efectuar o estudo da criação de empresas industriais e a influência que os organismos de apoio à actividade empreendedora, existentes no Concelho da Covilhã, podem exercer sobre as mesmas, a partir da informação obtida. Este capítulo tem início com as características dos representantes dos organismos da amostra e consequente caracterização geral dos organismos que constituem a mesma, terminando com a análise de dados da referida amostra. Dentro deste mesmo capítulo, num segundo ponto, faz-se a análise do perfil dos empresários da amostra e, também, a caracterização geral das empresas da mesma. Por último, efectua-se o estudo empírico dos organismos de apoio à actividade empreendedora das empresas da amostra, tendo em conta factores como o conhecimento, a utilização e a valorização dos respectivos organismos.

5.1. ANÁLISE DA OFERTA (ORGANISMOS DE APOIO)

5.1.1. CARACTERÍSTICAS DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS DA AMOSTRA

Dos 10 organismos mais significativos que, directa ou indirectamente, oferecem programas/serviços de apoio à criação de empresas no Concelho da Covilhã, foram entrevistados os respectivos peritos responsáveis pela área de criação de empresas de cada organismo, ou seja 100% do total da população.

No geral, os representantes dos organismos, que foram inquiridos, dividiram-se em percentagens com valores muito similares, entre o sexo masculino (60%) e o sexo feminino (40%). A idade média das pessoas entrevistadas é de 44 anos, mas distribui-se quase igualmente pelos seguintes segmentos: “Entre os 30-39 Anos” com uma percentagem de 30% e o segmento “Entre 40-49 Anos” com uma percentagem de 40%. Os representantes da amostra têm, também, maioritariamente, uma formação académica de nível superior (80%). Todos estes dados podem ser constatados através da análise dos Gráficos 5.1., 5.2. e 5.3.

Gráfico 5.1. – Distribuição dos Representantes dos Organismos Inquiridos por Género

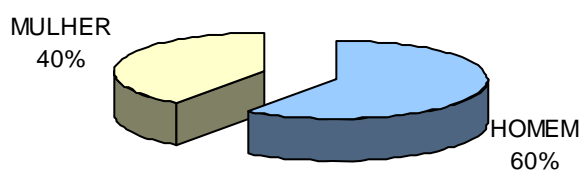


Gráfico 5.2. – Distribuição dos Representantes dos Organismos Inquiridos segundo o Escalão Etário

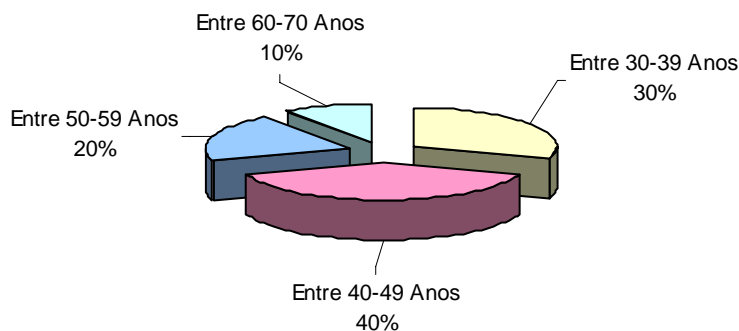
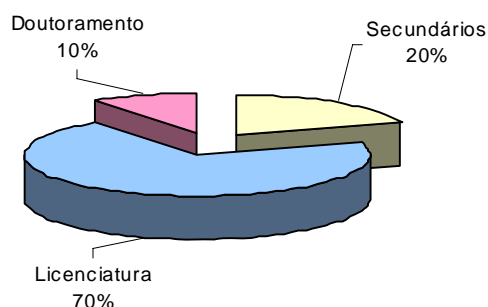


Gráfico 5.3. – Nível de Formação dos Representantes dos Organismos Inquiridos



5.1.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS ORGANISMOS DA AMOSTRA

Relativamente aos organismos e de acordo com as entrevistas pessoais que foram realizadas, extraindo todas as informações cedidas procede-se, neste ponto a uma explanação dos seus resultados, através da construção de gráficos e alguns quadros informativos.

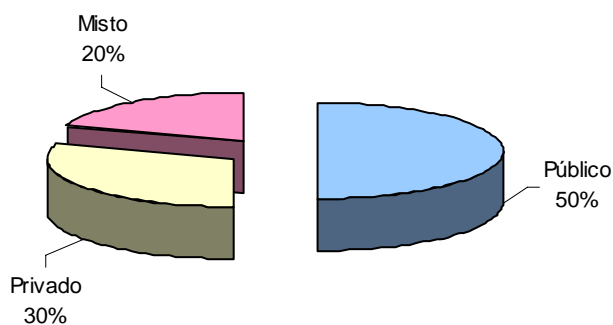
Através do Tabela 5.1 pode constatar-se que os organismos da amostra, apesar de já terem alguns anos de existência, a maior parte deles apenas iniciou as actividades relacionadas com a criação de empresas anos mais tarde.

Tabela 5.1. – Ano de Criação do Organismo e Início de Actividades Relacionadas com a Criação de Empresas

Organismo	Ano de Criação do Organismo	Ano de Início de Actividade em Criação de Empresas
IAPMEI	1975	1980
IEFP	1979	1998
CMC		1998
CILAN	1993	
UBI	1986	1990
CIEBI-BIC	1994	1994
AECBP	1920	1994
NERCAB	1987	
PARKURBIS	2001	2004
CITEVE	1989	2004

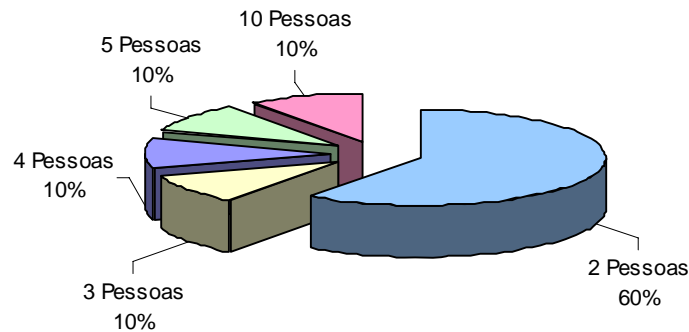
A maioria dos organismos da amostra, segundo a propriedade de capital, é do tipo Público (50%), o que significa que o capital é propriedade da Administração Pública, e estes oferecem serviços totalmente financiados por esta. Os restantes dividem-se em 30% para o tipo de organismo Privado e 20% para o tipo de Organismo Misto.

Gráfico 5.4. – Tipo de Organismo



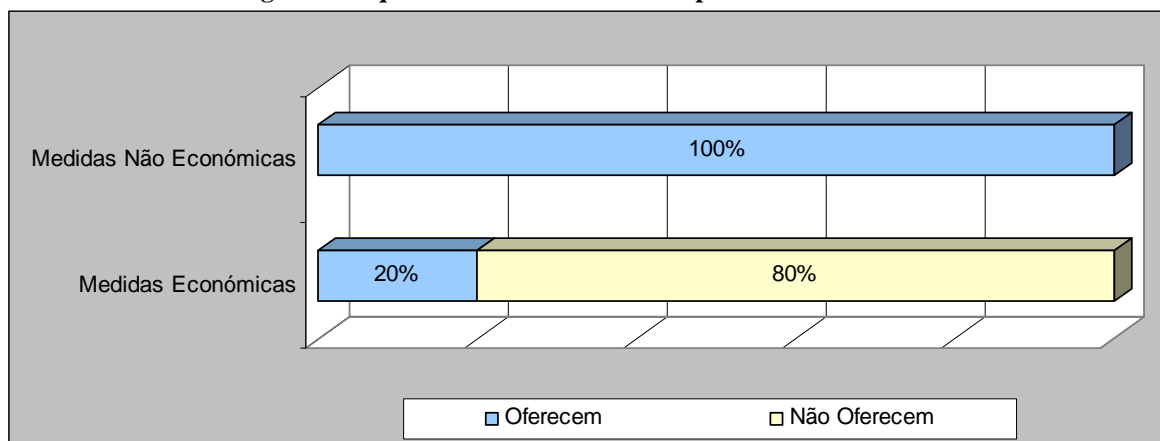
O número médio de pessoas que trabalham directamente com assuntos relacionados com a criação de empresas é de 3,4; apesar de se poder constatar através da análise do gráfico seguinte que na maioria das instituições ou organismos (60%), apenas trabalham 2 pessoas.

Gráfico 5.5. – N° de Pessoas que Trabalham na Área de Criação de Empresas



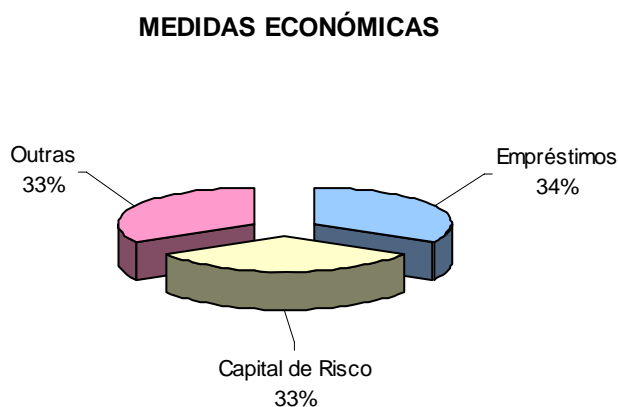
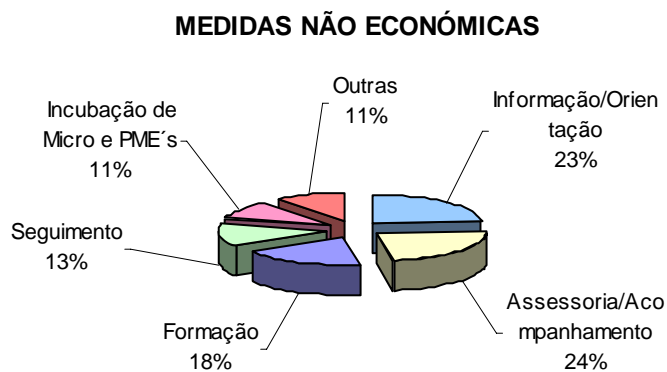
5.1.3. ANÁLISE DOS DADOS DOS REPRESENTANTES DOS ORGANISMOS DA AMOSTRA

Gráfico 5.6. – Organismos que Oferecem Medidas de Apoio Económicas e Não Económicas



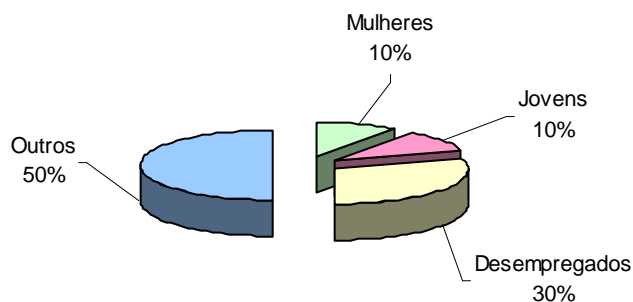
Como mostra o gráfico anterior, apenas 2 dos 10 organismos (20%) que foram entrevistados oferecem algum tipo de medidas económicas de apoio à criação de empresas, enquanto que os mesmos, e todos os outros oferecem algum tipo de medidas não económicas (100%). O tipo de medidas oferecidos pelos vários organismos está repartido conforme a divisão reflectida nas figuras do Gráfico 5.7.

Gráfico 5.7. – Tipos de Medidas Oferecidas pelos Organismos de Apoio



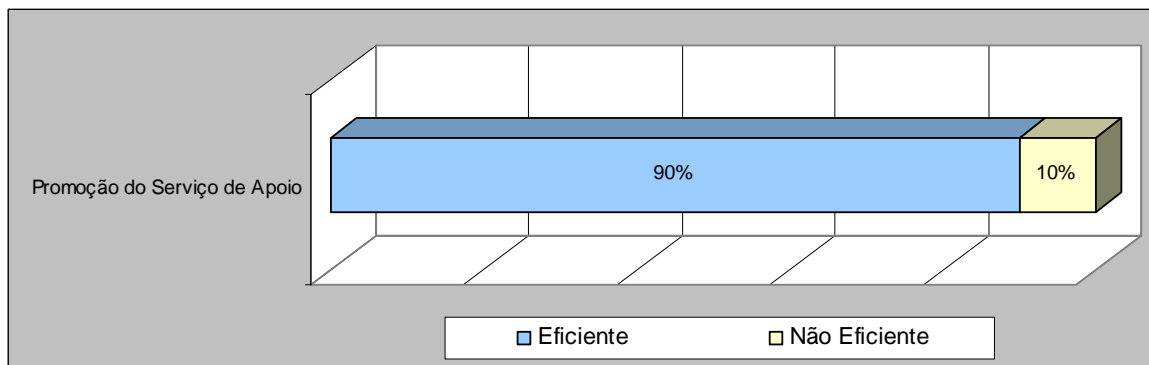
As medidas de apoio oferecidas por estes organismos, são dirigidas na sua grande maioria, a um público-alvo específico, pois 70% destes organismos oferece serviços/programas de apoio à criação de empresas dirigidos especificamente a um determinado tipo de pessoas, tais como, desempregados (30%), jovens (10%), mulheres (10%) e outros (50%), conforme o Gráfico 5.8.

Gráfico 5.8. – Distribuição pelos Segmentos Alvo das Medidas Oferecidas pelos Organismos



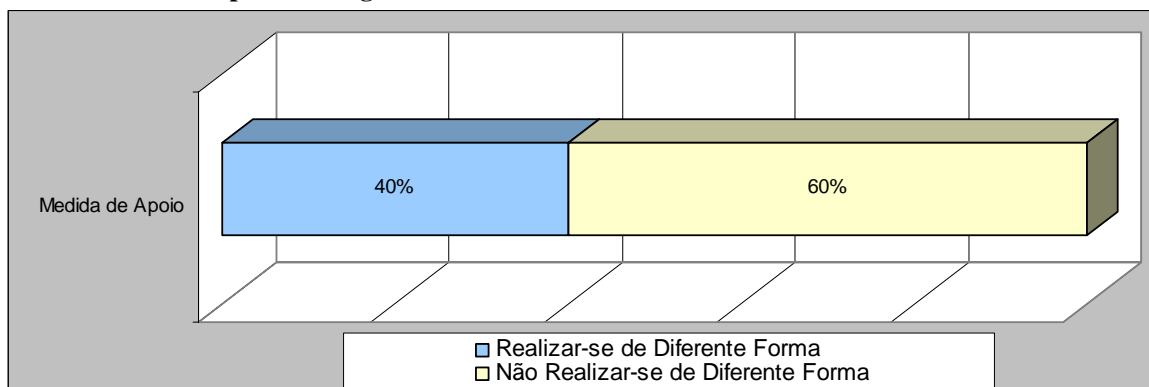
A opinião que os representantes dos organismos em questão têm sobre a eficiência da promoção dos serviços de apoio que oferecem aos empresários no âmbito da criação de empresas é 90% afirmativa e 10% negativa, conforme a representação gráfica seguinte:

Gráfico 5.9. – Opinião dos Representantes dos Organismos sobre se o seu Organismo faz a Promoção dos Serviços de Apoio Oferecidos às Empresas de Forma Eficiente



Relativamente à opinião dos representantes dos organismos sobre se as medidas de apoio oferecidas por este, se deveriam realizar de diferente forma, o resultado obtido foi de 40% de respostas afirmativas contra 60% de respostas negativas, Gráfico 5.10. Claramente, pode concluir-se que apesar de 90% dos representantes afirmarem que promovem os seus serviços de forma eficiente, alguns deles reconhecem que efectivamente é necessário efectuar algum tipo de mudança. O Quadro 5.1. tem expostas as justificações das respostas.

Gráfico 5.10. – Opinião dos Representantes dos Organismos sobre se as Medidas de Apoio Oferecidas pelo seu Organismo Deveriam Realizar-se de Diferente Forma

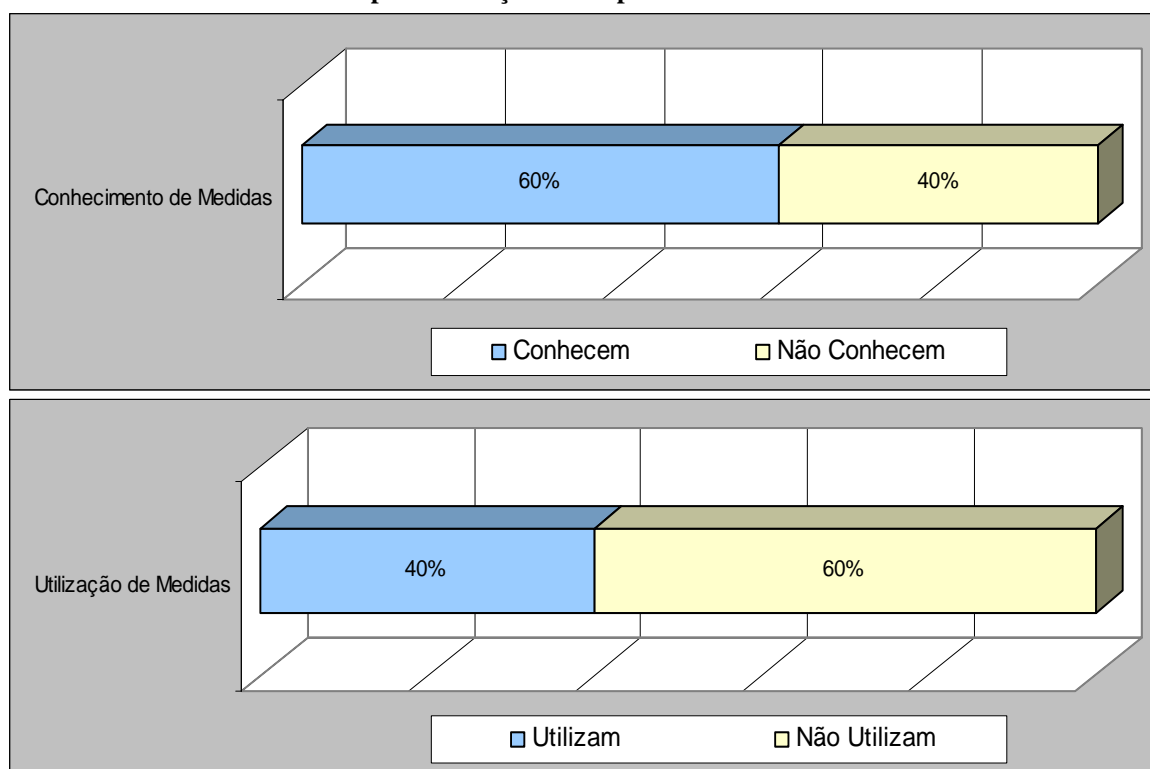


Quadro 5.1. – Opinião dos Representantes dos Organismos sobre o porquê das Medidas de Apoio à Criação de Empresas Oferecidas pelo seu Organismo terem que Realizar-se ou Não de Diferente Forma

Motivo pelo qual as Medidas Deveriam Realizar-se de Diferente Forma	(%)	Motivo pelo qual as Medidas Não Deveriam Realizar-se de Diferente Forma	(%)
Por necessidade de oferecer outro tipo de medidas, mais diversificadas, mais específicas, com estratégias reforçadas e desenvolvidas de acordo com uma vertente mais direccionada para os empresários desta região em concreto.	75%	Pelos bons resultados que têm sido obtidos até ao momento.	100%
Por necessidade de se apostar mais fortemente no apoio à formação do empreendedorismo, tanto a nível de ensino e educação pedagógica, como a nível empresarial.	25%		

Relativamente à opinião que os representantes dos organismos acerca do conhecimento e utilização das medidas de apoio à criação de empresas existentes no Concelho da Covilhã, por parte dos potenciais empresários da região, os resultados obtidos foram os seguintes:

Gráfico 5.11. – Opinião dos Representantes dos Organismos sobre se os Empresários Conhecem e Utilizam as Medidas de Apoio à Criação de Empresas Existentes no Concelho da Covilhã



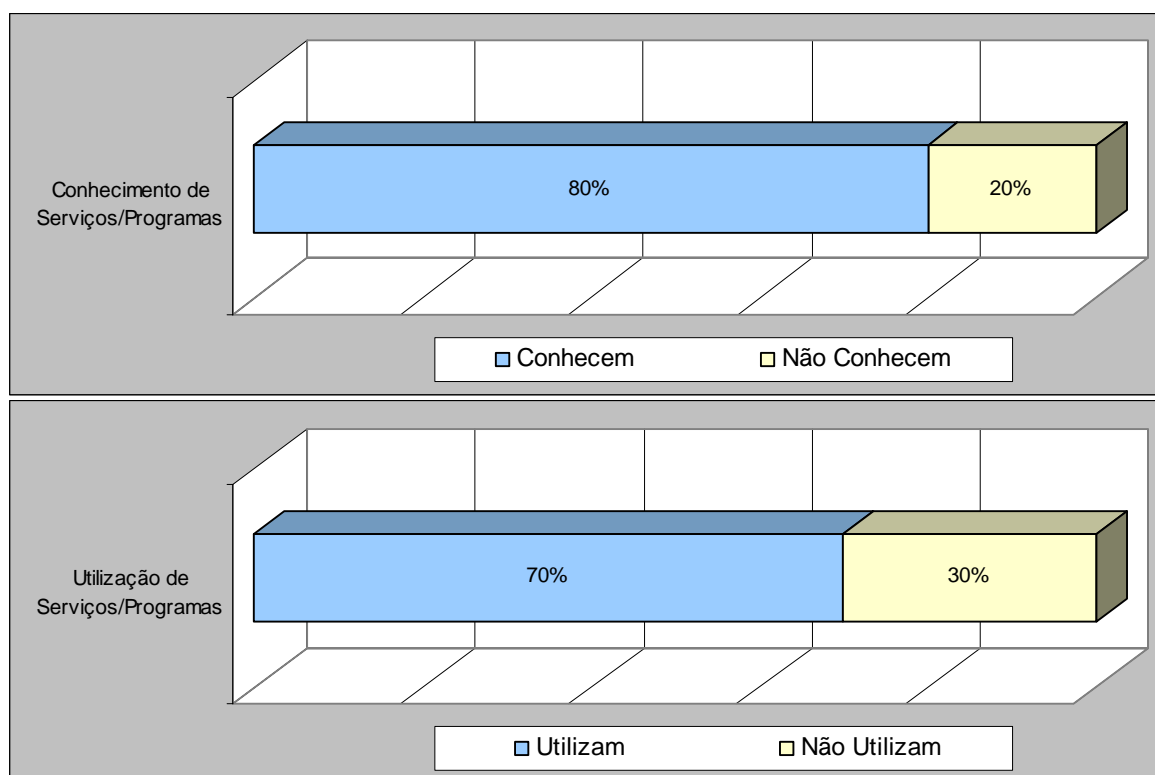
O Quadro 5.2, expõe os motivos que os representantes dos organismos deram para o conhecimento, desconhecimento, utilização e não utilização das medidas de apoio existentes no Concelho da Covilhã pela parte dos empresários da respectiva região.

Quadro 5.2. – Opinião dos Representantes dos Organismos Sobre o Conhecimento, Desconhecimento, Utilização e Não Utilização das Medidas de Apoio Existentes no Concelho da Covilhã

Motivos para ter Conhecimento sobre as Medidas de Apoio existentes no Concelho da Covilhã	(%)	Motivos para ter Desconhecimento sobre as Medidas de Apoio existentes no Concelho da Covilhã	(%)
Muita divulgação e promoção por parte dos organismos.	50%	A duplicação na oferta.	75%
O interesse próprio que existe da parte do empresário em procurar a informação de que necessita junto do organismo.	33%	A divulgação e promoção das medidas de apoio que existem para a criação de empresas que é feita, não é suficiente.	25%
A abundância de informação.	17%		
Motivos para a Utilização das Medidas de Apoio existentes no Concelho da Covilhã	(%)	Motivos para a Não Utilização das Medidas de Apoio existentes no Concelho da Covilhã	(%)
Pelo registo de procura observado, o crescimento no número de pedidos de ajuda efectuados.	50%	Oferta inadequada aos empresários da região.	67%
Todo o tipo de condições e vantagens que as medidas de apoio das instituições podem oferecer.	25%	Pelo excesso de burocracia que é necessária para ter acesso a um apoio.	33%
Necessidade de todo e qualquer tipo de ajuda por parte do empresário, quer ao nível de aconselhamento, tal como de capital.	25%		

No que diz respeito ao conhecimento dos serviços/programas de apoio à criação de empresas e à sua utilização por parte dos empresários, segundo a opinião dos representantes dos organismos, obtiveram-se os seguintes resultados:

Gráfico 5.12. – Opinião dos Representantes dos Organismos sobre se os Empresários Conhecem e Utilizam os Serviços/Programas de Apoio à Criação de Empresas Oferecidos pelo seu Organismo



Os dados observados neste gráfico divergem dos dados obtidos pela análise efectuada pelo lado da procura, é que os empresários mostram que o cenário é um muito diferente, do que aqui se constata, na medida em que apenas 47,4% afirma conhecer os organismos de apoio à criação de empresas no Concelho da Covilhã e, 28,5% afirma ter utilizado algum programa de apoio à criação de empresas.

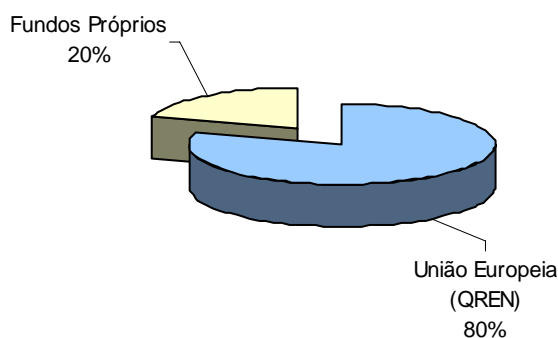
De igual modo, o Quadro 5.3, explana as opiniões dadas pelos representantes dos organismos sobre o conhecimento, desconhecimento, utilização e não utilização dos serviços/programas de apoio oferecidos pelo respectivo organismo, por parte dos empresários da respectiva região.

Quadro 5.3. – Opinião dos Representantes dos Organismos sobre o Conhecimento, Desconhecimento, Utilização e Não Utilização dos Serviços/Programas de Apoio Oferecidos pelos Organismos

Motivos para ter Conhecimento sobre os Serviços/Programas de Apoio Oferecidos pelo Organismo	(%)	Motivos para ter Desconhecimento sobre os Serviços/Programas de Apoio Oferecidos pelo Organismo	(%)
Muita divulgação e promoção por parte dos organismos.	87%	Falta de informação.	100%
O interesse próprio que existe da parte do empresário em procurar a informação de que necessita junto do organismo.	13%		
Motivos para a Utilização dos Serviços/Programas de Apoio Oferecidos pelo Organismo	(%)	Motivos para a Não Utilização dos Serviços/Programas de Apoio Oferecidos pelo Organismo	(%)
Pela procura observada, o nº de ajudas e petições existentes.	86%	A maior parte dos programas são dirigidos a um público-alvo específico, deixando muitos outros de fora.	67%
Necessidade por parte do empresário de alguma ajuda ao nível de financiamento (empréstimos, capital de risco, investimento a fundo perdido, etc.).	14%	Existência de desconfiança por parte dos empresários em aceder aos programas.	33%

No que diz respeito à principal fonte de financiamento das medidas de apoio oferecidas pelo organismo, o Gráfico 5.13, evidencia quais são as que prevalecem no universo destes 10 organismos.

Gráfico 5.13. – Principais Fonte de Financiamento das Medidas de Apoio que o Organismo Oferece



É ainda, de referir, que quando se colocou a questão aos representantes dos organismos, sobre se a fonte de financiamento podia condicionar o tipo de apoio oferecido pelo mesmo, a resposta foi 100% muito positiva, apontando razões como a necessidade de recursos económicos para o desenvolvimento de práticas e tecnologias inovadoras, estimular o empreendedorismo e a inovação.

5.2. ANÁLISE DA PROCURA (EMPRESÁRIOS)

5.2.1. CARACTERÍSTICAS DOS EMPRESÁRIOS DA AMOSTRA

Através do Quadro 5.4 pode observar-se que a maioria dos empresários da amostra do Concelho da Covilhã inquiridos são do sexo masculino (89,8%), com idades compreendidas entre os 30 anos e os 59 anos (85%). Este resultado é confirmado noutro estudo, o *Observatório da Criação de Empresas* (IAPMEI, 2007)²³, onde se constata que, existe uma relação aproximada de 2/3 para 1/3 entre empreendedores masculinos e femininos (respectivamente 65,6% de homens e 34,4% de mulheres).

A maior parte destes empresários tem apenas estudos secundários (40,7%), seguindo assim, a tendência nacional, que de acordo com o estudo do IAPMEI (2007:3), metade dos empreendedores nacionais concluem no máximo o ensino secundário e a maioria destes só fazem a escolaridade obrigatória. A fasquia de empresários com antecedentes empresariais na família é de 50,8%, o que demonstra que talvez possam ter sido de alguma forma aliciados a seguir os mesmos passos, como viram no seu familiar um factor de sucesso, acabaram por se sentir, de alguma forma, motivados, contra 49,2% que afirma não ter nenhum familiar que tenha criado a sua própria empresa. Ao nível da experiência, verifica-se que a maior parte são empresários sem experiência prévia (61%), resultado este, que vai de encontro ao resultado obtido no estudo de Toledano, N. e Urbano, D. (2004) sobre o Caribe Colombiano (65,9%); e contrasta com os de Urbano (2003) sobre Espanha, no qual ao empresários espanhóis apresentam 75% de experiência prévia na criação de empresas.

²³ O IAPMEI tem vindo a desenvolver, desde 1999, com a colaboração da Rede Nacional de Centros de Formalidades das Empresas (CFE), o *Observatório da Criação de Empresas*, projecto que tem por objectivo manter um bom nível de conhecimento dos novos empresários e das novas sociedades, dos seus pontos fortes e das suas principais necessidades, através da recolha de informações relevantes sobre os empreendedores e as star-ups portuguesas. Os dados deste estudo resultam da análise dos inquéritos recolhidos durante o ano de 2006 na Rede Nacional de CFE, respeitando a 1084 empresas (sociedades) e a 1748 empresários.

Quadro 5.4. – Características dos Empresários da Amostra

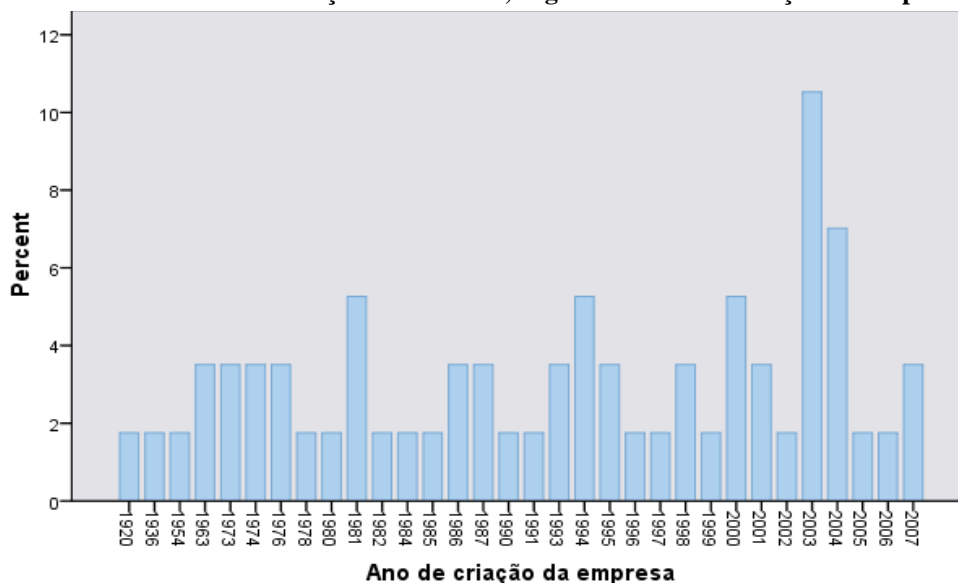
<i>Características dos Empresários Entrevistados</i>	Nº	%
SEXO		
Feminino	6	10,2
Masculino	53	89,8
IDADE		
Entre 30 e 44 Anos	22	37,0
Entre 45 e 59 Anos	28	48,0
Entre 60 e 75 Anos	9	15,0
GRAU ACADÉMICO		
Estudos Primários	17	28,8
Estudos Secundários	24	40,7
Técnico/Profissional	7	11,9
Licenciatura	9	15,3
Mestrado	1	1,7
Doutoramento	1	1,7
ANTECEDENTES EMPRESARIAIS NA FAMÍLIA		
Sim	29	49,2
Não	30	50,8
ANTERIOR CRIAÇÃO DE OUTRA EMPRESA		
Sim	23	39
Não	36	61

Fonte: *Elaboração Própria*

5.2.2. CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS EMPRESAS DA AMOSTRA

As empresas que constituem a amostra distribuem-se por um horizonte temporal lato, que decorre de 1920 a 2007 (Gráfico 5.14). Podendo, no entanto, observar-se que, muitas das empresas inquiridas foram criadas no ano de 2003 (10,2%) e 2004 (6,8%), respectivamente.

Gráfico 5.14. – Distribuição da Amostra, Segundo o Ano de Criação da Empresa



Neste ponto procede-se a uma caracterização das empresas da amostra de acordo com a sua actividade económica, tendo em conta a sua localização geográfica e também a sua dimensão empresarial. O Quadro 5.5, começando pela actividade económica, mostra que as empresas da amostra se encontram distribuídas por todas as divisões das actividades económicas no âmbito da indústria transformadora (CAE 10 a 33).

Através do quadro, verifica-se que a maior representatividade das empresas da amostra está distribuída pelos sectores industriais da Fabricação de Produtos Metálicos, excepto Máquinas e Equipamentos e Fabricação de Têxteis, apresentando respectivamente as seguintes percentagens, 28,8% e 20,3% das empresas da amostra, seguindo-se a Indústria Alimentar com 18,6%.

Quadro 5.5. – Distribuição das Empresas por Classificação de Actividade Económica

Designação do tipo de Indústrias	População (N)	Empresas da Amostra	
		Nº	%
10 Indústrias Alimentares	42	11	18,6
11 Indústrias das Bebidas	4	3	5,1
13 Fabricação de Têxteis	21	12	20,3
14 Indústria do Vestuário	14	2	3,4
15 Indústria do Couro e dos Produtos de Couro	1	0	0,0
16 Indústrias da Madeira e da Cortiça e suas Obras, excepto mobiliário; Fabricação de Obras de Cestaria e de Espartaria	10	4	6,8
18 Impressão e Reprodução de Suportes Gravados	6	4	6,8
22 Fabricação de Artigos de Borracha e de Matérias Plásticas	1	0	0,0
23 Fabricação de Outros Produtos Minerais não Metálicos	9	2	3,4
24 Indústrias Metalúrgicas de Base	1	0	0,0
25 Fabricação de Produtos Metálicos, excepto Máquinas e Equipamentos	41	17	28,8
27 Fabricação de Equipamento Eléctrico	1	1	1,7
28 Fabricação de Máquinas e de Equipamentos, n.e.	1	0	0,0
31 Fabricação de Mobiliário e de colchões	12	2	3,4
33 Reparação, Manutenção e Instalação de Máquinas e Equipamentos	1	1	1,7
TOTAL	165	59	100,0

Fonte: *Elaboração Própria*

Relativamente ao estudo realizado junto da população, e de acordo com os resultados devolvidos por estes, em termos de localização de empresas por freguesias, a análise efectuada pode ser observada no Quadro 5.6.

Quadro 5.6. – Distribuição das empresas por freguesia

Freguesias do Concelho da Covilhã	População (N)	Empresas da Amostra	
		Nº	%
Barco	2	2	3,4
Boidobra	6	4	6,8
Canhoso	17	9	15,3
Cantar Galo	1	0	0,0
Casegas	1	1	1,7
Conceição	14	4	6,8
Cortes do Meio	1	1	1,7
Coutada	3	2	3,4
Dominguiso	4	1	1,7
Erada	2	0	0,0
Ferro	9	4	6,8
Orjais	4	1	1,7
Paul	7	2	3,4
Peraboa	4	1	1,7
Peso	2	0	0,0
S. Jorge da Beira	1	0	0,0
S. Martinho	7	3	5,1
S. Pedro	3	1	1,7
Santa Maria	7	3	5,1
Sobral de S. Miguel	2	0	0,0
Teixoso	10	0	0,0
Tortosendo	34	16	27,1
Unhais da Serra	7	2	3,4
Vale Formoso	2	0	0,0
Vales do Rio	11	1	1,7
Verdelhos	1	0	0,0
Vila do Carvalho	3	1	1,7
TOTAL	165	59	100,0

Fonte: *Elaboração Própria*

De acordo com a localização geográfica das empresas, constata-se que estas, actualmente, se situam apenas em algumas das freguesias do Concelho da Covilhã. Pois em algumas das freguesias mais distantes, já não existem qualquer tipo de empresas industriais a laborar na área da sua freguesia, como é o caso das freguesias de Aldeia de S. Francisco de Assis, Aldeia do Souto, Sarzedo e Ourondo, motivo pelo qual não aparecem representadas em nenhum quadro.

Analisando o quadro anterior verifica-se que uma grande parte das empresas da amostra (42,4%) se situam nas freguesias do Tortosendo e Canhoso, ou seja, no centro do Concelho, facto este que não surpreende, pois as acessibilidades e as condições oferecidas aos empresários para se localizarem nas referidas áreas são muito mais atractivas. Apesar da maior concentração de empresas da amostra estar principalmente localizada nestas freguesias, verifica-se que também nas freguesias de Boidobra, Conceição e Ferro se situam 20,4% das empresas da amostra. E ainda, que nem todas as freguesias do Concelho

da Covilhã estão representadas neste estudo, através de empresas que se localizam nessas mesmas freguesias. Efectuando a análise da dimensão empresarial, obtiveram-se os seguintes dados, expostos no Quadro 5.7.

Quadro 5.7. – Dimensão das empresas por número de trabalhadores

Escalões Dimensionais	Empresas da Amostra		Pessoal ao Serviço		Nº Médio Trabalhadores
	Nº	%	Nº	%	
Micro empresas (Até 9 trabalhadores)	36	62,0	144	7,0	4
Pequenas empresas (10 a 49 trabalhadores)	15	25,0	318	15,0	21
Médias empresas (50 a 249 trabalhadores)	5	8,0	468	22,0	94
Grandes empresas (Mais de 250 trabalhadores)	3	5,0	1220	56,0	407
Total	59	100,0	2150	100,0	

Fonte: *Elaboração Própria*

Das 59 empresas da amostra verifica-se que 5% pertencem ao escalão dimensional de grandes empresas (mais de 250 trabalhadores), 8% das empresas têm média dimensão (50 a 249 trabalhadores), 25% das empresas têm pequena dimensão (10 a 49 trabalhadores) e 62% ao escalão de microempresas (até 9 trabalhadores). O escalão dimensional que prevalece é o das microempresas com 36 empresas (62%). Este resultado está de acordo com o estudo realizado por Toledano, N. e Urbano, D. (2004) no Caribe Colombiano, em que 70,3% das empresas instaladas têm menos de 10 trabalhadores.

O escalão dimensional que possui maior número de empregados ao serviço (56%) do total de pessoas ao serviço das empresas da amostra é o das grandes empresas.

Relativamente à constituição jurídica de uma determinada sociedade, como é de conhecimento geral as sociedades comerciais gozam de personalidade a partir da data do registo definitivo do contrato pelo qual se constituem.²⁴ A capacidade jurídica das sociedades, compreende o conjunto de direitos e obrigações necessárias à prossecução do fim para que foram criadas, conforme determinam os Art.º 6 do CSC e Art.º 160 do Código Civil. Principal razão da existência dos vários tipos de sociedades comerciais conforme dita o Art.º 1 do CSC. Motivo pelo qual também se decidiu analisar qual o tipo de sociedade escolhida pelo empresário na hora de constituição da sua empresa.

²⁴ Art.º 5 do CSC – Código das Sociedades Comerciais

Quadro 5.8. – Forma Jurídica da Empresa

<i>Forma Jurídica das Empresas</i>	<i>Empresas da Amostra</i>	
	<i>Nº</i>	<i>%</i>
Sociedade Unipessoal por quotas	12	20,3
Sociedade por quotas	35	59,3
Sociedade Anónima	8	13,6
Outra	4	6,8
Total	59	100,0

Fonte: *Elaboração Própria*

De acordo com o Quadro 5.8. a forma jurídica Sociedade por Quotas (59,3%) é a que predomina nas empresas da amostra do Concelho da Covilhã, seguindo-se a forma jurídica Sociedade Unipessoal por Quotas com uma taxa de 20,3%. Esta é também uma tendência que se verifica a nível nacional, uma vez que, de acordo com o *Observatório da Criação de Empresas* (IAPMEI, 2007), a Sociedade por Quotas é a forma jurídica dominante das *start-ups* nacionais (62,9%), sendo também frequente a constituição de Sociedades Unipessoais por Quotas (36,4%). A Sociedade por Quotas caracteriza-se por possuir no mínimo 2 sócios (Artº. 7 do CSC) e um montante de capital de 5.000 Euros (Artº. 201 do CSC).

Seguidamente, no Quadro 5.9 apresentam-se mais algumas das características das empresas da amostra, tais como, qual o número e tipo de proprietários da empresa, qual a forma que os empresários utilizam para financiar o investimento inicial, qual o volume de negócios efectuado no ano de 2006-2007. E por último, se as empresas da amostra são consideradas empresas de base tecnológica.

Quadro 5.9. – Outras Características das Empresas

<i>Outras Características das Empresas</i>	<i>Nº</i>	<i>%</i>
PROPRIETÁRIOS DA EMPRESA		
O Próprio	10	16,9
O Próprio e Cônjuge	25	42,4
O Próprio e Outros Familiares	17	28,8
Outros	7	11,9
FONTE DE FINANCIAMENTO		
Poupanças Pessoais	26	44,1
Poupanças Familiares	3	5,1
Poupanças Amigos	1	1,7
Empréstimos Bancários	20	33,9
Sociedades de Capital de Risco	2	3,4
Outra	7	11,9
FACTURAÇÃO EM 2007		
Até 40.000 €	11	18,6
De 40.000 € a 500.000 €	21	35,6
De 500.001 € a 1.000.000 €	14	23,7
De 1.000.001 € a 2.500.000 €	4	6,8
De 2.500.001 € a 5.000.000 €	5	8,5
Mais de 5.000.000 €	4	6,8
EMPRESA DE ALTA TECNOLOGIA		
Sim	9	15,3
Não	50	84,7

Fonte: *Elaboração Própria*

No que diz respeito à propriedade da empresa, estas são principalmente de âmbito familiar, uma vez que 42,4% representam empresas em que os seus proprietários legais são constituídos por marido e mulher, e 28,8% por outros familiares. Também a nível nacional, o desenvolvimento da iniciativa empresarial com familiares é, por sua vez, uma escolha frequente, sendo que em cerca de 1/3 das *start-ups* existem sócios com laços familiares entre si. Aliás, na grande maioria destes casos (86%), estas empresas são constituídas unicamente por familiares (IAPMEI, 2007).

A fonte de financiamento à qual os empresários afirmam ter recorrido na hora de criar a sua própria empresa foram as suas próprias poupanças pessoais (44,1%) e também empréstimos bancários (33,9%). Denota-se que as empresas da amostra recorrem pouco, aos serviços/programas oferecidos pelos Organismos de Apoio. Das empresas inquiridas no Concelho da Covilhã, 84,7% de empresas afirmam não ser de alta tecnologia. Este cenário é muito similar à realidade encontrada no Caribe Colombiano, pois observa-se elevada existência de empresas de baixa tecnologia (95,6%).

5.2.3. ANÁLISE DOS DADOS DAS EMPRESAS DA AMOSTRA

5.2.3.1. CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO DOS ORGANISMOS E PROGRAMAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS

O Quadro 5.10 resume os resultados das entrevistas a 59 empresários em termos do conhecimento dos organismos de apoio à criação de empresas existentes no Concelho da Covilhã. Verifica-se que, em geral, existe um alto conhecimento dos organismos de apoio (valores superiores a 52,5%). O organismo mais conhecido é o IEFP (80,3%), seguindo-se o IAPMEI (77,6%), o CITEVE (69,8%), o CILAN (65,8%), o PARKUBIS (64,7%), a AECBP (64,4%) e a UBI (62%). Os menos conhecidos são a CMC (60,3%) e o CIEBI (52,5%).

Quadro 5.10. – Nível de Conhecimento Geral dos Organismos existentes no Concelho da Covilhã

<i>Organismo</i>	<i>Conhecimento do Organismo(%)</i>
IAPMEI	77,6
IEFP	80,3
CMC	60,3
CILAN	65,8
UBI	62,0
CIEBI	52,5
AECBP	64,4
NERCAB	63,4
PARKUBIS	64,7
CITEVE	69,8

Fonte: *Elaboração Própria*

No que se refere aos meios através dos quais obtivera o conhecimento destes organismos (Quadro 5.11), os empresários referenciam maioritariamente os jornais/revistas (28,3%) e a Internet (26,1%). Os menos referenciados são a TV/rádio (4,3%), através de folhetos informativos (10,9%) e sessões ou conferências (10,9%).

Quadro 5.11. – Meios pelos quais teve conhecimento dos programas de apoio

		<i>Frequência</i>	<i>Percentagem</i>	<i>Percentagem válida</i>
Válido	TV/Rádio	2	3,4	4,3
	Internet	12	20,3	26,1
	Jornais/Revistas	13	22,0	28,3
	Folhetos Informativos	5	8,5	10,9
	Sessões/Conferências	5	8,5	10,9
	Outros	9	15,3	19,6
	Total	46	78,0	100,0
Omisso		12	22,0	
Total		54	100,0	

Fonte: *Elaboração Própria*

O Quadro 5.12 permite uma análise mais detalhada do conhecimento dos inquiridos face aos serviços/programas de apoio para a criação de empresas que os diferentes organismos em análise oferecem.

Quadro 5.12. – Importância do Conhecimento dos Serviços/Programas para a Criação de Empresas por Organismo

<i>Serviços/Programas</i>	<i>Importância do Conhecimento dos Serviços/Programas para a Criação de Empresas(%)</i>									
	<i>IAPMEI</i>	<i>IEFP</i>	<i>CMC</i>	<i>CILAN</i>	<i>UBI</i>	<i>CIEBI</i>	<i>AECBP</i>	<i>NERCAB</i>	<i>PARKURBIS</i>	<i>CITEVE</i>
Programas não Económicos										
Informação/Orientação	29,9	46,0	32,8		31,0	26,4	31,0	36,8	39,7	36,2
Assessoria/Acompanhamento	44,3	41,4	28,2		31,0	25,9	29,3	33,3	38,5	34,5
Seguimento	36,8	40,2	25,9			23,6			37,4	
Formação		29,3		42,0	31,6	23,6	29,9	35,6		36,2
Incubação de micro e PME's			27,0		28,7	24,1			39,7	
GAPI-CITEVE										30,5
Programas Económicos										
Programa FINICIA	40,8									
ILE's		40,8								
ACPE		44,8								

Fonte: *Elaboração Própria*

Dos serviços/programas analisados verifica-se que: (i) o IEFP é o que apresenta valores mais elevados de conhecimento no que diz respeito aos serviços/programas de informação/orientação (46%), serviços de seguimento (40,2%) e apresenta programas económicos de apoio a iniciativas locais de emprego e apoio à criação do próprio emprego, as quais demonstram valores moderados de importância atribuídos pelos inquiridos (respectivamente, 40,8% e 44,8%); (ii) o IAPMEI apresenta também um serviço de informação/orientação e seguimento importantes, de salientar porém que o serviço mais relevante é o de assessoria/acompanhamento, apresentando ainda o programa económico FINICIA (40,8%); (iii) ao nível de programas de formação destaca-se o CILAN (42%) que apresenta valores mais elevados de conhecimento; (iv) salienta-se o PARKURBIS no que se refere ao serviço incubação de micro empresas e PME (39,7%); (v) o CIEBI em todos

os serviços que oferece é o que apresenta índices de conhecimento mais baixos por parte dos inquiridos.

Compare-se agora os índices de conhecimento (valor médio obtido pela soma das classificações atribuídas a cada serviço/programa que cada organismo oferece) e de utilização dos organismos de apoio à criação de empresas, segundo os serviços/programas que oferece. Pela análise do Quadro 5.13 é possível constatar que existe um alto índice de não utilização dos organismos de apoio (71,5%). Em média, verifica-se que os programas mais conhecidos são os do CILAN, do IEFP e do IAPMEI, o mesmo se reflecte a nível de utilização para o IEFP e para o IAPMEI. Os que apresentam índices mais baixos de conhecimento são o CIEBI e o CMC e de utilização são o AECBP e o PARKURBIS.

Quadro 5.13. – Conhecimento e utilização dos Organismos e programas de apoio à criação de Empresas

<i>Organismo</i>	<i>Conhecimento (%)</i>	<i>Utilização (%)</i>
IAPMEI	37,9	38,0
IEFP	40,4	44,2
CMC	28,4	14,6
CILAN	42,0	16,7
UBI	30,6	14,1
CIEBI	24,7	14,2
AECBP	30,1	10,4
NERCAB	35,2	19,4
PARKURBIS	38,8	12,5
CITEVE	34,3	13,5
Não Conhece	52,6	
Não Utiliza		71,5

Fonte: Elaboração Própria

Com o intuito de avaliar se o conhecimento dos serviços/programas de apoio existentes no Concelho da Covilhã influencia a sua utilização por parte dos empresários na criação das suas empresas teste-se, de seguida, as hipóteses de investigação.

A primeira hipótese, a testar, que associa o conhecimento dos organismos com a utilização, por parte dos empresários, dos serviços/programas a quando da criação da suas empresas - *H1: O conhecimento dos organismos de apoio à criação de empresas é independente da sua utilização pelos empresários aquando da criação da empresa.*

Os resultados obtidos evidenciam que não se verificam as condições de aplicação do teste do Qui-quadrado (que pelo menos 80% dos valores esperados sejam superiores ou iguais a 5). A estatística de teste a utilizar foi o teste de Qui-quadrado por simulação de Monte Carlo.

Quadro 5.14. – Tabela de contingência do cruzamento entre utilização de algum programa e o Conhecimento dos Organismos de apoio à Criação de Empresas

Conhecimento dos Organismos	Utilizou algum programa de apoio à criação de empresas		Teste Estatístico (p-value)
	Não	Sim	
IAPMEI	16	28	0,591
IEFP	28	16	0,581
CMC	28	16	0,88
CILAN	28	16	0,983
UBI	28	16	0,928
CIEBI	28	16	0,816
AECBP	28	16	0,658
NERCAB	28	16	0,426
PARKURBIS	28	16	0,307
CITEVE	28	16	0,974

Fonte: *Elaboração Própria*

Pela análise dos *p-values* obtidos para o nosso teste não se rejeita a hipótese de que o conhecimento dos organismos é independente da utilização de algum programa de apoio à criação de empresas. Pelo que se poderá dizer que o facto dos empresários conhecerem os organismos, não quer dizer que irão utilizar em maior escala os serviços/programas oferecidos por estes.

A segunda hipótese, a testar, refere-se à utilização de algum serviço/programa de apoio à criação de empresas, por parte dos empresários, para a criação da sua própria empresa. Este facto foi cruzado com as variáveis sexo, idade, grau académico e antecedentes empresariais na família - *H2: A utilização de algum serviço/programa de apoio para a criação de empresas é independente das variáveis sócio-demográficas “sexo”, “idade”, “grau académico” e “antecedentes empresariais na família”.*

Quadro 5.15. – Tabela de Contingência do cruzamento entre utilização de algum programa e as variáveis socio-demográficas dos Empresários

%	Utilização de algum programa		Teste Estatístico (p-value)
	Não	Sim	
Sexo			
Masculino	55,9	44,1	0,206
Feminino	83,3	16,7	
Idade			
Entre 30 e 44 anos	52,9	47,1	0,252
Entre 45 e 59 anos	76,2	23,8	
Entre 60 e 75 anos	50	50,0	
Grau Académico			
Estudos primários	87,5	12,5	0,024
Estudos secundários	43,8	56,3	
Técnico/profissional	20	80,0	
Licenciatura	88,9	11,1	
Mestrado	100	0,0	
Doutoramento	0	100,0	
Antecedentes Empresariais na Família			
Não	70,6	29,4	0,24
Sim	52,2	47,8	

Fonte: *Elaboração Própria*

Através dos resultados obtidos e evidenciados pela análise do Quadro 5.15 pode constatar-se que para os níveis de significância de 5%, o teste estatístico do Qui-quadrado permite não rejeitar hipótese de uma relação de independência entre as variáveis sexo, idade e antecedentes empresariais na família face à utilização de algum programa de apoio. Pode ainda observar-se que a única relação significativa se estabelece entre o grau académico e a utilização de serviços/programas de apoio à criação de empresas. Podendo constatar-se que a percentagem de empresários com o nível de estudos secundários e técnico profissionais apresentam maior percentagem de utilização de programas do que os restantes empresários com níveis diferentes de estudos. Esta diferença é estatisticamente significativa (pois $p\text{-value} = 0,024 < \alpha = 0,05$).

No Quadro 5.16 pode analisar-se quais são os programas mais utilizados pelos empresários. Pela análise do quadro verifica-se que, entre os organismos que apresentam simultaneamente programas económicos e não económicos, no IAPMEI é mais utilizado o programa económico (39,6) face aos restantes programas não económicos oferecidos por este organismo. No IEFPP, o tipo de programas não económicos são mais utilizados pelos empresários do que os programas económicos.

Quadro 5.16. – Utilização dos Organismos e programas de apoio à criação de Empresas

Serviços/Programas	Utilização dos Serviços/Programas para a Criação de Empresas(%)									
	LAPMEI	IEFP	CMC	CILAN	UBI	CIEBI	AECP	NERCAB	PARKURBIS	CITEVE
Programas não Económicos										
Informação/Orientação	37,5	45,8	14,6		14,6	12,5	6,3	14,6	12,5	14,6
Assessoria/Acompanhamento	37,5	52,1	14,6		12,5	14,6	6,3	18,8	12,5	12,5
Seguimento	37,5	52,1	14,6			14,6			12,5	
Formação				16,7	14,6	14,6	18,8	25,0		14,6
Incubação de micro e PME's			14,6		14,6	14,6			12,5	
GAPI-CITEVE										12,5
Programas Económicos										
Programa FINICIA	39,6									
ILEs		37,5								
ACPE		33,3								

Fonte: *Elaboração Própria*

A terceira hipótese a testar, procura associa a existência de Organismos de apoio para a criação de empresas, com a variável “utilizou algum programa de apoio à criação de empresas” – *H3: A existência de organismos de apoio é independente da utilização de algum programa para a criação de empresas.*

Os resultados obtidos de acordo com o Quadro 5.17 evidenciam que a maioria dos empresários considera que não foi decisiva a existência de organismos porque nunca utilizou nenhum programa de apoio (71,4%). Dos empresários que consideram relevante a existência destes Organismos, cerca de 44% utilizaram algum serviço/programa de apoio à criação de empresas.

Quadro 5.17. – Tabela de contingência para o cruzamento entre a utilização de algum programa de apoio à criação de empresas e o facto de ser decisivo a sua existência

			Utilizou algum dos programas de apoio à criação de empresas?		Total
			Não	Sim	
Para si foi decisivo a existência de Organismos à criação de empresas	Não	N	15	6	21
		%	71,4%	28,6%	100,0%
	Sim	N	13	10	23
		%	56,5%	43,5%	100,0%
Total		N	28	16	44
		%	63,6%	36,4%	100,0%

Fonte: *SPSS*

O quadro seguinte apresenta a estatística de teste e a probabilidade de significância associada. Sendo *p-value* obtido de 0,305 não se rejeita a hipótese de que a existência de organismos de apoio é independente do facto de alguma vez os empresários inquiridos terem utilizado algum programa de apoio à criação de empresas. Deste modo, os resultados obtidos evidenciam que a utilização de serviços/programas não é decisivo para a decisão de criar uma empresa.

Quadro 5.18. – Estatística de teste para o cruzamento entre a utilização de algum programa de apoio à criação de empresas e o facto de ser decisivo a sua existência

Chi-Square Tests

	Value	df	Asymp. Sig. (2-sided)	Exact Sig. (2-sided)	Exact Sig. (1-sided)
Pearson Chi-Square	1,054 ^b	1	,305		
Continuity Correction ^a	,508	1	,476		
Likelihood Ratio	1,063	1	,303		
Fisher's Exact Test				,360	,239
Linear-by-Linear Association	1,030	1	,310		
N of Valid Cases	44				

a. Computed only for a 2x2 table

b. 0 cells (.0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 7,64.

Fonte: SPSS

5.2.3.2. VALORIZAÇÃO DOS ORGANISMOS E PROGRAMAS UTILIZADOS

A valorização que os empresários atribuem, aos organismos e programas de apoio à criação de empresas em estudo, demonstra que, em média, os organismos mais valorizados são o IAPMEI (37,5%) e o IEFP (37,5%). O menos valorizado pelos empresários inquiridos foi o CIEBI (10,8%). Relativamente aos organismos mais valorizados, destacam-se com índices de valorização mais elevados os serviços/programas de informação/orientação. Na AECBP (20,8%), na NERCAB (31,3%) e no CITEVE (18,8%) é valorizado o programa de formação.

Pela análise do Quadro 5.19 é ainda possível constatar que os programas económicos têm uma menor valorização relativamente a programas não económicos, como seja a informação/orientação. No IAPMEI todos os programas não económicos têm maior valorização atribuída pelos empresários do que o programa económico FINICIA.

Quadro 5.19. – Valorização dos Organismos e programas de apoio à criação de Empresas

Serviços/Programas	Valorização dos Serviços/Programas para a Criação de Empresas(%)									
	IAPMEI	IEFP	CMC	CILAN	UBI	CIEBI	AECBP	NERCAB	PARKURBIS	CITEVE
Programas não Económicos										
Informação/Orientação	39,6	45,8	16,7		18,8	12,5	8,3	14,6	14,6	10,4
Assessoria/Acompanhamento	37,5	33,3	16,7		14,6	10,4	8,3	14,6	14,6	12,5
Seguimento	37,5	33,3	10,4			10,4			14,6	
Formação				18,8	12,5	10,4	20,8	31,3		18,8
Incubação de micro e PME's			10,4		12,5	10,4			14,6	
GAPI-CITEVE										12,5
Programas Económicos										
Programa FINICIA	35,4									
ILEs		39,6								
ACPE		35,4								

Fonte: *Elaboração própria*

A quarta hipótese procura testar a existência de uma relação entre a variável “valorização” e a variável “utilização dos serviços/programas de apoio à criação de empresas” - *H4: A valorização que os empresários atribuem aos serviços/programas oferecidos pelos organismos de apoio à criação de empresas está positivamente relacionada com a utilização das mesmas medidas.*

Os resultados obtidos e apresentados no quadro 5.20, foram feitos através da análise da correlação entre as variáveis “importância da utilização de serviços/programas para a criação de empresas” e “importância da valorização dos programas utilizados”, no qual se verifica que existe uma correlação positiva forte (medida pelo coeficiente de Spearman) e estatisticamente significativa ao nível de 0,01 entre a utilização que os empresários fazem dos serviços/programas de apoio à criação de empresas e a valorização que atribuem após usufruir desses benefícios. Pelo que se poderá concluir que os empresários ao utilizarem a oferta disponibilizada pelos organismos, valorizam bastante os serviços/programas utilizados no apoio à criação de empresas.

Quadro 5.20. – Correlação entre a importância de utilização e valorização dos serviços/programas para a criação de empresas segundo o Organismo

<i>Utiliza/Valoriza</i>	<i>Coefficiente de Correlação Spearman</i>
IAPMEI	0,904 (**)
IEFP	0,884 (**)
CMC	0,871 (**)
CILAN	0,996 (**)
UBI	0,998 (**)
CIEBI	1,000 (**)
AECBP	0,999 (**)
NERCAB	0,955 (**)
PARKUBIS	0,998 (**)
CITEVE	1,000 (**)

(**) Correlação é significativa ao nível de 0.01

5.2.3.3. ADEQUAÇÃO DAS MEDIDAS DE APOIO EXISTENTES

No Quadro 5.21 estão registados os valores descritivos do grau de concordância dos empresários inquiridos face à adequação das medidas de apoio existentes.

Os valores obtidos sugerem que mais de 50% dos empresários inquiridos apresentam índices de concordância elevados com o facto das medidas de apoio: colocarem demasiados entraves burocráticos para obtê-las; não deixarem os empresários actuar com liberdade; não serem suficientemente conhecidas; e não se promoverem de forma eficiente. Ainda, 50% dos empresários manifestam um grau de discordância relativamente ao facto de as medidas de apoio para a criação de empresas actuais serem adequadas às necessidades dos empresários e serem acertadas e úteis.

Quadro 5.21. – Adequação das Medidas de Apoio Existentes

<i>Medidas de Apoio</i>	<i>Mediana</i>
Acertadas e úteis	2,50
Adequadas às necessidades dos empresários	2,00
Incidem sobre o êxito do processo de criação de uma empresa	3,00
São insuficientes	3,00
Existem demasiados entraves burocráticos para conseguir obtê-las	4,50
Seria melhor menos ajudas oficiais e deixar ao empresário mais liberdade de actuação	4,00
Não são suficientemente conhecidas	4,00
Não se promovem de forma eficiente	4,00
Não se utilizam demasiado	3,50

Fonte: SPSS

Um índice de concordância face às medidas de apoio existentes foi calculado. Começou-se por colocar todas as afirmações relativas às medidas de apoio na negativa e inverter a

pontuação (isto é, foram invertidos os primeiros três itens). Somando o nível de importância atribuído a cada medida por cada indivíduo obteve-se um *score* final de concordância que teoricamente pode variar entre 9 e 45 valores. Valores elevados deste *score* sugerem a não adequação das medidas existentes.

Quadro 5.22. – Score final de adequação das medidas de apoio existentes

N	Válido	58
	Omisso	1
Média		32,7593
Mediana		33,0000
Desvio padrão		5,32681
Mínimo		15,00
Máximo		44,00
Percentis	25	30,0000
	50	33,0000
	75	36,0000

Fonte: SPSS

De acordo com o Quadro 5.22 é possível verificar que o valor mínimo de pontuação obtido foi 15 e o valor máximo foi 44. Em média, o índice de discordância face às medidas de apoio existentes (32,7) foi elevado (acima da média empírica 27), o que denota uma desadequação das medidas às reais necessidades dos empresários na criação de empresas.

CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES, LIMITAÇÕES E SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

Neste último capítulo faz-se referência às principais conclusões obtidas com a realização desta investigação, expondo as limitações que foram detectadas, para que o leitor possa interpretar adequadamente as evidências encontradas. Por último, apresentam-se algumas sugestões relativamente a estudos que se pretendem desenvolver no futuro, que surgem do processo de investigação levado a cabo até este momento.

6.1. CONCLUSÕES DA INVESTIGAÇÃO

Este trabalho teve como principal objectivo a identificação e análise de factores institucionais formais do meio envolvente que condicionam a criação de empresas industriais no Concelho da Covilhã, considerando, na elaboração deste estudo, os organismos, serviços e medidas de apoio à criação de empresas.

Na sequência de todo o desenvolvimento desta dissertação, poder-se-á concluir que os propósitos previamente enunciados foram alcançados, quer através da revisão da literatura existente, que permitiu o levantamento dos conceitos teóricos de suporte à investigação, quer, ainda, através da elaboração dos questionários, que possibilitou a recolha de dados necessários ao estudo empírico do modelo teórico desenvolvido.

6.1.1. CONCLUSÕES REFERENTES À OFERTA INSTITUCIONAL

Da análise que foi efectuada, a partir da amostra dos representantes dos organismos de apoio à criação de empresas, podem extrair-se as seguintes conclusões:

- A totalidade dos organismos inquiridos oferece algum tipo de medidas não económicas à criação de empresas. Em contrapartida, apenas 20% destes, oferecem algum tipo de medidas económicas.
- A maioria dos organismos inquiridos (70%) oferece serviços/programas de apoio à criação de empresas, dirigidos especificamente, a um determinado público-alvo, como desempregados, jovens, mulheres e outros.
- Dos representantes dos organismos de apoio inquiridos, 90% consideram que o seu organismo realiza de forma adequada a promoção dos serviços de apoio oferecidos às

empresas, e 40% destes tem a opinião de que as medidas de apoio oferecidas, deveriam de realizar-se de diferente forma, o que de certo modo, é o mesmo que reconhecer que alguns procedimentos não estão a ser feitos da forma mais eficiente. Uma das principais razões que estes citam (75%) é a necessidade de mudança, que se baseia na oferta de outro tipo de medidas, mais diversificadas, mais específicas, com estratégias reforçadas e desenvolvidas de acordo com uma vertente mais direccionada para os empresários desta região em concreto.

- Relativamente às medidas de apoio à criação de empresas existentes no Concelho da Covilhã, 60% dos representantes dos organismos inquiridos são da opinião que os empresários têm conhecimento destas, mas apenas 40% afirma que os empresários as utilizam. Uma das principais razões que, estes apontam para o facto de haver conhecimento das medidas de apoio à criação de empresas (50%), é a existência de muita divulgação e promoção por parte dos organismos. A principal razão para explicar o facto do empresário recorrer pouco (não utilização) às medidas de apoio (67%), reside na oferta inadequada aos empresários da região.

- No que diz respeito aos serviços/programas oferecidos por cada organismo, 80% dos representantes dos organismos inquiridos são da opinião que os empresários têm conhecimento destes, e 70% afirmam que os empresários os utilizam. Uma das principais razões que, estes citam como causa de conhecimento dos serviços/programas oferecidos por cada organismo (87%), é a existência de muita divulgação e promoção por parte dos organismos. A principal razão para a utilização dos serviços/programas, segundo os representantes (86%) está justificada pela procura observada, o número de ajudas e petições existentes nos organismos.

Em resumo, da análise do marco formal institucional, desde o ponto de vista da oferta dos organismos, serviços/programas de apoio à criação de empresas, pode dizer-se que, no Concelho da Covilhã existem muitas instituições e programas, pouco diversificados, que oferecem principalmente medidas não económicas, que se baseiam fundamentalmente em serviços de informação/orientação, assessoria/acompanhamento, o que leva, muitas das vezes, a uma duplicação de recursos e de esforços, por parte dos organismos da região, implicando, por sua vez, uma descoordenação ao nível da procura (empresário).

Outro aspecto que se pode concluir é que os serviços/programas que os organismos existentes no Concelho da Covilhã têm para oferecer aos empresários não são elaborados

com base em pressupostos específicos para a criação de empresas e adequados à região na qual a empresa se insere.

6.1.2. CONCLUSÕES REFERENTES À PROCURA INSTITUCIONAL

Da análise dos dados da procura institucional, podemos extrair uma série de conclusões relacionadas com o perfil e características dos empresários inquiridos, bem como sobre as formas de criação de empresas. Estas residem no seguinte:

- A grande maioria dos empresários opta mais por formas jurídicas de sociedades de responsabilidade limitada, como a “sociedade por quotas” e “sociedade unipessoal por quotas”, que no caso da amostra acumulam percentagens de 59,3% na Sociedade por Quotas e, 20,3% na Sociedade Unipessoal por Quotas. Esta é uma tendência que se verifica não só a nível nacional, segundo o *Observatório da Criação de Empresas* (IAPMEI, 2007), como também segue a tendência dos empresários da Catalunha, segundo o estudo da Catalunha (Urbano e Veciana, 2001).

- Os empresários covilhanenses, preferem criar as suas empresas com sócios, em detrimento de as criarem eles próprios, mas denota-se claramente uma preferência pelo perfil destes sócios. Pois as empresas são constituídas unicamente por familiares, não é comum existir uma sociedade em que os proprietários legais sejam constituídos através de parcerias entre amigos ou conhecidos, ou mesmo entre empresas. No Concelho da Covilhã, a grande maioria dos empresários, cria as suas empresas entre marido e mulher (42,4%) e com outros familiares (28,8%). Aliás, restringir os proprietários legais ao âmbito familiar no que se refere à constituição da empresa, parece ser uma prática, não só dos empresários deste concelho, como também de todo o país, uma vez que o *Observatório da Criação de Empresas* (IAPMEI, 2007) apurou que 86% das empresas são constituídas unicamente por familiares.

- Na hora de criar a sua própria empresa, os empresários covilhanenses da amostra recorrem principalmente às suas próprias poupanças pessoais (44,1%) e a empréstimos bancários (33,9%).

- Neste concelho, os empresários optam, principalmente, por sedear as suas empresas nas freguesias do Canhoso e Tortosendo (42,4%), ou seja, mais próximo do centro do Concelho. A maior parte destes (62%) constituem empresas de pequena dimensão (até 9 trabalhadores), denominadas microempresas. Apostando (tendo em conta os dados com maior presença na amostra) em maior número em determinados sectores de actividade, empresas dos sectores de fabrico de produtos metálicos (28,8%), fabrico têxtil (20,3%) e indústria alimentar (18,6%).

Quanto ao conhecimento, utilização e valorização dos organismos, serviços/programas de apoio à criação de empresas, as conclusões extraídas residem no seguinte:

- Os empresários da amostra tem conhecimento dos organismos de apoio à criação de empresas existentes no Concelho da Covilhã, nomeadamente, o IEFP (80,3%) e o IAPMEI (77,6%) são os organismos mais conhecidos.

- No geral, verifica-se uma alta percentagem de desconhecimento (52,6%) e de não utilização (71,5%) dos serviços/programas, oferecidos pelos organismos, para a criação de empresas, por parte dos empresários covilhanenses.

- Relativamente à importância do conhecimento dos serviços/programas para a criação de empresas, a amostra de empresários atribui os graus mais elevados ao IEFP, no serviço de informação/formação (46%), seguimento (40,2%) e programas económicos (ILE's (40,8%) e ACPE (44,8%)); ao IAPMEI, no serviço de assessoria/acompanhamento (44,3%) e programa FINICIA (40,8%); ao CILAN, no serviço de formação (42%); ao PARKURBIS, no serviço de incubação de micro e PME.

- No que se refere à utilização atribuída pela amostra de empresários, no IAPMEI, os programas económicos são mais utilizados (39,6%) do que os programas não económicos. Ao contrário do IEFP, em que os empresários utilizam em maior número programas não económicos, em detrimento de programas económicos.

- Em termos de valorização, em média, os programas não económicos (37,8%) são mais valorizados pelos empresários covilhanenses, do que os programas económicos (36,8%). Destacam-se os serviços/programas de informação/orientação com índices de valorização

mais elevados do IAPMEI (39,6%) e IEFP (45,8%), como o de formação do NERCAB (31,3%).

- Conclui-se que os empresários têm elevado conhecimento dos organismos de apoio à criação de empresa existentes no Concelho da Covilhã, mas o facto de conhecerem estes organismos, não leva a que estes utilizem, em maior número, os serviços/programas oferecidos por estes. Ou seja, os empresários podem ter amplo conhecimento dos organismos, mas os dados de tal conhecimento não implicam que estes irão utilizar os serviços/programas oferecidos pelos organismos.

Aqueles que conhecem os organismos de apoio à criação de empresas e utilizam os serviços/programas que estes têm à sua disposição, atribuem um elevado nível de valorização a esta mesma utilização. Pode deduzir-se que, o empresário ao utilizar algum tipo de serviço/programa oferecido por algum dos organismos, ficou bastante satisfeito, considerando significativa e importante a sua utilização, valorizando muito positivamente os benefícios que daí advieram.

- Para a amostra de empresários inquiridos, verifica-se que existem evidências estatisticamente significativas que permitem afirmar que os empresários com nível de estudos secundários e técnico profissionais recorrem mais à utilização de programas de apoio à criação de empresas. Verifica-se ainda que, apesar de não ser estatisticamente significativa a diferença, os empresários mais jovens recorrem mais à utilização destes programas. Relativamente às restantes variáveis sócio-demográficas, não existem diferentes níveis de utilização dos programas de apoio que possam ser atribuíveis às variáveis sexo e antecedentes empresariais.

- Na globalidade, os empresários da amostra, mais de 50% dos inquiridos, têm uma opinião negativa sobre as medidas de apoio existentes à criação de empresas no Concelho da Covilhã. Estes justificam a sua opinião global negativa ao manifestar a sua opinião relativamente ao facto de considerarem as medidas de apoio inadequadas às suas necessidades, não sendo também suficientemente conhecidas, nem promovidas de forma eficiente.

- Pode, portanto, deduzir-se que, existe uma desadequação entre a oferta das medidas de apoio oferecidas pelos organismos e a procura, ou seja, as reais necessidades dos

empresários na criação de empresas. Os organismos públicos que oferecem algum tipo de medidas económicas e não económicas, estão demasiado dependentes da Administração Pública, sujeitos a processos muito burocráticos, dificultando a sua prestação de serviços e afectando a sua eficiência.

6.2. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

De modo a complementar a interpretação dos resultados é importante expor também as limitações que surgiram ao longo do presente estudo:

- A maior limitação deste estudo relaciona-se com os processos amostrais. A inexistência de uma base de dados que inclui-se toda a informação relativa às empresas industriais existentes no Concelho da Covilhã, fez com que houvesse um excesso de morosidade no processo, muita pesquisa e muito trabalho de campo, demasiadas etapas para conseguir a população das empresas.

- Outra limitação prende-se com o facto de nesta investigação não se terem efectuado estudos de caso com o objectivo de aprofundar o conhecimento sobre o fenómeno em análise.

- Por último, outra das limitações, relaciona-se com o facto desta investigação abordar apenas o estudo dos factores formais relativamente à criação de empresas, deste modo, considera-se que a incorporação de factores informais iria ampliar o trabalho realizado.

6.3. SUGESTÕES PARA FUTURAS INVESTIGAÇÕES

As sugestões que se propõem para futuras investigações, surgem com base em aspectos que foram sendo detectados durante a vivência desta experiência.

- Complementar esta investigação, fazendo também uma abordagem em termos de factores informais, isto é, em que se proceda a uma análise da cultura e de factores, tais como: as ideias, crenças, atitudes e valores das pessoas, percepções subjectivas, incluindo convenções e símbolos não escritos, partilhados pela sociedade. Pois seria bastante

importante avaliar a capacidade empreendedora existente no Concelho da Covilhã, e analisar de que forma estes factores informais afectariam e influenciariam a tomada de decisão de criar uma empresa, uma vez que o Concelho da Covilhã, tem uma cultura bastante enraizada e princípios muito estabelecidos.

- Realizar esta mesma investigação, que consiste na análise da oferta de organismos de apoio à criação de empresas, e a procura por parte dos empresários dos serviços/programas oferecidos por esses mesmos organismos, noutros Concelhos do País, com o objectivo, de num futuro próximo, se poderem fazer análises comparativas relativamente a Portugal, e obter alguns resultados acerca desta temática.

- Uma linha de seguimento da presente investigação consistiria em analisar com maior profundidade a influência dos factores formais no processo de criação de empresas, ao utilizar técnicas qualitativas com recurso a estudos de caso, efectuando uma comparação entre as empresas que efectivamente tiveram apoio no seu processo de criação e as empresas que não tiveram esse mesmo apoio.

BIBLIOGRAFIA

- AAKER, D.A e DAY, G.S. (1989): *Marketing Research*, 3th Edition; McGraw-Hill.
- ACS, Z.J e AUDRETSCH, D.B. (1988): “Innovation in Large and Small Firms: An Empirical Analysis”, *The American Economic Review*, Vol. 78, nº 4, pp.678-690.
- ACS, Z.J; ARENIUS, P.; HAY, M. e MINNITI, M. (2004): *Global Entrepreneurship Monitor. 2004 Executive Report*, Babson College and London Business School.
- ALDRICH, H.; KALLEBERG, A.; MARSDEN, P. e CASSELL, J., (1989), “In Pursuit of Evidence: Sampling. Procedures for Locating New Business”, *Journal of Business Venturing*, Vol. 4, nº 6, pp.367-386.
- ALDRICH, H.E. e MARTÍNEZ, M.A. (2001): “Many are Called, but Few are Chosen: An Evolutionary Perspective for the Study of Entrepreneurship”, *Entrepreneurship Theory and Practice*, Vol. 25, nº 4, pp.41-56.
- ANIL (1998): “Análise Técnico-Económica e Proposta de Acções de Reestruturação”, *Reestruturação da Indústria de Lanifícios da Beira Interior*, Vol. 1.
- APONTE, M (2002): “*Factores Condicionantes de la Creación de Empresas en Puerto Rico: Un Enfoque Institucional*”, Tesis Doctoral, ES: Universidad Autónoma de Barcelona.
- BAUMOL, W. (1993): “Formal Entrepreneurship Theory in Economics: Existence and Bounds”, *Journal of Business Venturing*, nº 8, pp.197-210.
- BIRCH, D. (1979): *The Job Generation Process*, Cambridge, MA.
- BIRCH, D. (1987): *The Job Creation in America*, The Free Press, New York.
- BIRLEY, S. (1987): “New Ventures and Employment Growth”, *Journal of Business Venturing*, Vol. 2, nº 2, pp.155-165.
- BLENKER, P. (1992): “Towards a Sociological and Anthropological Understanding of Entrepreneurship and Small Business”, Trabalho apresentado no RENT VI Whorkshop, Barcelona.
- BOTER, H. e LUNDSTRÖM, A. (2001): “Support Services to SMEs. Analysis of support Actors and Company Characteristics”, Conference proceedings, Vol.2, Paper presented at RENT XV 2001.
- BOUWEN, R. e STEYAERT, CH. (1992): “Opening the Domain of Entrepreneurship: A Social Construction Perspective”, Trabalho apresentado no RENT VI Whorkshop, Barcelona.
- BROCKHAUS, R.H. (1987): “Entrepreneurship Folklore”, *Journal of Small Business Management*, Vol. 25, nº 3, pp.1-6.
- BYGRAVE, W.D. e HOFER, CH.W. (1991): “Theorizing about Entrepreneurship”, *Entrepreneurship, Theory and Practice*, Winter, p.13-22.

- CAE – Rev 3 (2008): *Classificação das Actividades Económicas – Rev. 3*, Presidência do Conselho de Ministros, 1ª Série - nº 219 - Decreto-Lei nº 381/2007 de 14 de Novembro de 2007, pp. 8440-8464.
- CANTILLON, R. (1755): *Essay on the nature of Commerce*, traduzido por H. Higgs, 1931, London: Macmillan.
- CARDOSO, N. (2007): *Jusprático Sociedade por Quotas*, Wolters Kluwer Portugal.
- CE (2006): *A Nova Definição de PME - Guia do Utilizador e Modelo de Declaração*, Publicações “Empresas e Indústria”.
- CHANDLER, A.D. (1962): *Strategy and Structure*, Cambridge, MA: The MIT Press.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2003): *O Livro Verde do Espírito Empresarial na Europa*, Documento elaborado com base em COM (2003) 27 Final Europa, Bruxelas.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2004): *Plano de Acção: A Agenda Europeia para o Espírito Empresarial*, Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social Europeu, e ao Comité das Regiões com base em COM (2004) 70 Final Europa, Bruxelas.
- CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA (2000a): *Decisão do Conselho, de 20 de Dezembro de 2000, relativa a um Programa Plurianual para a Empresa e o Espírito Empresarial, em especial para as Pequenas e Médias Empresas (PME), 2001-2005*, pp. 84-91. (<http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/n26006.htm>).
- CONSELHO EUROPEU DE LISBOA (2000): *Estratégia de Lisboa*, Conclusões da Presidência.
- CUNHA, P.O. (2006): *Direito das Sociedades Comerciais*, Edições Almedina, S.A.
- DAVIDSON, P. e WIKLUND, J. (2001): “Levels of Analysis in Entrepreneurship Research: Current Research Practice and Suggestions for the Future”, *Entrepreneurship Theory and Practice*, Vol. 25, nº 4, pp.81-99.
- DÍAZ, C. (2003): “*La Creación de Empresas en Extremadura – Un Análisis Institucional*”, Tesis Doctoral, ES: Universidad de Extremadura.
- DÍAZ, C.; HERNÁNDEZ, R. e RAPOSO, M. (2004): “Estudiantes Universitarios y Creación de Empresas. Un Análisis Comparativo entre España y Portugal”, *Conocimiento, Innovación y Empreendedores: Camino al Futuro*; Ayala Calvo, J. C. y Grupo de Investigación FEDRA; Publicaciones Universidad de La Rioja, pp.1338-1355.
- DÍAZ, C.; URBANO, D. e HERNÁNDEZ, R. (2005): “Teoría Económica Institucional y Creación de Empresas”, *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa*, Vol. 11, nº 3, pp.209-230.
- DRUCKER, P. (1964): *Managing for Results*, Harper and Row, New York.
- DRUCKER, P. (1974): *Management: Tasks, Responsibilities, Practices*, Harper and Row, New York.
- DRUCKER, P. (1985): *Innovation and Entrepreneurship*, Harper and Row, New York.

- DRUCKER, P. (1986): *La Innovation y el Empresário Innovador. La Pratica y los Principios*, Edhasa, Barcelona.
- DUBINI, P. (1989): “The Influence of Motivation and Environment on Business Starts-Ups. Some Hints for Public Policies”, *Journal of Business Venturing*, Vol. 4, nº 1, pp. 11-26.
- DUGGER, W. (1988): “A Research Agenda for Institutional Economics”, *Journal of Economics Issues*, Vol. 22, nº 4, pp.983-1002.
- DUGGER, W. (1990): “The New Institutionalism: New But Not Institutionalism”, *Journal of Economics Issues*, Vol. 24, nº 2, p. 423-431.
- DUGGER, W. (1995): “Douglass C. North’s New Institutionalism”, *Journal of Economics Issues*, Vol. 29, nº 2, p. 453-458.
- EGGERTSSON, T. (1990): *El Comportamiento Económico y las Instituciones*, Alianza Economía. Alianza Editorial: Madrid.
- EKELUND, R.B. e HÉBERT, R.F. (1992): *Historia de la Teoria Económica y su Método*, McGraw-Hill: Madrid.
- FERREIRA, J. (2003): “*Estudo do Crescimento e do Desempenho das Pequenas Empresas: A influência da Orientação Estratégica Empreendedora*”, Tese de Doutoramento, Covilhã, PT: Universidade da Beira Interior.
- FILION, J.L. (1999): “Diferenças entre Sistemas Gerenciais de Empreendedores e Operadores de Pequenos Negócios”, *RAE – Revista de Administração de Empresas*, Vol. 39, nº 4.
- FILION, J.L. (2000): “Empreendedorismo e Gerenciamento: Processos Distintos, Porém Complementares”, *RAE – Revista de Administração de Empresas*, Vol. 40, nº 3.
- FURUBOTN, E. e RICHTER, R. (1991): *The New Institutional Economics, An Assessment*, em “*The New Institutional Economics*”, University Press-College Station: Texas.
- GARTNER, W.B. (2001): “Is There na Elephant in Entrepreneurship? Blind Assumptions in Theory Development”, *Entrepreneurship Theory and Praticce*, Vol. 25, nº 4.
- GENESCÀ, E.; URBANO, D.; CAPELLERAS, J.L., GUALLARTE, C. e VERGÉS, J. (coords.) (2003): “Creación de Empresas-Entrepreneurship. Homenaje al Profesor José Maria Veciana Vergés”, *Manuals d’Economia*, Servei de Publicaciones de la Universidad Autònoma de Barcelona.
- GIBB, A.A. (1993): “Key Factors in the Design of Policy support for the Small and Medium Enterprise (SME) Development Process: An Overview”, *Entrepreneurship and Regional Development*, Vol. 5, nº 1, pp.1-24.
- GNYAWALI, D.R. e FOGEL, D.S. (1994): “Environments for Entrepreneurship Development: Key Dimensions and Research Implications”, *Entrepreneurship Theory and Praticce*, Vol. 18, nº4, Summer, pp.43-62.

- GÓMEZ, L. (2004): “Marco Institucional Formal de la Creación de Empresas en el Caribe Colombiano y Antioquia”, *Trabajo de Investigación*, ES: Universidad Autònoma de Barcelona.
- GÓMEZ, L.; VECIANA, J.M. e URBANO, D. (2004): “Medidas de Apoyo a la Creación de Empresas en el Caribe Colombiano. Análisis de la Oferta y la Demanda de Servicios”, *Investigación y Desarrollo*, Vol. 12, nº 2: pp.372-395.
- GREVE, A. e SALAFF, J.W. (2003): “Social Networks and Entrepreneurship”, *Entrepreneurship Theory and Practice*, Vol. 28, pp.1-22.
- GRILO, I. e THURIK, A.R. (2005): “Latent and Actual Entrepreneurship in Europe and the US: Some Recent Developments”, *International Entrepreneurship and Management Journal*, Vol. 1, nº 4, pp.441-459.
- GRUCHY, A.G. (1972): *Contemporary Economic Thought: The Contribution of Neo-Institutional Economics*, The MacMillan Press Ltd: New York.
- GRUCHY, A.G. (1987): *The Reconstruction of Economics Thought: An Analysis of the Fundamentals of Institutional Economics*, Greenwood Press: New York.
- HAMILTON, R. T. e HARPER, D. A. (1994): “The Entrepreneur in Theory and Practice”, *Journal of Economic Studies*, Vol. 21, nº 6, p. 3
- HERNÁNDEZ, R. e DÍAZ, J.C. (2006): *GEM - Global Entrepreneurship Monitor*, Informe Ejecutivo 2005. Extremadura, nº 3, Fundación Xavier de Salas.
- HISRICH, R. (1988): “Entrepreneurship Past, Present and Future”, *Journal of Small Business Management*, October, pp. 1-4.
- HISRICH, R. e PETERS, M. (1989): “Entrepreneurship: Starting, Developing and Managing a New Enterprise”, Capítulo 1, Richard D. Irwin, Inc., Boston, Pp.3-23.
- HISRICH, R. e PETERS, M. (2002): *Entrepreneurship*, 5th Edition, McGraw- Hill/Irwin, New York.
- HODGSON, G. (1988a): *Economics and Institutions: A Manifesto for a Modern Institutional Economics*, Polity Press: Cambridge, UK.
- HODGSON, G. (1988b): “Institutional Economic Theory: The Old Versus The New”, *Newcastle upon Tyne Polytechinc*, pp.249-269.
- HODGSON, G. (1998): “The Approach of Institutional Economics”, *Journal of Economic Literature*, Vol. 36, pp. 166-192.
- HODGSON, G. (2000): “La Ubicuidad de los Hábitos y las Reglas”, *Revista de Economía Institucional*, nº 3, 2º semestre, pp. 11-43.
- HOMAN, P.T. (1971): “La Escuela Institucional”, Em J.J. Spengler e W.R. Allen (eds.), *El Pensamiento Económico de Aristóteles a Marshall*, pp. 535-542, Tecnos: Madrid.
- HORDANAY, J.A. (1992): “Thinking about Entrepreneurship: A Fuzzy Approach”, *Journal of Small Business Management*, Vol. 30, nº 4, Pp.12-23.

- IAPMEI (2007): *Observatório da Criação de Empresas - Resultados do Inquérito 2006*, Direcção de Planeamento e Estudos, Lisboa.
- JOHANNISSON, B. (1992): “In Search of a Methodology for Entrepreneurship Research”, Documento apresentado no RENT VI Whorkshop, Barcelona.
- JOHANNISSON, B. (1998): “Personal Networks in Emerging Knowledge-Based Firms: Spatial and Functional Patterns”, *Entrepreneurship & Regional Development*, Vol. 10, pp. 297-312.
- KALMANOVITZ, S. (2001): *Las Instituciones y el Desarrollo Económico en Colombia*, Grupo Editorial Norma, Bogotá.
- KAPP, K. (1967): “The Nature and Significance of Institutional Economics”, in Samuels Warren, *Institutional Economics*, Vol. 1.
- KENT, C.A. (1982): “Entrepreneurship in Economic Development”, In Kent, C.; Sexto, D. e Vesper, K. (eds): *Encyclopedia of Entrepreneurship*, Cap. 12, Prentice Hall, Inc. Englewood Cliffs, N.J., pp.237-256.
- KIRCHHOFF, B.A. (1994): *Entrepreneurship and Dynamic Capitalism*, Greenwood Publishing Inc., Westport, CT: Praeger.
- KIRCHHOFF, B.A. e PHILLIPS, D.B. (1988): “The Effect of Firm Formation and Growth on Job Creation in United States”, *Journal of Business Venturing*, Vol. 3, nº 4, pp.261-272.
- KIRCHHOFF, B.A. e PHILLIPS, D.B. (1992): “Research Applications of the Small Business Data Base of the U.S. Small Business Administration”, In Kent, C.; Sexto, D. e Vesper, K. (eds): *Encyclopedia of Entrepreneurship*, Cap. 10, Prentice Hall, Englewood Cliffs, N.J., pp.243-267.
- KIRZNER, I.M. (1973): *Competition and Entrepreneurship*, University of Chicago Press, Chicago.
- KIRZNER, I.M. (1999): “Creativity and/or Alertness: A Reconsideration of the Schumpeterian Entrepreneur”, *Review of Austrian Economics*, Vol. 11, pp.5-17.
- KLEIN, P.A. (1989): “Institutionalism Confronts the 1990s”, *Journal of Economic Issues*, Vol. 23, nº 2.
- KLEIN, P.A. (1990): “Institutionalism as a School. A Reconsideration”, *Journal of Economic Issues*, Vol. 23, nº 2, pp.381-388.
- KLOFSTEN, M. e SCHARBERG, C. (1998): “Teaching and Training Small Businesses: Attitudes Among the Organisers”, Paper for the 10th Nordic Small Business Research Conference, Växjö University, Växjö, Sweden, June, 14-16.
- KNIGHT, F.H. (1921): *Risk, Uncertainty and Profit*, University of Chicago Press, Chicago.
- KRUEGER, N. e BRAZEAL, D. (1994): “Entrepreneurial Potential and Potential Entrepreneurs”, *Entrepreneurship Theory and Practice*, Vol. 18, nº3, Spring, pp.91-103.

- LERNER, M. e HABER, S. (2000): “Performance Factors of Small Tourism Ventures: The Interface of Tourism, Entrepreneurship and the Environment”, *Journal of Business Venture*, Vol. 16, pp.77-100.
- LOURENÇO, J. (2005): “*Empreendedorismo nas Organizações Públicas: O Caso da Câmara Municipal de Viseu*”, Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Superior de Ciências de Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- LUNDSTRÖM, A. e STEVENSON L. (2005): *Entrepreneurship Policy: Theory and Practice*, Springer Science & Business Media Inc.
- LUQUE, T.M. (1999): “Encuestas para la Investigación”, in Sarabia Sánchez, Francisco José (coord.), *Metodología para la Investigación en Marketing y Dirección de Empresas*, Madrid, ES: Pirámide; pp.273-305.
- MALECKI, E.J. (1997): “Entrepreneurs, Networks and Economic Development: A Review of Recent Research”, *Advances in Entrepreneurship, Firm Emergence and Growth*, Vol. 3, pp. 57-118.
- MARTÍNEZ, J.C. (2001): “La Escuela del Institucionalismo Americano” en *La Economía de Mercado, Virtudes e Inconvenientes*. (<http://www.eumed.net/coursecon/l/instamer.htm>).
- MATA, J.; PORTUGAL, P. e GUIMARÃES, P. (1995): “The Survival of New Plants: Start-up Conditions and Post-entry Evolution”, *Research and Statistic Departement/Banco de Portugal*, Working paper, 1, Lisboa, p.32.
- McCLELLAND, D. C. (1961): *The Achieving Society*, Princeton, N. J.
- McDOUGALL e ROBINSON (1990): “New Venture Strategies: An Empirical Identification of Eight “Archetypes” of Competitive Strategies for Entry”, *Strategic Management Journal*, Vol. 11, nº 6, pp. 447-467.
- MENGER, C. (1871): *Principles of Economics* e outras informações pesquisadas em <http://cepa.newschool.edu/het/profiles/menger.htm>.
- MILLER, D. e FRIESEN, P. (1984): “A Longitudinal Study of the Corporate Life Cycle”, *Management Science*, Vol. 30, nº 10, pp.1161-1183.
- MINNITI, M.; BYGRAVE, W. e AUTIO, E. (2005): *Global Entrepreneurship Monitor: 2005 Executive Report*, Babson College and London Business School.
- MURRAY, F. (2004): “The role of academic inventors in entrepreneurial firms”, *Research Policy*, Vol. 33, pp. 643-659.
- NORTH, D.C. (1990): *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge University Press: Cambridge (UK).
- NORTH, D.C. (1993): *Instituciones, Cambio Institucional y Desempeño Económico*, Fondo de Cultura Económica: México.
- NORTH, D.C. (1994): “Economic Performance Through Time”, *The American Economic Review*, Vol. 84, nº 3, June, pp.359-368.
- NORTH, D.C. (2005): “Understanding the Process of Economic Change”, Princeton, University Press.

- NORTH, D.C.; WALLIS J. e WEINGAST, B.R. (2006): *A Conceptual Framework for Interpreting Recording Human Story*.
- NUENO, P. (1994): *Emprendiendo. El Arte de Crear Empresas y sus Artistas*, Ediciones Deusto: Bilbao.
- NUENO, P. (2005): *Emprendiendo hacia el 2010. Una Renovada Perspectiva Global dell Arte de Crear Empresas y sus Artistas*, Ediciones Deusto: Bilbao.
- OECD (1998): *OECD Fostering Entrepreneurship, the OECD Jobs Strategy*, Paris: OECD.
- OECD (2002): *OECD Small and Medium Enterprise Outlook*, Paris: OECD.
- ÖZCAN, G. (1995): *Small Firms and Local Economic Development*, Avebury, Brookfield, USA.
- PÁGINAS AMARELAS – REGIÃO BEIRA INTERIOR (2008/09): *Guia Alfabético de Particulares e Empresas*, Portugal Telecom Comunicações, Edição Páginas Amarelas, S. A.
- PARADA, J.J. (2003): “Economía Institucional Original y Nueva Economía Institucional: Semejanzas y Diferencias”, *Revista de Economía Institucional*, Vol. 5; nº 8; pp.92-116.
- PARKER, S.C. (2004): *The Economics of Self-Employment and Entrepreneurship*, United Kingdom.
- PORTER, M.E. (1990): *The Competitive Advantage of Nations*, Macmillan, New York.
- POWELL, W. e DIMAGGIO, P. (1991): *The New Institutionalism in Organizational Analysis*, The University of Chicago Press, Chicago.
- QREN (2008): *Quadro de Referência Estratégica Nacional – Portugal 2007/2013*, Observatório do QCA III - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.
- QUINN, R e CAMERON, K. (1983): “Organizational Life Cycles and Shifting Criteria of Effectiveness: Some Preliminary Evidence”, *Management Science*, Vol. 29, pp. 33-51.
- REYNOLDS, P.; HAY, M. e CAMP, R.M. (1999): *Global Entrepreneurship Monitor: 1999 Executive Report*, Babson College, Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership; London School Business (eds.). London.
- REYNOLDS, P.; HAY, M. e CAMP, R.M. (2000): *Global Entrepreneurship Monitor: 2000 Executive Report*, Babson College, Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership; London School Business (eds.). London.
- REYNOLDS, P.; HAY, M. e CAMP, R.M. (2001): *Global Entrepreneurship Monitor: 2001 Executive Report*, Babson College, Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership; London School Business (eds.). London.
- REYNOLDS, P.; HAY, M. e CAMP, R.M. (2002): *Global Entrepreneurship Monitor: 2002 Executive Report*, Babson College, Kauffman Center For Entrepreneurial Leadership, London School Business (eds.).

- REYNOLDS, P.; HAY, M. e CAMP, R.M. (2003): *Global Entrepreneurship Monitor: 2003 Executive Report*, Babson College, Kauffman Center for Entrepreneurial Leadership; London School Business (eds.). London.
- RODRIGUES, R.J.G. (2004): “*Orientação para o Mercado, Orientação Empreendedora e Desempenho nas PME Portuguesas – Exploração da Relação entre Marketing e Empreendedorismo*”, Tese de Doutoramento, Covilhã, PT: Universidade da Beira Interior.
- RODRÍGUEZ, O. (2001): “Economía Institucional, Corriente Principal y Heterodoxia”, *Revista de Economía Institucional*, Vol. 4, 1º Trimestre.
- RUSSEL, R. (1997): “The Impact of National Culture on the Emergence of Entrepreneurship”, (<http://www.sbaer.uca.edu/docs/proceedingsII/97ics248.txt>), 13 de Março de 1998.
- RUTHERFORD, M. (1995): “The Old and the New Institutionalism Economics: Can Bridges Be Built?”, *Journal of Economics Issues*, Vol. 29, nº 2, pp.443-451.
- RUTHERFORD, M. (2000a): “The Prospects of Heterodox Economics: A Comment”, *Journal of The History of Economic Thought*, Vol. 22, nº 2, pp.185-188.
- RUTHERFORD, M. (2000b): “Understanding Institutional Economics: 1918-1929”, *Journal of The History of Economic Thought*, Vol. 22, nº 3, pp.277-308.
- RUTHERFORD, M. (2001): “Institutional Economics: Then and Now”, *Journal of Economics Perspectives*, Vol. 15, nº 3, pp.173-194.
- SAMUELS, W. (2000): “Institutional Economics After One Century”, *Journal of Economics Issues*, Vol. 34, nº 2, pp.305-315.
- SARABIA, F.J.S. (1999): “Construcción de Escalas de Medida”, in Sarabia Sánchez, Francisco José (coord.), *Metodología para la Investigación en Marketing y Dirección de Empresas*, Madrid, ES: Pirâmide; pp.333-361.
- SAY, J.B. (1816): *England and the English People*, 2nd edition (1816), traduzido por John Richter, London: Sherwood, Neely et Jones.
- SCHUMPETER, J. (1934): *The Theory of Economic Development*, Harvard University Press, Cambridge, MA.
- SELIGMAN, B.B. (1967): *Principales Corrientes de la Ciencia Económica Moderna: El Pensamiento Económico después de 1870*, Oikos-Tau, S.A. Ediciones: Barcelona.
- SEXTON, D.L. (1986): “Role of Entrepreneurship in Economic Development”, Em Hisrich, R.D. (1986): *Entrepreneurship, Intrapreneurship and Venture Capital*, Cap.2, pp.27-39.
- SEXTON, D.L. e BOWMAN-UPTON, N. (1988): “Sexual Stereotyping of Female Entrepreneurs: A Comparative Psychological Trait Analysis of Female and Male Entrepreneurs”, *Frontiers of Entrepreneurship Research*, pp.654-655, Center for Entrepreneurial Studies, Babson College, Wellesley, Ma.
- SHANE, S. e VENKATARAMAN, S. (2000): “The Promise of Entrepreneurship as a field of Research”, *Academy of Management Review*, Vol. 25, nº 1, pp.217-226.

- SILVA, M.J. (1998): “*Estudo do Financiamento Inicial e sua Influencia no Desempenho das Novas Empresas*”, Dissertação de Mestrado, Covilhã, PT: Universidade da Beira Interior.
- SILVA, M.J. (2003): “*Capacidade Inovadora Empresarial – Estudo dos Factores Impulsionadores e Limitadores nas Empresas Industriais Portuguesas*”, Tese de Doutoramento, Covilhã, PT: Universidade da Beira Interior.
- SILVA, M.J. (2006): Apontamentos da Disciplina de Empreendedorismo no âmbito do Mestrado em Gestão, Universidade da Beira Interior.
- SMITH, F.W. (1994): “Venture Capital”, In Hisrich, R.D. e Peters, M.P. *Entrepreneurship. Starting, Developing, and Managing a New Enterprise*, Cap. 10, pp.266-296, Routledge: London.
- STEVENSON, H. e GUMPERT, D. (1985): “The Heart of Entrepreneurship”, *Harvard Business Review*, Vol. 63, nº 2, pp.85-94.
- STEVENSON, H.H. e HARMELIN, S. (1990): “Entrepreneurial Management’s Need for a more Chaotic Theory”, *Journal of Business Venturing*, nº 5, pp. 1-14.
- STOREY, D.J. (1982): *Entrepreneurship and the New Firm*, Croom Helm: London.
- STOREY, D.J. (1994): *Understanding the Small Business Sector*, London/NewYork Routledge.
- STOREY, D.J. (2000): “Six Steps to Heaven: Evaluating the Impact of Public Policies to support Small Business in Developed Countries”, In D. Sexton e H. Landstrom (eds.). *Hanbook of Entrepreneurship*, pp.176-193, Oxford: Balckwell.
- TOLEDANO, N. e URBANO, D. (2007): “Políticas de Apoyo a la Creación de Empresas en España – Un Estudio de Casos”, *Boletín ICE Económico*, nº 2905, pp.33-46.
- TRIGO, V. (2003): *Entre o Estado e o Mercado, Empreendedorismo e a Condição do Empresário na China*, Ad Litteram, Lisboa.
- UCBASARAN, D.; WESTHEAD, P. e WRIGHT, M. (2001): “The Focus of Entrepreneurial Research: Contextual and Process Issues”, *Entrepreneurship Theory and Practice*, Vol. 25, nº 4, pp.57-80.
- URBANO, D. (2003): “*Factores Condicionantes de la Creación de Empresas en Catalunya: Un Enfoque Institucional*”, Tesis Doctoral, ES: Universidad Autónoma de Barcelona: Barcelona.
- URBANO, D. (2003): “Marco Institucional Formal de la Creación de Empresas en Catalunya: Oferta y Demanda de Servicios de Apoyo”, pp.389-421. Em Genescá, Urbano, Capelleras, Guallarte y Vergés (2003): *Creación de Empresas – Entrepreneurship*, Libro Homenaje al Professor José Maria Veciana Vergés. Universidad Autónoma de Barcelona. Servei de Publicaciones. Bellaterra.
- URBANO, D. (2006): *La Creación de Empresas en Catalunya: Organismos de Apoyo y Actitudes hacia la Actividad Emprendedora*, Colección de Estudios CIDEM, Generalitat de Catalunya: Barcelona.

- URBANO, D; DÍAZ, J.C; e HERNÁNDEZ, R. (2006): “La Teoría Económica Institucional: El Enfoque de North en el Ámbito de la Creación de Empresas”, Comunicação apresentada no XX Congresso Anual de AEDEM 2006, Palma de Maiorca, Junho, Vol. 2, pp.1-15.
- URBANO, D; DÍAZ, J.C; e HERNÁNDEZ, R. (2007): “Evolución y Principios de la Teoría Económica Institucional. Una Propuesta de Aplicación para el Análisis de los Factores Condicionantes de La Creación de Empresas”, *Investigaciones Europeas de Dirección y Economía de la Empresa*, Vol. 13, nº 2, pp. 183-198.
- URBANO, D; e VECIANA, J.M. (2001): “Marco Institucional Formal de la Creación de Empresas en Cataluña: Oferta y Demanda de Servicios de Apoyo”, Document de treball nº 2001/9, pp.1-31, Departament d’Economia de l’Empresa, UAB: Barcelona.
- VALDÉS, R. (1996): “Apuntes sobre la Teoría Institucional”, Documento não publicado. Departamento de Antropologia Social e Cultural. UAB.
- VEBLEN, T. (1965): *The Theory of Business Enterprise. 1904*, Augustus M. Kelley: New York.
- VEBLEN, T. (1965): *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study of Institutions. 1889*, Augustus M. Kelley: New York.
- VECIANA, J.M. (1988): “Empresário y Proceso de Creación de Empresas”, *Revista Económica de Catalunya*, nº 8, (Mayo-Agosto).
- VECIANA, J.M. (1990): “Formas y Experiencias Extranjeras sobre el Fomento de Iniciativas Empresariales desde la Universidad”; Artigo inédito apresentado no decorrer do Curso de Pós-Graduação em Creación y Dirección de PMIS, Universidad Autónoma de Barcelona.
- VECIANA, J.M. (1999): “Creación de empresas como Programa de Investigación Científica”, *Revista Europea de Dirección y Economía de la Empresa*, Vol. 8, nº 3; pp.11-36.
- VECIANA, J.M. (2005): *La Creación de Empresas – Un Enfoque Gerencial*, Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona “La Caixa”, Colección Estudios Económicos.
- VECIANA, J.M.; APONTE, M. e URBANO, D. (1999): “Attitudes Towards Entrepreneurship: Two Countries Comparison”, Trabalho apresentado no RENT XIII 1999, London. Novembro.
- VECIANA, J.M.; APONTE, M. e URBANO, D. (2001): “Instituciones y Medidas de Apoyo a la Creación de Empresas: Un Estudio Empírico comparativo entre Cataluña y Puerto Rico”, 3º Seminário Hispano-Luso de Economia Empresarial, Trujillo: Cáceres.
- VECIANA, J.M.; APONTE, M. e URBANO, D. (2005): “University Students’ Attitudes Towards Entrepreneurship: A Two Countries Comparison”, *International Journal of Management and Entrepreneurship*, Vol.1, nº 2, pp.165-182.
- VECIANA, J.M.; URBANO, D. e VAILLANT, Y. (2002): “Organismos e Programas de Apoyo a la Creación de Empresas: Un Estudio Empírico comparativo entre el ámbito Urbano y Rural de Cataluña”, XII Congreso Nacional de ACEDE 2002, Palma de Mallorca. Setembro.

VELASCO e CRUZ, S.C. (2001): “Teoria e História: Nota Crítica sobre o Tema da Mudança Institucional em Douglass North”, Texto do II Seminário Brasileiro da Nova Economia Institucional: Campinas.

WENNEKERS, S. e THURIK, R. (1999): “Linking Entrepreneurship and Economic Growth”, *Small Business Economics*, Vol. 13, pp.27-55.

WHITE, S.B. e REYNOLDS, P.D. (1996): “Government Programs and High Growth New Firms”, *Frontiers of Entrepreneurship Research*, Babson College.

YOUNG, M.; WYMAN, S.M. e BRENNER, C.T. (1999): “Assessment of Small Business Perception of Needed Information and Assistance”, *Journal of Business and Entrepreneurship*, Vol. 11, nº 1, (marzo), pp.99-105.



ANEXOS



Inquérito da Entrevista Realizada aos Representantes dos
Organismos de Apoio à Criação de Empresas no Concelho da Covilhã

ANEXO 1



**A CRIAÇÃO DE EMPRESAS INDUSTRIAIS:
ORGANISMOS DE APOIO À ACTIVIDADE EMPREENDEDORA NO CONCELHO DA
COVILHÃ**
Inquérito da Entrevista Realizada aos Representantes dos Organismos

I. INFORMAÇÃO GERAL SOBRE O ORGANISMO

1. Qual o nome do Organismo? _____

2. Qual o ano de criação do Organismo? _____

3. Em que ano, deram início às actividades relacionadas com a criação de empresas? _____

4. Qual o número de pessoas que trabalham no Organismo? _____

5. Qual o número de pessoas que trabalham directamente com assuntos relacionados com a criação de empresas? _____

6. Qual o tipo de Organismo (segundo a propriedade de capital)?

Público

Misto

Privado

Outro. Qual? _____

7. Quais são os objectivos do Organismo?

8. O Organismo que o Sr./Sra. representa, depende de outros Organismos?

- Sim. Quais? _____
- Não.

9. O Organismo que o Sr./ Sra. representa, colabora com outros Organismos?

- Sim. Quais? _____
- Não.

II. INFORMAÇÃO ESPECÍFICA SOBRE O TIPO DE MEDIDAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS OFERECIDAS PELO ORGANISMO

10. Que tipo de medidas de apoio à criação de empresas oferece o organismo?

Medidas Não Económicas:

- Informação/Orientação
- Assessoria/Acompanhamento
- Formação
- Seguimento
- Incubação de Micro e PME
- Outras. Quais? _____
- _____

Medidas Económicas:

- Empréstimos
- Capital de Risco
- Outras. Quais? _____
- _____

11. Qual é o principal objectivo das medidas de apoio oferecidas pelo Organismo?

12. O Organismo que o Sr./Sra. representa, oferece programas específicos de apoio à criação de empresas?

- Sim. Quais? _____
- Não.

13. As medidas oferecidas, são dirigidas na sua grande maioria, a algum público-alvo específico?

Sim.

Mulheres

Jovens

Desempregados

Reformados

Outros. Quais? _____

Não.

14. Como é que o Organismo dá a conhecer os serviços de apoio que tem à disposição dos empresários, no que diz respeito a assuntos relacionados com à criação de novas empresas?

Através dos seguintes meios:

TV/Rádio

Internet

Jornais/Revistas

Folhetos Informativos

Sessões/Conferências

Outros. Quais? _____

15. O Sr./Sra. acha que a forma como o Organismo faz a promoção dos serviços de apoio oferecidos à criação de empresas é eficiente?

Sim. Porquê? _____

Não.

16. O Sr./ Sra. acha que os serviços e programas de apoio à criação de empresas oferecidos pelo Organismo são muito conhecidos por parte de potenciais empresários?

Sim. Porquê? _____

Não.

17. O Sr./ Sra. acha que os serviços e programas de apoio à criação de empresas oferecidos pelo Organismo são muito utilizados por parte de potenciais empresários?

- Sim. Porquê? _____
- Não.

18. O Sr./ Sra. acha que as medidas de apoio à criação de empresas oferecidos pelo Organismo, deviam de realizar-se de diferente forma?

- Sim. Porquê? _____
- Não.

19. Qual é a principal fonte de financiamento das medidas de apoio oferecidas pelo Organismo?

20. O Sr./Sra. acha que a fonte de financiamento pode condicionar o tipo de apoio oferecido pelo Organismo?

- Sim.
- Muito
 - Pouco
 - Nada
- Porquê? _____
- Não.

III. VALORIZAÇÃO GERAL DAS MEDIDAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE NOVAS EMPRESAS NO CONCELHO DA COVILHÃ

21. Que outros Organismos conhece o Sr./Sra. que ofereçam serviços de assistência ou programas de apoio à criação de empresas no concelho da Covilhã?

22. Que opinião tem sobre as medidas de apoio existentes neste concelho (Covilhã)?

23. Que acções tomaria para melhorar alguns aspectos relativamente ao apoio à criação de empresas no concelho (Covilhã)?

24. O Sr./Sra. acha que os potenciais empresários conhecem as medidas de apoio existentes à criação de empresas oferecidas pelos Organismos existentes no concelho (Covilhã)?

- Sim. Porquê? _____
- Não.

25. O Sr./Sra. acha que as medidas de apoio (em termos gerais) existentes à criação de empresas oferecidas pelos Organismos existentes no concelho (Covilhã) são muito utilizadas?

- Sim. Porquê? _____
- Não.

26. O Sr./Sra. acha que é importante que os Organismos oficiais invistam fundos públicos em serviços e programas de apoio à criação de novas empresas?

- Sim. Porquê? _____
- Não.

IV. INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A PESSOA ENTREVISTADA

27. Sexo?

- Masculino Feminino

28. Qual a sua idade? Anos.

29. Qual o seu grau de formação académica?

- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> Sem Estudos | <input type="checkbox"/> Técnico/Profissional | <input type="checkbox"/> Doutoramento |
| <input type="checkbox"/> Estudos primários | <input type="checkbox"/> Licenciatura | <input type="checkbox"/> Outro. Qual? _____ |
| <input type="checkbox"/> Estudos secundários | <input type="checkbox"/> Mestrado | |

30. Qual o cargo que o Sr./Sra. ocupa no Organismo? _____

31. Há quantos anos o Sr./Sra. desempenha este cargo no Organismo? _____

32. O Sr./Sra. gostaria de fazer algum comentário adicional relacionado com o seu Organismo, com a entrevista, ou na generalidade, com o que é a criação de empresas?

DADOS DO ORGANISMO:

Morada: _____

Telefone/Fax: _____ E-mail: _____

Web: _____

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA:

1. N.º de identificação da entrevista: _____

2. Data de realização da entrevista: _____

3. Duração da Entrevista: _____

4. Pessoa Entrevistada: _____

Questionário Pessoal Dirigido a Empresários
cuja Classe de Actividade Económica (CAE) pertence aos grupos 10 a 33

ANEXO 2



No âmbito do Mestrado/2ºCiclo em Eng. e Gestão Industrial da UBI, a Eng^a Rute Antunes sob a orientação da Prof^a. Maria José Silva elabora a Dissertação intitulada “A Criação de Empresas Industriais: Organismos de Apoio à Actividade Empreendedora no Concelho da Covilhã”.

Este trabalho visa analisar o conhecimento, utilização e valorização dos serviços e programas de apoio à criação de empresas de alguns organismos sediados no Concelho da Covilhã. Neste sentido, solicitamos a sua colaboração e agradecemos que preencha o inquérito seguinte.

O tempo para o seu preenchimento é de cerca de 7 minutos e o anonimato e confidencialidade das respectivas respostas individuais estão asseguradas. No surgimento de qualquer dúvida, não hesite em contactar, através de e-mail: rute.mf.antunes@sapo.pt ou telefone: 96 277 50 51.

I. CONHECIMENTO DOS SERVIÇOS/PROGRAMAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS

1. Considerando alguns dos Organismos existentes no Concelho da Covilhã, diga quais destes organismos tem conhecimento que oferecem serviços/programas de apoio à criação de novas empresas.

Nota: Preencha de acordo com a escala 1: total desconhecimento, 2: desconhecimento, 3: neutro, 4: conhecimento, 5: total conhecimento.

Organismos:	1	2	3	4	5
IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CMC – Câmara Municipal da Covilhã.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CILAN – Centro de Formação Profissional para a Indústria de Lanifícios.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
UBI – Universidade da Beira Interior.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CIEBI – Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
AECBP – Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
NERCAB – Associação Empresarial da Região de Castelo Branco.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PARKURBIS – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CITEVE – Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de PT.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2. No que diz respeito aos Organismos mencionados na pergunta anterior, conhece alguns dos seguintes serviços e/ou programas de apoio à criação de empresas oferecidos por estes? Qual o grau de importância, em termos de conhecimento, que atribui a cada um deles?

Serviços/Programas para a Criação de Empresas	Importância do Conhecimento dos Serviços/Programas para a criação da empresa			
	Sim			Não
	Muito Importante	Importante	Nada Importante	
IAPMEI:				
Programa FINICIA				
Informação/Orientação				
Assessoria/Acompanhamento na fase de criação da empresa				
Seguimento da empresa criada				
Outros: _____				
IEFP:				
ILE's (Iniciativas Locais de Emprego)				
ACPE (Apoio à Criação do Próprio Emprego)				
Informação/Orientação				
Assessoria/Acompanhamento				
Seguimento				
Formação				
Outros: _____				
CMC:				
GAEI (Gabinete de Actividades Económicas e Investimento)				
Informação/Orientação				
Assessoria/Acompanhamento				
Seguimento				
Incubação de Micro e PME's				
Outros: _____				
CILAN:				
Formação				
Outros: _____				
UBI:				
•GAPI-UBI				
•OTIC-UBI				
Informação/Orientação				
Assessoria/Acompanhamento				
Formação				
Incubação de Micro e PME's				
Outros: _____				

Continua na página seguinte

Serviços/Programas para a Criação de Empresas	Importância do Conhecimento dos Serviços/Programas para a criação da empresa			
	Sim			Não
	Muito Importante	Importante	Nada Importante	
CIEBI:				
Informação/Orientação				
Assessoria/Acompanhamento				
Seguimento				
Formação				
Incubação de Micro e PME's				
Outros: _____				
AECBP:				
Informação/Orientação				
Assessoria/Acompanhamento				
Formação				
Outros: _____				
NERCAB:				
Informação/Orientação				
Assessoria/Acompanhamento				
Formação				
Outros: _____				
PARKURBIS:				
Informação/Orientação				
Assessoria/Acompanhamento				
Seguimento				
Incubação de Micro e PME's				
Outros: _____				
CITEVE:				
GAPI-CITEVE				
Informação/Orientação				
Assessoria/Acompanhamento				
Formação				
Outros: _____				

Se as respostas foram negativas, passe directamente para a pergunta nº 8, página nº 7.

3. Se tem conhecimento de algum dos programas de apoio à criação de empresas existentes no Concelho da Covilhã, como obteve esse conhecimento?

Através dos seguintes meios:

- TV/Rádio
- Internet
- Jornais/Revistas
- Folhetos Informativos
- Sessões/Conferências
- Outros. Quais? _____

II. UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/PROGRAMAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS

4. Utilizou algum do(s) programa(s) de apoio à criação de empresas?

- Sim. Quais? _____
- Não.

Se esta resposta for negativa, passe directamente para a pergunta nº 8, página nº 7.

Nota: Preencha de acordo com a escala de 1 a 5 (1: muito difícil, 2: difícil, 3: neutro, 4: fácil, 5: muito fácil).

- | | | | | | |
|--|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|
| | <input type="checkbox"/> 1 | <input type="checkbox"/> 2 | <input type="checkbox"/> 3 | <input type="checkbox"/> 4 | <input type="checkbox"/> 5 |
| 4.1. Foi fácil o acesso à informação de que necessitava?..... | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.2. Foi fácil compreender a informação sobre o programa?..... | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |
| 4.3. Foi fácil solicitar a ajuda que necessitava (entraves burocráticos/administrativos)?..... | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> | <input type="checkbox"/> |

5. O processo para obter a ajuda que necessitava por parte do Organismo, foi moroso?

- Sim.
- Não.

6. Considera que os termos e condições dos programas são razoáveis?

- Sim.
- Não.

III. UTILIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/PROGRAMAS DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS

7. No que diz respeito aos organismos existentes no Concelho da Covilhã e aos tipos de serviços/programas de apoio à criação de empresas, e **diga quais utilizou e como valorizaria** cada um deles.

Nota: Preencha de acordo com a escala de 1 a 3: (1: muito importante, 2: importante, 3: nada importante).

Serviços/Programas para a Criação de Empresas	Importância da Utilização				Importância da Valorização			
	Sim			Não	Sim			Não
	1	2	3		1	2	3	
IAPMEI:								
Programa FINICIA								
Informação/Orientação								
Assessoria/Acompanhamento na fase de criação da empresa								
Seguimento da empresa criada								
Outros: _____								
IEFP:								
ILE's (Iniciativas Locais de Emprego)								
ACPE (Apoio à Criação do Próprio Emprego)								
Informação/Orientação								
Assessoria/Acompanhamento								
Seguimento								
Formação								
Outros _____								
CMC:								
GAEI (Gabinete de Actividades Económicas e Investimento)								
Informação/Orientação								
Assessoria/Acompanhamento								
Seguimento								
Incubação de Micro e PME's								
Outros: _____								
CILAN:								
Formação								
Outros: _____								
UBI:								
•GAPI-UBI								
•OTIC-UBI								
Informação/Orientação								
Assessoria/Acompanhamento								
Formação								
Incubação de Micro e PME's								
Outros: _____								

Continua na página seguinte

Nota: Preencha de acordo com a escala de 1 a 3: (1: muito importante, 2: importante, 3: nada importante).

Continuação

Serviços/Programas para a Criação de Empresas	Importância da Utilização				Importância da Valorização			
	Sim			Não	Sim			Não
	1	2	3		1	2	3	
CIEBI:								
Informação/Orientação								
Assessoria/Acompanhamento								
Seguimento								
Formação								
Incubação de Micro e PME's								
Outros: _____								
AECBP:								
Informação/Orientação								
Assessoria/Acompanhamento								
Formação								
Outros: _____								
NERCAB:								
Informação/Orientação								
Assessoria/Acompanhamento								
Formação								
Outros: _____								
PARKURBIS:								
Informação/Orientação								
Assessoria/Acompanhamento								
Seguimento								
Incubação de Micro e PME's								
Outros: _____								
CITEVE:								
GAPI-CITEVE								
Informação/Orientação								
Assessoria/Acompanhamento								
Formação								
Outros: _____								

8. No seu caso concreto, acha que foi, ou teria sido decisiva a existência de Organismos/Programas à criação de empresas na decisão de criar a sua própria empresa?

Sim.

Não.

9. Considera que é importante que os organismos oficiais invistam fundos públicos em serviços e programas de apoio à criação de empresas?

Sim. Porquê? _____

Não.

10. Independentemente de ter utilizado ou não algum tipo de ajuda/programa, qual seria o seu nível de concordância com as seguintes afirmações?

Nota: Preencha de acordo com a escala de 1 a 5 (1: discordo completamente, 2: discordo, 3: neutro, 4: concordo, 5: concordo completamente).

As medidas de apoio existentes são:

	1	2	3	4	5
Acertadas e úteis.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Adequadas às necessidades dos empresários.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Incidem sobre o êxito do processo de criação de uma empresa.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
São insuficientes.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Existem demasiados entraves burocráticos para conseguir obtê-las.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Seria melhor menos ajudas oficiais e deixar ao empresário mais liberdade de actuação.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não são suficientemente conhecidas.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não se promovem de forma eficiente.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não se utilizam demasiado.....	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outras. Quais? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11. Em termos gerais, o que melhoraria em relação aos serviços/programas existentes no concelho?

IV. INFORMAÇÃO GERAL SOBRE A EMPRESA

12. Qual a actividade principal da empresa? _____

13. Qual o código da CAE (Rev. 3)?

14. A que sector pertence a empresa?

Agro-pecuário
Indústria

Comércio
Serviços

Construção
Outro. Qual? _____

15. Quais são os produtos/serviços objecto de dita actividade?

16. Qual o ano de criação da empresa? _____

17. Através de que fonte obteve o financiamento necessário para a fase inicial de criação da empresa?

Poupanças pessoais
Poupanças de familiares
Poupanças de amigos

Empréstimos bancários
Sociedades de capital de risco
Outra. Qual? _____

18. Quantas pessoas são legalmente proprietárias da empresa?

O próprio.
O próprio e cônjuge

O próprio e outros familiares
Outras. Quais? _____

19. Qual o nº de empregados no ano de criação? _____

20. Qual o nº de empregados na actualidade? _____

21. Qual é a forma jurídica da empresa?

Sociedade unipessoal por quotas
Sociedade por quotas

Sociedade anónima
Outra. Qual? _____

22. Qual foi a facturação da empresa no exercício fiscal de 2007?

Até 40.000 €
De 40.001 a 500.000 €
De 500.001 a 1.000.000 €

De 1.000.001 a 2.500.000 €
De 2.500.001 a 5.000.000 €
Mais de 5.000.000 €

23. Qual foi a taxa de crescimento da empresa no ano 2007 (2006-2007)?

- Em crescimento. Taxa de crescimento de _____
- Estável
- Em decréscimo. Taxa _____

24. Considera que a sua empresa é de alta tecnologia?

- Sim. Porquê? _____
- Não.

V. CARACTERÍSTICAS DO EMPRESÁRIO E ANTECEDENTES DE EMPRESÁRIOS NA FAMÍLIA

25. Sexo?

- Masculino Feminino

26. Qual a sua idade? Anos.

27. Qual o seu grau de formação académica?

- Sem Estudos Técnico/Profissional Doutoramento
- Estudos primários Licenciatura Outro. Qual? _____
- Estudos secundários Mestrado

28. Tem algum familiar que tenha criado a sua própria empresa?

- Sim. Quem? _____
- Não.

29. Já havia criado, anteriormente, alguma outra empresa?

- Sim Não

Dados da Empresa:

Nome da empresa: _____

Morada da empresa: _____

Telefone/Fax: _____ E-mail: _____

Web da empresa: _____

*Agradecemos a sua colaboração.
Sem ela não seria possível a realização do trabalho.*

Listagem dos Contactos das
Juntas de Freguesias do Concelho da Covilhã

ANEXO 3

LISTAGEM DOS CONTACTOS DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DA COVILHÃ

<i>FREGUESIA</i>	<i>TELEFONE</i>	<i>E-MAIL</i>	<i>PESSOA A CONTACTAR</i>	<i>DIAS E HORAS DE CONTACTO</i>
Aldeia de S.F. de Assis	275 657 325 / 444	jfasfassis@sapo.pt	José Luís Antunes Campos	Todos os Dias das 09:00 h às 12:30 h
Aldeia do Souto	275 913 647	jfaldeiadossouto@iol.pt	João Luís Martins Gomes	Sexta - Feira das 9:00 h às 00:00 h
Barco	275 961 917		Jerónimo Carvalho Barata	Sexta - Feira das 20:30 h às 21:30 h
Boidobra	275 324 547	junta.boidobra@sapo.pt	José Joaquim Pinto de Almeida	Todos os Dias das 09:00 h às 12:30 h e das 14:30 h às 18:00 h
Canhoso	275 333 744	jfcanhoso@hotmail.com	José Manuel Escodenga Nunes	Sexta - Feira das 20:00 h às 22:00 h
Cantar Galo	275 334 006	fregcantar-galo@sapo.pt	José Martins Carrola	Todos os Dias das 09:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 18:00 h
Casegas	275 663 490	freguesiadecasegas@sapo.pt	António Geraldês Ramos	Todos os Dias das 14:00 h às 17:00 h
Conceição	275 319 510	jf-conceicao@iol.pt	Carlos Carmo Martins	Todos os Dias das 09:30 h às 12:30 h e das 14:00 h às 18:00 h
Cortes do Meio	275 971 801	jfcortes@sapo.pt	Paulo Jorge Alves Rodrigues	Todos os Dias das 08:00 h às 17:00 h
Coutada	275 961 347	jfcoutada@sapo.pt	Carlos Francisco	Todos os Dias das 09:00 h às 11:30 h e das 13:30 h às 17:30 h
Dominguiso	275 950 044		José Duarte Minhoto	Todos os Dias das 09:00 h às 12:30 h, das 14:00 h às 18:00 h e das 20:00 h às 21:30 h
Erada	275 962 117		António Mendes Paulo	Todos os Dias das 09:00 h às 12:00 h e das 14:00 h às 18:00 h
Ferro	275 341 259	jfferro@mail.telepac.pt	Paulo Jorge Canaveira AlvesTourais	Todos os Dias das 09:00 h às 17:30 h
Orjais	275 913 843	freguesia.orjais@iol.pt	António Canário Marques da Silva	Segunda - Feira das 18:30 h às 20:00 h
Ourondo	275 662 798		Joaquim Carvalheiro dos Santos	Terças e Quintas das 14:00 h às 18:00 h
Paul	275 961 660	j.f.paul@sapo.pt	Leonor Cristina Adriano Lopes Cristiano	Todos os Dias das 09:00 h às 12:30 h e das 14:00 h às 17:30 h

LISTAGEM DOS CONTACTOS DAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO DA COVILHÃ

<i>FREGUESIA</i>	<i>TELEFONE</i>	<i>E-MAIL</i>	<i>PESSOA A CONTACTAR</i>	<i>DIAS E HORAS DE CONTACTO</i>
Peraboa	275 476 643	juntaperaboa@sapo.pt	José do Nascimento Curto Costa	Todos os Dias das 09:00 h às 12:30 h e das 14:00 h às 17:00 h
Peso	275 959 266	freguesia.peso@hotmail.com	Fernando José Gonçalves Casteleira	Todos os Dias das 09:00 h às 12:30 h e das 14:00 h às 17:00 h
S. Jorge da Beira	275 657 064	jfsjorgebeira@hotmail.com	Fausto Herculano Branco Baptista	Todos os Dias das 09:00 h às 16:30 h
S. Martinho	275 319 510	geral@fsaomartinho.pt	Victor Manuel Tomás Ferreira	Todos os Dias das 09:30 h às 12:30 h e das 14:00 h às 18:00 h
S. Pedro	275 319 510		Victor Manuel Garcia Rebordão	Todos os Dias das 09:30 h às 12:30 h e das 14:00 h às 18:00 h
Santa Maria	275 319 510	geral@santa-covilha.com	António Manuel Garcia Rebordão	Todos os Dias das 09:30 h às 12:30 h e das 14:00 h às 18:00 h
Sarzedo	275 921 471		José Rafael Lourenço Ferreira	Quartas e Sábados das 14:00 h às 21:00 h
Sobral de S. Miguel	275 663 193	jfssmiguel@sapo.pt	Jorge Manuel da Cruz Ramos Silva	Todos os Dias das 09:00 h às 18:00 h
Teixoso	275 921 160	freg.teixoso@sapo.pt	Carlos Alberto Matos Mendes	Todos os Dias das 10:00 h às 13:00 h e das 14:00 h às 18:00 h
Tortosendo	275 951 187	junta-tortosendo@sapo.pt	Carlos Manuel de Abreu Mendes Pereira	Todos os Dias das 09:00 h às 17:30 h e Terças das 09:00 h às 20:00 h
Unhais da Serra	275 971 279	jf.unhaiserra@gmail.com	António João dos Reis Rodrigues	Todos os Dias das 09:00 h às 12:30 h e das 14:00 h às 17:30 h
Vale Formoso	275 912 202		Arménio Marques Matias	Todos os Dias das 09:00 h às 12:00 h
Vales do Rio	275 959 757	fvaesdorio@sapo.pt	João Casteleira Ferreira	Terças e Sextas das 20:00 h às 22:30 h
Verdelhos	275 924 047	junta_verdelhos@iol.pt	Armindo Fonseca Geraldês Rosa	Segunda a Quinta das 14:00 h às 17:00 h e Sexta das 17:00 h às 20:00 h
Vila do Carvalho	275 332 161	jfvilacarvalho@sapo.pt	João Paulo Gomes Baptista Lopes	Todos os Dias das 09:00 h às 13:00 h e das 14:00 h às 18:00 h

Folha Tipo Utilizada pelos Carteiros no Levantamento das
Empresas Industriais Existentes nas Freguesias do Concelho da Covilhã

ANEXO 4

Tabela de Conversão
dos Códigos CAE - Rev.2.1 para CAE - Rev.3 da População Definida

ANEXO 5

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
20302	CARPINTARIA MATEUS, LDA	BARCO	16230	FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO
28120	SERRALHARIA AGOSTINHO & SERRA, LDA	BARCO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
15811	SABEDORIA DOCE, LDA	BOIDOBRA	10711	PANIFICAÇÃO
17120	EMPRESA TÊXTIL BRANCAL, LDA	BOIDOBRA	13102	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS DO TIPO LÃ
17230	PAULO DE OLIVEIRA S.A.	BOIDOBRA	13202	TECELAGEM DE FIO DO TIPO LÃ
28120	JOÃO MANUEL DUARTE SILVESTRE	BOIDOBRA	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	RUI MANUEL ISAÍAS	BOIDOBRA	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28752	JOSÉ MANUEL FERNANDES PINTO, UNIPESSOAL, LDA	BOIDOBRA	25992	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS METÁLICOS DIVERSOS, N.E.
15811	PADARIA DA RAMALHA, LDA	CANHOSO	10711	PANIFICAÇÃO
15812	AMILCAR CARDOSO CARVALHO	CANHOSO	10712	PASTELARIA
17130	ANTERO BRANCAL & FILHOS, LDA	CANHOSO	13102	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS DO TIPO LÃ
17130	DEFIBRAS TRANSFORMADORA DE FIBRAS, LDA	CANHOSO	13102	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS DO TIPO LÃ

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
17170	J GOMES, LDA	CANHOSO	13105	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE LINHO E OUTRAS FIBRAS TÊXTEIS
17230	A. SARAIVA, LDA-TÊXTIL	CANHOSO	13202	TECELAGEM DO FIO DE TIPO LÃ
17230	BEIRALÃ, LDA	CANHOSO	13202	TECELAGEM DO FIO DE TIPO LÃ
17400	TESSIMAX S.A.	CANHOSO	13920	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS CONFECCIONADOS, EXCEPTO VESTUÁRIO
17400	ROPRE TÊXTEIS E CONFECÇÕES, LDA	CANHOSO	13920	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS CONFECCIONADOS, EXCEPTO VESTUÁRIO
17544	HACO-ETIQUETAS, S.A.	CANHOSO	13993	FABRICAÇÃO DE OUTROS TÊXTEIS DIVERSOS, N.E.
18221	AVRI-CONFECÇÕES LUSO-FRANCESA	CANHOSO	14131	CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE
20302	FRANCO & MENDES	CANHOSO	16230	FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO
20302	ARTUR SARDINHA	CANHOSO	16230	FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO
26630	CIMPOR-BETÃO	CANHOSO	23630	FABRICAÇÃO DE BETÃO PRONTO
28120	SIABI	CANHOSO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	FERNANDO A.H. DA SILVA VIEIRA	CANHOSO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
28120	JOSÉ DAVID SERRALHARIA MECÂNICA E CIVIL	CANHOSO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
15811	PADARIA J CORREIA & ALMEIDA LDA	CANTAR GALO	10711	PANIFICAÇÃO
15811	PADARIA MARCOS & RODRIGUES	CASEGAS	10711	PANIFICAÇÃO
15811	ANTÓNIO DOMINGUES TAVARES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA	CONCEIÇÃO	10711	PANIFICAÇÃO
15811	PADARIA PASTELARIA PANÍVORO	CONCEIÇÃO	10711	PANIFICAÇÃO
15931	ADEGA COOPERATIVA DA COVILHÃ CRL	CONCEIÇÃO	11021	PRODUÇÃO DE VINHOS COMUNS E LICOROSOS
17120	COVILAN LANEIRA DA COVILHÃ, SA	CONCEIÇÃO	13102	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS DO TIPO LÃ
18221	JPT SOCIEDADE DE CONFECÇÕES, LDA	CONCEIÇÃO	14131	CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE
18221	TÊXTEIS J MADEIRA E ADRIÃO, LDA	CONCEIÇÃO	14131	CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE
20302	IGM	CONCEIÇÃO	16230	FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO
22220	BATISTA FERREIRAS & GOUVEIA LDA (GRÁFICA DA COVILHÃ)	CONCEIÇÃO	18120	OUTRA IMPRESSÃO
22250	I CUT-PRODUÇÃO, CONCEPÇÃO E ELABORAÇÃO DE ARTES GRÁFICAS, LDA	CONCEIÇÃO	18130	ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO DA IMPRESSÃO E DE PRODUTOS MEDIA

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
22250	GRAFIESTRELA-ARTES GRÁFICAS, LDA	CONCEIÇÃO	18130	ACTIVIDADES DE PREPARAÇÃO DA IMPRESSÃO E DE PRODUTOS MEDIA
22230	CONCEIÇÃO & SARAIVA - ENCADERNAÇÕES, TIPOGRAFIA E ARTIGOS DE PAPELARIA LDA	CONCEIÇÃO	18140	ENCADERNAÇÃO E OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS
26150	RICARDO B FONSECA RATO	CONCEIÇÃO	23190	FABRICAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE OUTRO VIDRO(INCLUI VIDRO TÉCNICO)
26703	JOSÉ A RODRIGUES GOUVEIA	CONCEIÇÃO	23703	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE GRANITO E DE ROCHAS, N.E.
28120	PEDRO JORGE NUNES SOARES	CONCEIÇÃO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	ALUMÍNIOS PAULO BARATA	CORTES DO MEIO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
15811	CARVALHO & MATOS (PÉROLA DOCE)	COUTADA	10711	PANIFICAÇÃO
28120	CARLOS FIRMINO MONTEIRO MADEIRA	COUTADA	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	RUI MIGUEL DUARTE	COUTADA	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
20302	CARPINTARIA MÊCANICA VARANDAS & RIBEIRO, LDA	DOMINGUIO	16230	FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO
20302	JEGAÇO, LDA	DOMINGUIO	16230	FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO
26150	ALEXANDRE SANTOS DUARTE	DOMINGUIO	23190	FABRICAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE OUTRO VIDRO(INCLUI VIDRO TÉCNICO)

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
28120	ANTÓNIO FREIRE PEREIRA	DOMINGUISO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
15811	PADARIA SERRANA LDA	ERADA	10711	PANIFICAÇÃO
28120	JOSÉ LUIS PAIS VALENTE	ERADA	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
15331	BEIRAFROST TRANSFORMAÇÃO DE FRUTAS S.A.	FERRO	10391	CONGELAÇÃO DE FRUTOS E DE PRODUTOS HORTÍCOLAS
15811	PADARIA LE MOLIN (ALMEIDA ROBALO, LDA)	FERRO	10711	PANIFICAÇÃO
15811	PADARIA DO FERRO (CARLOS MANUEL PROENÇA RODRIGUES)	FERRO	10711	PANIFICAÇÃO
28120	JOÃO L RODRIGUES ESTEVES	FERRO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	ALUMÍNIOS FREIRE, LDA (JOÃO ESTEVES FREIRE)	FERRO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	ALUMÍNIOS DO ZÊZERE UNIPessoal, LDA	FERRO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	ÂNGELO FIGUEIRA-SERRALHARIA CIVIL	FERRO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
36110	MOVIMELFE	FERRO	31091	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE MADEIRA PARA OUTROS FINS
36110	JOÃO RODRIGUES CHURRO	FERRO	31091	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE MADEIRA PARA OUTROS FINS

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
15811	PADARIA JESUS	ORJAIS	10711	PANIFICAÇÃO
18221	MENDES & LEAL - CONFECÇÕES LDA	ORJAIS	14131	CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE
28120	LUBER METAIS-LUIS BERNARDO & FILHOS, LDA	ORJAIS	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	ALUMÍNIOS PRATA (FERNANDO RODRIGUES PRATA)	ORJAIS	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
15811	VIRGÍLIO MENDES SILVA	PAÚL	10711	PANIFICAÇÃO
15811	PANIFICADORA BARATA	PAÚL	10711	PANIFICAÇÃO
18221	CONFECÇÕES MUNEQUITA (ANTÓNIO PEREIRA SILVESTRE & FILHOS)	PAÚL	14131	CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE
26703	GABRIEL GOUVEIA LDA	PAÚL	23703	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE GRANITO E DE ROCHAS, N.E.
28120	ALUESTE-PAÚL, LDA	PAÚL	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	ANTÓNIO ALVES REIS	PAÚL	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	DUARTE ALUMÍNIOS UNIPessoal, LDA	PAÚL	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
15510	BRAZ & IRMÃO, LDA	PERABOIA	10510	INDÚSTRIAS DO LEITE E DERIVADOS

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
15811	JOSÉ MENDES SILVA	PERABOA	10711	PANIFICAÇÃO
20302	JOAQUIM LUIS BOGALHEIRO	PERABOA	16230	FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO
28120	JOÃO PEREIRA GAMBOA	PERABOA	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	PAULO VARANDAS	PESO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
36110	FERESTRELA-FUNDIÇÃO DE FERRO, LDA	PESO	31092	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO METÁLICO PARA OUTROS FINS
15811	PADARIA PASTELARIA PANÍVORO	SANTA MARIA	10711	PANIFICAÇÃO
15811	JOSÉ CARVALHO CORREIA & FILHOS, LDA (PÉROLA DOCE)	SANTA MARIA	10711	PANIFICAÇÃO
15811	PASTELARIA COVIROSSIO	SANTA MARIA	10711	PANIFICAÇÃO
15811	PASTELARIA LEITYMELL (ANTÓNIO CARDOSO SILVA)	SANTA MARIA	10711	PANIFICAÇÃO
18100	NATURPELES, LDA	SANTA MARIA	14110	CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO EM COURO
22220	ENCADERNAÇÃO CASSAPO	SANTA MARIA	18120	OUTRA IMPRESSÃO
28120	ANTÓNIO SANTOS GABRIEL	SANTA MARIA	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
19200	ROBIN JEAN(SEMPRE FINA)	SÃO JORGE DA BEIRA	15120	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIAGEM E DE USO PESSOAL, DE MARROQUINARIA, DE CORREEIRO E DE SELEIRO
15811	PASTELARIA FLOR DA ESTRELA	SÃO MARTINHO	10711	PANIFICAÇÃO
15811	PASTELARIA LEITYMELL (ANTÓNIO CARDOSO SILVA)	SÃO MARTINHO	10711	PANIFICAÇÃO
17303	ALÇADA & PEREIRA, LDA	SÃO MARTINHO	13303	ACABAMENTO DE FIOS, TECIDOS E ARTIGOS TÊXTEIS, N.E.
28520	MECAFRESA INDUSTRIA DE METALOMECANICA LDA	SÃO MARTINHO	25620	ACTIVIDADES DE MECÂNICA GERAL
28520	ANIBAL FERNANDES DANIEL, LDA	SÃO MARTINHO	25620	ACTIVIDADES DE MECÂNICA GERAL
36110	GONÇALVES MONTEIRO & PAIS, LDA	SÃO MARTINHO	31091	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE MADEIRA PARA OUTROS FINS
29540	S.M.I.L.-SOCIEDADE METALÚRGICA INOX LDA	SÃO MARTINHO	33120	REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
20302	ESPAÇO MÓVEL	SÃO PEDRO	16230	FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO
28120	MANUEL C NUNES MILHANO	SÃO PEDRO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
36110	CHARRO & MENDES, LDA	SÃO PEDRO	31091	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE MADEIRA PARA OUTROS FINS
15811	SIMÃO FERREIRA & DOMINGOS LDA	SOBRAL S MIGUEL	10711	PANIFICAÇÃO

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
28630	SERRALHARIA SANTA BÁRBARA LDA	SOBRAL S MIGUEL	25720	FABRICAÇÃO DE FECHADURAS, DOBRADIÇAS E OUTRAS FERRAGENS
15811	MANUEL LUIS M PAIS	TEIXOSO	10711	PANIFICAÇÃO
15811	PADARIA DO SALÃO, LDA	TEIXOSO	10711	PANIFICAÇÃO
17120	FIPER-FIAÇÃO DE SÃO PEDRO, LDA	TEIXOSO	13102	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS DO TIPO LÃ
26826	BETUMINOSOS DA SENHORA DO CARMO, UNIPESSOAL, LDA	TEIXOSO	23992	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS MINERAIS NÃO METÁLICOS DIVERSOS, N.E.
28120	FRANCISCO MONTEIRO CAIXILHARIAS DE ALUMÍNIO	TEIXOSO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	JOSÉ CARLOS PINHEIRO MARTINS FELIZARDO	TEIXOSO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
36110	FRANCISCO REAL & FILHOS	TEIXOSO	31091	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE MADEIRA PARA OUTROS FINS
36110	CARPINTARIA TEIXOSENSE	TEIXOSO	31091	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE MADEIRA PARA OUTROS FINS
36110	LUIS MANUEL AMARO PINHEIRO	TEIXOSO	31091	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE MADEIRA PARA OUTROS FINS
36110	IN-MIL INTERIORES, UNIPESSOAL, LDA	TEIXOSO	31091	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE MADEIRA PARA OUTROS FINS
15811	PANIFICADORA CENTRAL DO TORTOSENDO LDA	TORTOSENDO	10711	PANIFICAÇÃO

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
15811	DIAS & PEREIRA DOS SANTOS, LDA	TORTOSENDO	10711	PANIFICAÇÃO
15811	JOSÉ CARVALHO CORREIA & FILHOS, LDA (PÉROLA DOCE)	TORTOSENDO	10711	PANIFICAÇÃO
15893	FRULACT-INGREDIENTES PARA A INDÚSTRIA DE LACTICÍNIOS, S.A.	TORTOSENDO	10893	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS ALIMENTARES DIVERSOS, N.E.
15913	LICORES SERRANO, LDA	TORTOSENDO	11013	PRODUÇÃO DE LICORES E OUTRAS BEBIDAS DESTILADAS
15931	SABE-SOC AGRÍCOLA DA BEIRA S.A.	TORTOSENDO	11021	PRODUÇÃO DE VINHOS COMUNS E LICOROSOS
17130	CARLOS BENJAMIM NEVES LUCIANO, LDA	TORTOSENDO	13102	PREPARAÇÃO E FIAÇÃO DE FIBRAS DO TIPO LÃ
17220	FITECOM-COMERCIALIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO TÊXTIL, LDA	TORTOSENDO	13202	TECELAGEM DO FIO DE TIPO LÃ
17400	BRIMTÊXTIL	TORTOSENDO	13920	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS CONFECCIONADOS, EXCEPTO VESTUÁRIO
17400	TESSIMAX S.A.	TORTOSENDO	13920	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS CONFECCIONADOS, EXCEPTO VESTUÁRIO
17530	MULTIFIBRAS-COMÉRCIO E RECICLAGEM DE DESPERDÍCIOS DE FIBRAS TÊXTEIS	TORTOSENDO	13950	FABRICAÇÃO DE NÃO TECIDOS E RESPECTIVOS ARTIGOS, EXCEPTO VESTUÁRIO
18210	FATYGRAVATA	TORTOSENDO	14120	CONFECÇÃO DE VESTUÁRIO DE TRABALHO
18221	CONFECÇÕES F C PINTO, LDA	TORTOSENDO	14131	CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
18221	CERVAL - CONFECÇÕES LDA	TORTOSENDO	14131	CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE
18221	ZENDEL CONFECÇÕES	TORTOSENDO	14131	CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE
18221	BENOLI-CONFECÇÕES	TORTOSENDO	14133	ACTIVIDADES DE ACABAMENTO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO
18221	TORFATO - INDUSTRIA DE CONFECÇÕES LDA	TORTOSENDO	14133	ACTIVIDADES DE ACABAMENTO DE ARTIGOS DE VESTUÁRIO
22230	GRÁFICA DO TORTOSENDO	TORTOSENDO	18140	ENCADERNAÇÃO E OUTRAS ACTIVIDADES RELACIONADAS
25240	JOALPE-INDÚSTRIA DE EXPOSITORES, S.A.	TORTOSENDO	22292	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE PLÁSTICO, N.E.
26150	BEIRATÊMPERA	TORTOSENDO	23190	FABRICAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE OUTRO VIDRO (INCLUI VIDRO TÉCNICO)
26630	LENA BETÃO	TORTOSENDO	23630	FABRICAÇÃO DE BETÃO PRONTO
27350	METALÚRGICA DUARTE PIMPÃO, LDA	TORTOSENDO	24100	SIDERURGIA E FABRICAÇÃO DE FERRO-LIGAS
28110	GARONNE STRUCTURES, LDA	TORTOSENDO	25110	FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONSTRUÇÃO METÁLICAS
28110	SOMEBE SOCIEDADE METALÚRGICA DA BEIRA, LDA	TORTOSENDO	25110	FABRICAÇÃO DE ESTRUTURAS DE CONSTRUÇÃO METÁLICAS
28120	J.L.P.B. - SOCIEDADE CAIXILHARIA DE ALUMÍNIOS E ESTORES LDA	TORTOSENDO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
28120	SERRCOVI	TORTOSENDO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	JOÃO DA FONSECA & C ^a , LDA	TORTOSENDO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	SERRALHARIA JOAQUIM FAÍSCA	TORTOSENDO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
28120	MAQUIMPrensa	TORTOSENDO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
31500	CANDICOVA-INDÚSTRIAS DE CANDEEIROS E ABAT-JOURS, LDA	TORTOSENDO	27400	FABRICAÇÃO DE LÂMPADAS ELÉCTRICAS E DE OUTRO MATERIAL DE ILUMINAÇÃO
29130	VALCON-VÁLVULAS AUTOMÁTICAS DE CONTROLE, LDA	TORTOSENDO	28120	FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO HIDRÁULICO E PNEUMÁTICO
36141	VALTRIDECOR, LDA	TORTOSENDO	31091	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE MADEIRA PARA OUTROS FINS
36143	ALCRIESTOR-ESTORES, LDA	TORTOSENDO	31093	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE OUTROS MATERIAIS PARA OUTROS FINS
36143	DELENA-MOBILIÁRIO UNIPESSOAL, LDA	TORTOSENDO	31093	FABRICAÇÃO DE MOBILIÁRIO DE OUTROS MATERIAIS PARA OUTROS FINS
15811	COLMEIA DOCE, LDA	UNHAIS DA SERRA	10711	PANIFICAÇÃO
15811	JOSÉ CARMO MARQUES	UNHAIS DA SERRA	10711	PANIFICAÇÃO
15811	PADARIA PASTELARIA QUIM DELFINA & FILHOS LDA	UNHAIS DA SERRA	10711	PANIFICAÇÃO

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
17220	A PENTEADORA-SOCIEDADE INDUSTRIAL DE PENTEAÇÃO E FIAÇÃO DE LÃS, SA	UNHAIS DA SERRA	13202	TECELAGEM DO FIO DE TIPO LÃ
20302	JOÃO ALEXANDRE	UNHAIS DA SERRA	16230	FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO
20302	ARTES PERDIGÃO (PAULO ANTUNES & HELENA LOPES, LDA)	UNHAIS DA SERRA	16230	FABRICAÇÃO DE OUTRAS OBRAS DE CARPINTARIA PARA A CONSTRUÇÃO
28120	ORLANDO MIRAGAIA R CALADO	UNHAIS DA SERRA	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
15811	MANUEL JOÃO FIGUEIREDO SANTOS	VALE FORMOSO	10711	PANIFICAÇÃO
15982	FÁBRICA DE REFRIGERANTES FORMOSINHA, LDA	VALE FORMOSO	11072	FABRICAÇÃO DE REFRIGERANTES E DE OUTRAS BEBIDAS NÃO ALCOÓLICAS, N.E.
15412	JOSÉ MANSO ROCHA	VALES DO RIO	10412	PRODUÇÃO DE AZEITE
15412	FERNANDO GAUDÊNCIO FERREIRA	VALES DO RIO	10412	PRODUÇÃO DE AZEITE
15811	PADARIA PASTELARIA CHÃO DO MOINHO LDA	VALES DO RIO	10711	PANIFICAÇÃO
15811	PANIZÊZERE-PANIFICAÇÃO DO ZÊZERE LDA	VALES DO RIO	10711	PANIFICAÇÃO
15820	LUSOESTRELA-INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES LDA	VALES DO RIO	10720	FABRICAÇÃO DE BOLACHAS, BISCOITOS, TOSTAS E PASTELARIA DE CONSERVAÇÃO
17544	JOSÉ MADEIRA & FILHOS LDA	VALES DO RIO	13993	FABRICAÇÃO DE OUTROS TÊXTEIS DIVERSOS, N.E.

Tabela de Conversão dos Códigos CAE-Rev. 2.1 para CAE-Rev. 3 da População Definida

COD CAE REV. 2.1	NOME OU DESIGNAÇÃO DA EMPRESA	FREGUESIA	COD CAE REV. 3	
			CAE	DESIGNAÇÃO
17544	IBÉRICA FELTROS	VALES DO RIO	13993	FABRICAÇÃO DE OUTROS TÊXTEIS DIVERSOS, N.E.
18221	CONFECÇÕES LANÇA, LDA	VALES DO RIO	14131	CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE
18221	JOSÉ P LEANDRO AZEVEDO (CONFECÇÕES J. AZEVEDO, LDA)	VALES DO RIO	14131	CONFECÇÃO DE OUTRO VESTUÁRIO EXTERIOR EM SÉRIE
26703	RIOMARMORE, LDA	VALES DO RIO	23703	FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE GRANITO E DE ROCHAS, N.E.
18120	ANTÓNIO BARATA GONÇALVES	VALES DO RIO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL
15811	PADARIA DE VERDELHOS, LDA	VERDELHOS	10711	PANIFICAÇÃO
15811	PADARIA PASTELARIA M COSTA	VILA DO CARVALHO	10711	PANIFICAÇÃO
15811	PADARIA AMÍLCAR CARVALHO	VILA DO CARVALHO	10711	PANIFICAÇÃO
18120	JOSÉ ORLANDO SILVA SANTOS	VILA DO CARVALHO	25120	FABRICAÇÃO DE PORTAS, JANELAS E ELEMENTOS SIMILARES EM METAL